



JOCILENE GOMES DA CRUZ  
 Cientista Social, Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia (UFAM), Bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas. Docente da Universidade do Estado do Amazonas.  
 E-mail: jocilene.am@gmail.com



CRISTIANE BARRONCAS MACIEL COSTA NOVO  
 Turismóloga e administradora. Mestre em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo. Professora efetiva da Universidade do Estado do Amazonas (UEA) / Escola Superior de Artes e Turismo (ESAT).  
 E-mail: cbarroncas@uea.edu.br

**Turismo Comunitário: Reflexões no Contexto Amazônico, não é apenas mais um livro. Ele é um marco num caminho e a expressão de uma atitude. A atitude é a de uma atividade acadêmica que mantém vínculos solidários com seu lugar próprio, sua gente e suas vidas. O caminho é afirmação de que é sim possível produzir conhecimento novo em turismo na Amazônia.**



Cristiane Barroncas Maciel Costa Novo  
 Jocilene Gomes da Cruz  
 (Organizadoras)

Turismo Comunitário  
 Reflexões no contexto Amazônico

CRISTIANE BARRONCAS MACIEL COSTA NOVO  
 JOCIENE GOMES DA CRUZ  
 (Organizadoras)

## Turismo Comunitário

### Reflexões no contexto Amazônico

Turismo Comunitário: Reflexões no Contexto Amazônico é fruto do trabalho continuado da Escola Superior de Artes e Turismo (ESAT) da Universidade do Estado do Amazonas (UEA). Aos seus futuros leitores ficará evidente a ousadia de seus organizadores: não se satisfizerem apenas em resolver problemas recebidos de segunda mão, já identificados, formulados e equacionados por outros. O livro ousa identificar, e propor-se a resolver seus próprios problemas. Em linguagem acadêmica: mais do que atestar o empenho por uma autonomia técnica tem a autonomia epistemológica por horizonte.

O tema não podia ser mais pertinente. O turismo de base comunitária no contexto amazônico pode ser elemento estratégico para uma política de promoção do desenvolvimento situado e sustentável na região. Um desenvolvimento que não promova a desestruturação de identidades mas sim lhes assegure afirmação e autonomia. Para isso Turismo Comunitário: Reflexões no Contexto Amazônico é contribuição fecunda, tanto na ousadia de teorizar como na relação dialogal com significativos e originais relatos de experiências.

Por fim, louvo ainda a inserção de um curso de turismo numa escola de artes, abrindo novas interfaces e ricas provocações ao trabalho acadêmico. Penso que no mundo contemporâneo o turismo precisa ser pensado como um modo particular de mobilidade que pode redesenhar experiências, propiciando encontros e diálogos interculturais. Historicamente a interface entre turismo, artes e produção cultural sempre foi forte. Mas tal força encontra ainda precária correspondência nos arranjos institucionais universitários. Um curso de turismo circunscrito a um campo particular da gestão de negócios e leis certamente seria, a meu ver, indesejavelmente mais restrito do que um que aprofunde suas interfaces com as artes. Nesse aspecto Universidade do Estado do Amazonas pode nos oferecer uma iniciativa merecedora de toda atenção, zelo e cuidado.

Roberto Bartholo



**TURISMO COMUNITÁRIO:  
REFLEXÕES NO CONTEXTO AMAZÔNICO**

PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Dilma Rousseff

MINISTRO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Clelio Campolina Diniz

GOVERNADOR DO ESTADO DO AMAZONAS

José Melo de Oliveira

SECRETÁRIO DE ESTADO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Odenildo Teixeira Sena

DIRETORA-PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO DE AMPARO À PESQUISA DO

ESTADO DO AMAZONAS

Maria Olívia de Albuquerque Ribeiro Simão



Esta obra foi financiada pelo Governo do Estado do Amazonas com recursos da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas – FAPEAM  
Travessa do Dera, s/n, Flores, CEP: 69058-793,  
Manaus-AM

Fone: (92) 3878-4000

[www.fapeam.am.gov.br](http://www.fapeam.am.gov.br)

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS

CONSELHO EDITORIAL

Presidente

Henrique dos Santos Pereira

Membros

ANTÔNIO CARLOS WITKOSKI

DOMINGOS SÁVIO NUNES DE LIMA

EDLENO SILVA DE MOURA

ELIZABETH FERREIRA CARTAXO

SPARTACO ASTOLFI FILHO

VALERIA AUGUSTA CERQUEIRA MEDEIROS WEIGEL

COMITÊ EDITORIAL DA EDUA

Louis Marmoz (Université de Versailles)

Antônio Cattani (UFRGS)

Alfredo Bosi (USP)

Arminda Mourão Botelho (Ufam)

Spartaco Astolfi Filho (Ufam)

Boaventura Sousa Santos (Universidade de Coimbra)

Bernard Emery (Université Stendhal-Grenoble 3)

Cesar Barreira (UFC)

Conceição Almeida (UFRN)

Edgard de Assis Carvalho (PUC/SP)

Gabriel Conh (USP)

Gerusa Ferreira (PUC/SP)

José Vicente Tavares (UFRGS)

José Paulo Netto (UFRJ)

Paulo Emílio (FGV/RJ)

Élide Rugai Bastos (Unicamp)

Renan Freitas Pinto (Ufam)

Renato Ortiz (Unicamp)

Rosa Ester Rossini (USP)

Renato Tribuzi (Ufam)

Cristiane Barroncas Maciel Costa Novo  
Jocilene Gomes da Cruz  
(Organizadoras)

**TURISMO COMUNITÁRIO:  
REFLEXÕES NO CONTEXTO AMAZÔNICO**



EDITORA DA UNIVERSIDADE  
FEDERAL DO AMAZONAS

Copyright © 2014 Universidade Federal do Amazonas

Reitora

Márcia Perales Mendes Silva

Editora

Suely Oliveira Moraes Marquez

Supervisão Editorial

Cinara Cardoso

Revisão

Suely Moraes (técnica)

Foto da Capa

José Anselmo d’Affonseca Neto

Ficha catalográfica

Ycaro Verçosa dos Santos | Bibliotecário CRB-11 287

Catálogo na Fonte

---

T938 Turismo comunitário: reflexões no contexto amazônico. /  
Cristiane Barroncas Maciel Costa Novo, Jocilene Gomes da Cruz,  
organizadoras. Manaus: Edua, 2014.  
194 p.

ISBN 978-85-7401-728-0

1. Turismo 2. Turismo comunitários I. Costa Novo, Cristiane  
Barroncas Maciel, Org. II. Cruz, Jocilene Gomes da, Org.

CDD 338.4791  
22.ed.

---

EDUA

Editora da Universidade Federal do Amazonas

Av. Gal Rodrigo Octávio, 6.200, Coroado I, Manaus-AM

Campus Universitário Senador Arthur Virgílio Filho, Bloco L, Setor Sul

Telefax: (0xx) 92 3305 4291 e 3305 4290

e-mail: edua\_ufam@yahoo.com.br

*Aos povos da Amazônia*



## *AGRADECIMENTOS*

*À Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas.*

*À Universidade do Estado do Amazonas, Escola Superior de Artes e Turismo.*

*Aos professores e alunos do Curso de Turismo da Escola Superior de Artes e Turismo.*

*À Secretaria de Estado para os Povos Indígenas.*

*Aos colaboradores da I e II edição do Workshop de Turismo de Base Comunitária no Amazonas, especialmente a Katiúscia Auzier, Márcia Muca, Regina Praia e Wanessa Amador.*

*Ao Instituto de Pesquisas Ecológicas.*

*Ao Centro Estadual de Unidades de Conservação do Amazonas.*



## APRESENTAÇÃO

O propósito que permeou as duas edições do evento “Workshop de Turismo de Base Comunitária no Amazonas: protagonismo das populações tradicionais e povos indígenas”, realizados em 2011 e 2012, organizado pelo grupo de pesquisa “Desenvolvimento Socioambiental e Turismo na Amazônia”, da Escola Superior de Artes e Turismo, da Universidade do Estado do Amazonas (UEA), patrocinados pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas (FAPEAM), foi o de dar visibilidade as comunidades constituídas por populações tradicionais e povos indígenas que desenvolvem atividades turísticas, concebidas por estas, como uma alternativa de renda e de promoção de suas culturas.

Ao trazer as comunidades para o espaço acadêmico, pretendeu-se que as suas experiências com o turismo fossem relatadas por elas, evidenciando que, nos contextos de suas comunidades, se organizam, planejam e executam tais atividades, num processo constante de interlocução e negociação com outros agentes externos aos seus territórios.

Dados, ainda incipientes, oriundos das pesquisas feitas por professores e alunos do curso de Turismo vinculados ao grupo de pesquisa, sinalizam para um envolvimento crescente das comunidades em torno desse tipo de atividade, percebida por estas, como uma alternativa de renda, mediante a qual possam “ofertar” como atrativos seus territórios e suas culturas. Estas pesquisas também apontam para um panorama polissêmico, caracterizado por situações diversas, pois cada comunidade tem sua própria experiência com o turismo, os impactos tantos os positivos como os negativos, apresentam-se, portanto de forma peculiar em cada uma delas. Contudo, entre as similitudes está a perspectiva de que o turismo possa ser uma alternativa econômica para as comunidades que se encontram com dificuldades para suprir suas necessidades materiais, demandadas por elas no contexto atual.

As atividades turísticas assumem, assim, uma atividade complementar as suas tradicionais (extrativismo, agricultura, pesca e outras), por meio das quais obtêm renda, sendo que, no processo, também reforçam/reatfirmam identidades; ressignificam suas culturas; dinamizam as relações socioambientais; posto que, os atrativos

constituem-se nas inter-relações entre o ambiente que vivem (a natureza) e suas próprias vidas (a cultura) os quais estão interconectados.

Nesse processo atuam também os agentes/aliados dessas populações e povos em suas ações protagonistas em torno do turismo. Trata-se de instituições governamentais e do terceiro setor que tem colaborado nos últimos anos com reflexões epistemológicas sobre a natureza desse tipo de turismo que se apresenta como possibilidade de reverter problemas vivenciados nas distintas comunidades. Colaborações também de ordem prática – que seguem os princípios das pesquisas participativas e, que, vão desenhando, conjuntamente com as comunidades suas experiências acerca do turismo.

A ideia de publicar este livro se consubstancia no desejo de socializar as experiências dessas comunidades, relatadas por seus representantes durante o I e II Workshop bem como os trabalhos realizados por pesquisadores locais e de diferentes universidades brasileiras. Sabe-se que elas são apenas uma pequena amostra, pois o Estado do Amazonas e a Amazônia possuem dimensões territoriais amplas, nas quais muitas outras comunidades realizam esse tipo de atividade e que não temos conhecimentos sobre elas. Contudo, acreditamos que divulgar algumas das experiências das comunidades que participaram do Workshop, bem como as discussões feitas por pesquisadores que trabalham com a temática, são de grande relevância. O livro também representa um convite a professores, pesquisadores e acadêmicos a refletirem sobre essas atividades e ampliarem suas pesquisas, e, assim consolidar um campo de estudos sobre o turismo realizado pelas comunidades.

O livro compõem três partes integrantes e interconectadas: a primeira, com reflexões teórico-metodológicas, permeada de práxis de pesquisadores que tem atuado nessa área; a segunda, com alguns relatos de experiências das populações tradicionais e povos indígenas com o turismo que participaram do evento e, a terceira, destinada à apresentação de Instituições governamentais e do terceiro setor que atuam como agentes e/ou parceiros das comunidades em suas atividades envolvendo o turismo.

Cristiane Barroncas Maciel Costa Novo  
Jocilene Gomes da Cruz  
Organizadoras

## SUMÁRIO

PARTE I – REFLEXÕES TEÓRICO-METODOLÓGICAS SOBRE O TURISMO “EM” COMUNIDADES	15
<b>Turismo Rural Comunitario en América Latina: las experiencias de REDTURS</b>	17
Carlos Maldonado	
<b>Sobre o lugar do Turismo de Base Comunitária</b>	41
Roberto Bartholo	
<b>Comercialização no Turismo de Base Comunitária: inovar é preciso!</b>	45
Ivan Bursztyn	
<b>Turismo de Base Comunitária na Região Metropolitana de Manaus</b>	79
Cristiane Barroncas Maciel Costa Novo	
<b>Turismo de Base Comunitária: considerações preliminares acerca da estruturação de uma política pública local</b>	103
Jocilene Gomes da Cruz Cristiane Barroncas Maciel Costa Novo Chris Lopes da Silva	
<b>Atividades Turísticas nas Terras Indígenas Brasileiras</b>	119
Gilberto da Silva	
<b>Turismo e Etnicidade Indígena: novas tendências a partir do caso Pataxó</b>	131
Rodrigo de Azeredo Grünewald	

PARTE II – RELATOS DE EXPERIÊNCIAS DE TURISMO  
COMUNITÁRIO NA AMAZÔNIA 143

**A experiência da Comunidade Bela Vista do Jaraqui  
(Manaus-AM) 145**

Francisco Carlos Borges de Souza

**Turismo Comunitário (Tucorin) – Baixo rio Negro na  
Comunidade São João do Tupé (Manaus-AM) 149**

Nidoval Souza dos Santos

**A experiência da comunidade indígena Nova Esperança  
(Manaus-AM) 153**

Joarlisson Garrido Melo

**A experiência do povo Tenharin Terra Indígena Marmelos  
com o Turismo (Humaitá-AM) 157**

Zelito Tenharin

Jurandir Tenharin

PARTE III – CONTRIBUIÇÕES DAS ORGANIZAÇÕES  
SOCIAIS E GOVERNAMENTAIS PARA O TURISMO  
COMUNITÁRIO 161

**Turismo de base comunitária: a experiência do Instituto de  
Pesquisas Ecológicas (IPÊ) na região do baixo rio Negro 163**

Nailza Pereira Porto

Marco Antônio Vaz de Lima

**O lugar do turismo de base comunitária na legislação, nas  
políticas públicas e no mercado, a partir da experiência do  
Projeto Saúde & Alegria no Pará-PA 173**

Davide Pompermaier

**Uso público nas Unidades de Conservação Estaduais do  
Amazonas 179**

Alcilene de Araújo Paula

Nayara Mello Deidda

<b>Fórum de Turismo de Base Comunitária da região do baixo rio Negro: mobilização dos atores de turismo e meio ambiente</b>	183
Marco Antônio Vaz de Lima Nailza Pereira Porto	
<b>Criando espaços de reflexões e oportunidades de turismo em comunidades e terras indígenas</b>	187
Bonifácio José	
CONSIDERAÇÕES FINAIS	193



PARTE I

Reflexões teórico-  
metodológicas sobre o turismo  
“em” comunidades



# Turismo Rural Comunitário en América Latina: las experiencias de REDTURS

Carlos Maldonado<sup>1</sup>

## INTRODUCCIÓN

Muy buenos días a todas y a todos. Mi propósito es tratar de comunicarles a ustedes algunas reflexiones y compartir los instrumentos de promoción y los logros alcanzados en diez años de experiencia en América Latina, apoyando y consolidando destinos turísticos con comunidades indígenas y campesinas en los más diversos parajes. Ellas hospedan a los visitantes en sus territorios ricos en biodiversidad, historia, paisajes y otros atractivos para compartir el acervo de su cultura ancestral expresada en múltiples manifestaciones.

Iniciaré mi disertación con una pequeña anécdota. REDTURS (Red de Turismo Sostenible Comunitario) solía celebrar encuentros regionales a nivel latinoamericano cada dos años para debatir dos temas previamente seleccionados en el último encuentro. Las comunidades elegían los temas y la OIT (Organización Internacional del Trabajo), en calidad de secretaria técnica de la red, preparaba los documentos e invitaba expertos a presentar sus trabajos para que las comunidades tuviesen la oportunidad de conocer y debatir enfoques conceptuales y metodologías así como experiencias innovadoras y prácticas que existían en comunidades pioneras en la materia.

Hace algunos años celebramos un encuentro regional en Guatemala sobre “clusters” o conglomerados turísticos comunitarios. Habíamos invitado a comunidades de 14 países. Dos de ellas, cuyos

---

1 Doctorado (PHD) en Sociología Urbana en el Instituto de Urbanismo de Paris. Es fundador y director de la Fundación REDTURS (Red de Turismo Rural Sostenible) cuya misión es promover y fortalecer redes campesinas e indígenas de turismo en América Latina, presente en 14 países. La misma provee servicios de información, marketing, capacitación de recursos humanos e intercambios de experiencias para consolidar pequeños negocios comunitarios, asociativos y cooperativos. Cuenta con una experiencia profesional de más de 25 años en la Organización Internacional del Trabajo (OIT), en Políticas de empleo y Desarrollo empresarial / Desarrollo rural y pueblos indígenas.

logros comentaré más adelante, *Runa Tupari*, de los quichuas en Ecuador, y *La Ruta Moskitia*, de comunidades afro-descendientes en Honduras, son emblemáticas. Ocurrió que los dos promotores de estos destinos se alojaron en la misma habitación del hotel. Cuando tenían que presentar sus experiencias no se presentaron; no habían desayunado y no sabíamos dónde se encontraban. Seguramente estaban todavía durmiendo. Alguien fue a despertarlos para anunciarles que debían presentar su trabajo esa mañana. ¿Qué había pasado? Mientras los demás dormían, ellos habían estado cotejando sus experiencias y discutiendo los resultados de las mismas. Se apasionaron tanto del tema que sacrificaron su descanso. Luego nos comentaron que, a pesar de las diferencias entre países, culturas y nichos ecológicos de los destinos turísticos, existían varias similitudes: planificación participativa con las comunidades, gestión democrática de los recursos y las oportunidades, reglas de juego claras y consensuadas, asignación de responsabilidades y control por la comunidad, manejo profesional de los negocios.

Esta anécdota ilustra el hecho que las motivaciones y experiencias personales generan encuentros mutuamente enriquecedores y pueden ser luego el motor de la acción. Nos enseña también lo estimulante que resulta trabajar en turismo comunitario cuando la gente cree en su propio potencial y se entrega con mística a realizarlo, convirtiéndose así en una pasión. Me propongo comunicarles eso a ustedes: la pasión en el trabajo con las comunidades anfitrionas en turismo.

Me considero una persona y un profesional privilegiado por haber visitado muchos de los destinos turísticos que figuran en nuestro “Portal de las Culturas Vivas en América Latina” ([www.redturs.org](http://www.redturs.org)). Casi todo lo aprendí de las comunidades. Quisiera compartir ahora esos conocimientos y convicciones con los participantes a este evento. En media hora es imposible pasar revista de lo realizado en diez años. Para responder al deseo de los organizadores mi presentación se estructura en dos partes.

Una conceptual y metodológica: ¿Qué principios, enfoques e instrumentos concertados orientan *la acción de REDTURS*? La segunda parte aborda la temática: ¿Cómo el turismo comunitario contribuye al desarrollo sostenible a nivel local en América Latina? Esto último se sustentará con cifras, hechos, lugares y otras referencias concretas de países y destinos turísticos comunitarios.

El Turismo Rural Comunitario (TRC) es un fenómeno relativamente reciente en América Latina. De acuerdo a nuestras

estadísticas, de un universo de más de 500 comunidades, el 6.5% de las iniciativas surgieron antes de los años 1990, el 49.6% en la década de los años 90 y el 43,9% después del año 2000. En la historia de los países y del turismo, 30 años no significa mucho; lo que importa destacar aquí es la dinámica y las características con las que está desarrollándose el TRC en nuestra región.

## ¿QUÉ ES EL TURISMO RURAL COMUNITARIO?

Una de las cuestiones más arduas fue definir el concepto: ¿qué se entiende por TRC? ¿de qué realidades estamos hablando? ¿a qué tipo de fenómenos sociales e históricos nos remite? Las comunidades solicitaron debatir el tema porque percibían una suerte de usurpación del concepto por algunos tour operadores privados que afirmaban “*nosotros estamos haciendo turismo comunitario*”. En uno de los eventos regionales, en el de Costa Rica (2003) concretamente, en la Declaración de San José sobre TRC se definió el concepto. No se trata pues de una definición acuñada por la OIT, ni por mí; ella fue forjada por los representantes de las redes comunitarias en el marco de los encuentros consultivos regionales.

Conviene destacar tres aspectos fundamentales en el concepto de TRC:

El carácter del negocio: toda forma de organización de iniciativas económicas en las que la propiedad de los activos y la autogestión de los recursos son de la comunidad. El patrimonio pertenece a la comunidad que, además, protagoniza el proceso. Ello no impide que las comunidades se asocien con otros actores, públicos o privados, en una suerte de “*join venture*” para operar un negocio según acuerdos y protocolos concertados.

En segundo lugar, la forma de gestión: se realiza de acuerdo a prácticas democráticas y solidarias tanto en el trabajo como en la distribución de los beneficios. La equidad es el valor subyacente. Por último, el propósito que persigue el TRC: el bienestar de todos sus miembros, sumándose a otros aportes para contribuir al objetivo general del “*buen vivir*”.

Estos tres elementos: la propiedad y la autogestión de los recursos patrimoniales de la comunidad; las reglas de juego democráticas y solidarias, y el bienestar de la comunidad como fin último distinguen al TRC de cualquier otra forma de negocio, en particular, de la empresa

capitalista cuya gerencia es centralizada y autoritaria, y privatiza los beneficios resultantes de los esfuerzos colectivos.

## ¿CÓMO SURGIÓ EL TRC EN AMÉRICA LATINA?

¿Qué causas explican su surgimiento del TRC? Anotaremos básicamente dos razones exógenas (exteriores a las comunidades) y dos razones endógenas (propias a las comunidades).

Esta mañana nos referimos a las nuevas corrientes y tendencias de la demanda turística mundial: ecoturismo, cultura, productos auténticos y alternativos, etc. El turismo es una actividad económica expansiva e invasiva: de manera permanente está buscando nuevos destinos y atractivos, nuevas formas y servicios rentables. El TRC es una de estas nuevas modalidades y, además, es alternativa, toda vez que se sitúa en las antípodas del turismo de masas: se trata de un turismo de pequeños grupos y con motivaciones específicas.

Se puede tipificar el perfil del turista que visita las comunidades: tiene niveles de ingreso y de educación superiores al promedio del país de origen ya sea de Europa, Norteamérica o del mismo país. Además, vacaciona varias veces al año. En algunos casos, como el de Alemania, se destaca algo especial: muchos turistas que pernoctan en las comunidades son profesores de biología, geografía o historia. Su motivación de viaje es *aprender* para luego revertir esos conocimientos y experiencias a sus alumnos. Se trata pues de un turismo de aprendizaje e intercambio cultural, rasgos originales e innovadores.

Sintetizando, se puede afirmar que el TRC es un turismo de las cuatro “A”: de aprendizaje, como acabamos de ver, un turismo activo, auténtico y de ancestro. Es activo por ofrecer actividades muy diversas, como el agroturismo, las caminatas, el avistamiento de flora y fauna, visitas a sitios sagrados, actividades recreativas y deportivas, etc.

Es un turismo auténtico, pues no necesita copiar ni, menos aún, masificar, sino valorar lo propio, lo genuino, lo prístino. Existe empero un peligro: la presión de los tour operadores sobre las comunidades para que “hagan esto o aquello porque le gusta al turista”. En aras de los puramente mercantil se puede ir deteriorando la autenticidad de las expresiones culturales. Interrogado algunos turistas a este respecto respondieron que algunas actividades “culturales” no eran de su agrado, pero hacían parte del programa del tour. Lo importante es que

las comunidades se manifiestan hoy más vigilantes que en el pasado sobre la autenticidad de las actividades que ofertan.

Por último, es un turismo que valora lo ancestral: usos y costumbres, valores y creencias, mitos y rituales, conocimientos, técnicas y habilidades y todo el acervo cultural. Uno de los rasgos distintivos del TRC es justamente su dimensión cultural. Entendiendo a la cultura en sentido amplio, REDTURS adoptó como concepto de partida “*el patrimonio comunitario*” y no las nociones convencionales de atractivo o recurso turístico. El hecho de que las comunidades tomen conciencia que detentan un patrimonio en sus diversas expresiones: cultural, natural, social e histórico es, en sí mismo, un acto formador y educativo. El proceso de aprendizaje con estas características es crucial, porque eleva la autoestima individual y colectiva, fortalece la identidad cultural en procura de preservar y valorar el patrimonio de cara al mercado.

La segunda causa que explica el surgimiento del TRC es el papel relevante que juegan las micro y pequeñas empresas tanto en el turismo como en el desarrollo económico local. El turismo a nivel mundial se ilustra como una gran pirámide. En la cúspide se encuentran las grandes empresas multinacionales de transporte aéreo, marítimo y terrestre; las cadenas de hoteles y restaurantes, las agencias de viaje, etc. En la base de dicha pirámide se ubican millones de micro y pequeñas empresas que proveen servicios directos a los turistas. Esta segmentación del mercado hace no sólo posible sino necesaria y deseable la contribución de las pequeñas empresas, cooperativas, comunidades, asociaciones y *clusters* con productos auténticos, específicos y novedosos al desarrollo del turismo global.

Entre los factores internos a las comunidades que explican el surgimiento del TRC destaca la pobreza secular en la que han vivido las comunidades campesinas e indígenas, excluidas y discriminadas de los procesos económicos, sociales y políticos. El turismo se está constituyendo en una fuente alternativa de recursos, de ingresos y de empleo. Insistimos, no obstante, que las comunidades no deben bajo ningún concepto abandonar sus actividades tradicionales (agricultura, ganadería, caza, pesca y forestales) - base para la provisión de alimentos y de sus formas de vida - para dedicarse exclusivamente al turismo. El turismo es concebido como una actividad complementaria a las tradicionales, al tiempo que las potencia, gracias a su efecto multiplicador y a sus encadenamientos productivos hacia adelante

y hacia atrás, dinamizando las actividades tradicionales y generando otras nuevas.

Por último, existen estrategias definidas por las comunidades campesinas e indígenas que reivindican sus tierras y territorios ancestrales, sobre todo en Ecuador, Perú, Bolivia y Guatemala, países en donde se implantó inicialmente el programa REDTURS. Ellos afirman que “un indígena o un campesino sin tierras no es nadie”. Para nosotros, las tierras son una mercancía como otras tantas que se pueden comprar y vender. Para ellos, la tierra no es simplemente un bien enajenable (mercancía). En su concepción holística del mundo y su devenir, la tierra es, a la vez, una fuente de sustento material que debe regenerarse de manera permanente; una fuente de identidad colectiva que unifica y fortalece a los individuos; y una fuente de espiritualidad que trasciende el tiempo y el espacio proyectándose al mundo de los espíritus que habitan ríos, montañas, valles y bosques, y protegen a los pueblos que los veneran. Esta filosofía (sabiduría) de vida debe permitirnos comprender por qué las comunidades defienden y luchan por sus tierras y territorios ancestrales. No defienden algo meramente físico, material y mercantil, sino su esencia, a saber: su identidad, su religiosidad y su historia.

## ¿QUÉ ES REDTURS?

Abordando ya la parte más programática y operativa, nos preguntamos ¿qué es REDTURS? Somos una Red de comunidades indígenas y campesinas presente en 14 países de Latinoamérica; también la conforman instituciones públicas y privadas, y profesionales que apoyamos a esa Red. Nuestro objetivo común y la razón que nos motiva a todos es el desarrollo sostenible aplicado al ámbito del turismo.

*¿Qué es lo que perseguimos?* Algo complejo: compatibilizar los objetivos de eficiencia económica con los de equidad social, identidad cultural y preservación de los recursos naturales y el medio ambiente. El objetivo de la eficiencia económica es esencial puesto que se trata de la gestión de negocios, algo difícil de lograr en las comunidades por las condiciones de exclusión social y política (educación, salud, formación profesional y oportunidades económicas). Al mismo tiempo buscamos la equidad social en el reparto de la riqueza y los excedentes que genera el turismo entre los diversos actores comunitarios o

extracomunitarios. Finalmente aspiramos a preservar la cultura en los términos antes aludidos, así como los recursos naturales que encierran los territorios de las comunidades y el entorno ambiental en el que se encuentran inmersos.

Apoyamos procesos de fortalecimiento y desarrollo de redes de TRC a nivel local, regional y nacional, con una proyección a América Latina. Tratándose de un programa apoyado por la OIT buscamos generar fuentes de empleo e ingreso, estimular y estimular el espíritu emprendedor de las comunidades, afianzar su cultura, fortalecer las organizaciones en sus diferentes niveles, potenciar la cohesión social de sus miembros y la solidaridad entre comunidades.

Nuestros objetivos inmediatos son fomentar oportunidades de negocio en las comunidades para elevar sus ingresos, generar empleos productivos, mejorar las condiciones de trabajo y la calidad de vida. Contrariamente a lo que ha sucedido en otros programas, en los que se ha exacerbado la desconfianza que las comunidades ya tienen hacia las instituciones públicas y privadas, REDTURS pretende instaurar un diálogo y una cooperación fructíferos entre las comunidades, las instituciones públicas, el sector privado y las ONGs a los efectos de facilitar el acceso de los pequeños negocios a las instituciones, a los mercados y los servicios para su desarrollo (crédito, asistencia técnica, capacitación, gestión de negocios, etc.).

Alentar el diálogo social y las alianzas es vital para las redes de turismo comunitario porque el desarrollo no es asunto ni responsabilidad de una sola institución; cada una de ellas tiene aportes específicos y complementarios que realizar. En este sentido, el diálogo y la negociación son herramientas estratégicas para cohesionar las redes. Para su logro, la OIT, obviamente, brinda asistencia técnica, respaldo institucional y capacitación para el desarrollo del talento humano.

## ¿QUÉ ESTRATEGIAS ORIENTAN LA ACCIÓN DE REDTURS?

El *“Plan de Acción de REDTURS 2003-2010”*, define los siete ejes estratégicos en los que hemos venido trabajando: 1) Investigación sobre el perfil de la oferta comunitaria y sus grados de sostenibilidad; 2) Intercambio de experiencias entre las redes; 3) Promoción y mercadeo de productos de TRC; 4) Capacitación del recurso humano comunitario; 5) Fortalecimiento de procesos asociativos en las redes;

6) Concertación de pautas para la auto-regulación y la auto-evaluación de las redes (código de conducta); 7) Incidencia en las políticas públicas nacionales y locales mediante el diálogo social.

Dado que sería muy extenso referirse a cada uno de las estrategias y presentar sus enfoques, instrumentos, acciones y resultados, optaré por breves comentarios sobre cada una de ellas.

En un ámbito desconocido e incipiente como el turismo comunitario, no sabíamos cómo estaban operando los negocios y con qué resultados; obviamente, una investigación del perfil de la oferta se imponía. Realizamos 23 estudios de casos en Ecuador, Perú, Bolivia y Guatemala. Luego, procedimos a sistematizar y a intercambiar resultados y experiencias sustentados en los estudios y en otros casos presentados en seminarios locales, regionales y a nivel latinoamericano.

En la evaluación de los proyectos turísticos comunitarios no se consideran algunos aspectos cruciales. En la OIT nos interesaba conocer los efectos del turismo en la economía, los ingresos familiares, el empleo y el trabajo comunitario, sin dejar de lado sus efectos en el bienestar social y la cohesión de los miembros de la comunidad. Los resultados del turismo no pueden circunscribirse al número de visitas, origen de los visitantes, ventas realizadas e ingresos. Lo que más nos motivó conocer fue cómo el turismo estaba transformando la vida diaria de las comunidades; si los objetivos iniciales eran válidos y si éstos se estaban alcanzando; si se generaban efectos negativos y contradictorios que debilitan los valores, la cohesión social y la autenticidad de la cultura comunitaria y cómo éstos se estaban contrarrestando o no.

Refiriéndome a las estrategias de investigación y de intercambio de experiencias, se generaron alentadoras sinergias entre ellas. Se llevó a cabo una serie de encuentros nacionales y regionales para debatir los temas consensuados, sobre los cuales la OIT, en calidad de secretaría técnica, preparó los estudios de base para su socialización y debate con las comunidades de la Red.

Se organizaron seis encuentros regionales. En el primero se forjó la “*Declaración de Otavalo*” (Ecuador, 2001), en la que se aboga la creación de la Red de Turismo Comunitario (REDTURS); se definió el rol protagónico de las comunidades en los procesos y se confió a la OIT la misión de asistencia técnica y respaldo institucional. Dos años después, se elaboró la “*Declaración de San José*” (Costa Rica, 2003), en la que destacan los principios filosóficos del TRC y las bases programáticas de la Red, programa que ha venido aplicándose

rigurosamente hasta la fecha. Dichas declaraciones se encuentran en el portal de REDTURS, con textos en español, inglés y francés.

En el encuentro en Panamá (*Panamá, 2005*) se concertaron las directrices del “*Código de Conducta para el TRC en América Latina*”. En esa época surgió un debate sobre si el turismo comunitario debía ser certificado por alguien de afuera, con sus reglas preestablecidas; o si el turismo comunitario aspiraba a contar con su propia marca colectiva. Los representantes de las redes se pronunciaron en favor de esta última opción. Se trabajó en los lineamientos de un código de conducta cuyo contenido sustentaría los principios y las reglas de juego a respetar. Dicho instrumento fue validado y aprobado en el encuentro regional de La Paz (*Bolivia, 2007*) tras los debates y las enmiendas del caso.

En síntesis, el *Código de Conducta* contiene directrices para: 1) garantizar el reconocimiento de los derechos de las comunidades indígenas y rurales en las políticas y programas de turismo; 2) asegurar a las comunidades el máximo de beneficios económicos derivados del turismo; 3) preservar el hábitat natural y la integridad de las tierras y territorios de las comunidades indígenas y campesinas; 4) preservar la autenticidad y valorar la riqueza del patrimonio cultural de las comunidades anfitrionas del turismo; 5) fortalecer las instituciones, formas de participación y cohesión social de las comunidades mediante la actividad turística.

En complemento a esas directrices se propusieron acciones prioritarias a ser impulsadas por las organizaciones comunitarias a fin de incorporar en las políticas públicas los objetivos y los recursos destinados a rescatar, preservar, valorar y difundir de forma integral las expresiones genuinas de las culturas autóctonas y no sólo aquellas que interesan al turismo como actividad comercial.

Como se anotó más arriba, en el encuentro de La Paz (*Bolivia, 2007*) se abordó el tema del “*Turismo Comunitario y los gobiernos locales*”, mientras que en el encuentro consultivo a comunidades de REDTURS en Guatemala (*Guatemala, 2008*) se presentaron algunos casos emblemáticos de “*Conglomerados turísticos comunitarios*”, y se procedió a la validación de los dos mencionados manuales para la autogestión de la calidad de servicios turísticos y la sostenibilidad de los destinos turísticos comunitarios.

Como puede apreciarse, la relación que existe entre la investigación, la acción y la elaboración de instrumentos pensados, refrendados y apropiados por las comunidades es muy estrecha. En

diez años se ha emprendido un esfuerzo considerable para producir esos instrumentos, faltando por completarse en algunos casos la etapa de su difusión.

Para la promoción de los productos turísticos, sobre los cuales se recogió información estandarizada, generalmente mediante trabajos de consultoría, hemos diseñado y lanzado el portal de REDTURS ([www.redturs.org](http://www.redturs.org)) cuya misión es dar a conocer la oferta turística de las comunidades en 14 países del continente. Me referiré más adelante al universo de las comunidades y los países en los que éstas operan. El portal es trilingüe, con textos en español, inglés y portugués.

En lo que atañe a la capacitación del recurso humano comunitario, se elaboró, validó e impartió capacitación con metodologías propias de REDTURS en Ecuador, Perú, Bolivia, Argentina y Guatemala. Se trata de *NETCOM: Negocios Turísticos con Comunidades*, cuyos manuales estimulan a las comunidades a reflexionar sobre las tendencias de la oferta turística a nivel mundial; las oportunidades que generan los negocios en turismo; las formas cómo las comunidades pueden integrarse con ventajas al mercado turístico con respecto a otras ofertas gracias al acervo de su patrimonio; cómo elaborar planes de negocios para tomar conciencia y orientar las decisiones de inversión de las comunidades (las inversiones son pertinentes y oportunas? serán viables y provechosas?).

Otros manuales, consensuados en el encuentro regional en Guatemala (2008), versan sobre la “*Autogestión de la calidad de los servicios turísticos*”, y la “*Autogestión de la sostenibilidad de destinos turísticos comunitarios*”. Los participantes validaron y mejoraron los textos propuestos, adecuando las variables y los indicadores a sus propios requerimientos a la luz de sus experiencias.

En materia de calidad de los servicios turísticos se dispone de una serie de indicadores consensuados con las comunidades para brindar servicios de alojamiento, alimentación, guiado turístico, transporte y operar eficientemente negocios de pequeños operadores de turismo. En el ámbito de la autogestión de la sostenibilidad, REDTURS se ha dotado de una serie de variables e indicadores para apreciar la sostenibilidad de un negocio turístico en los ámbitos económico, social, cultural y ambiental. La OIT sistematizó esos instrumentos que luego regresaron a las comunidades para que se los apropien mediante la capacitación y la aplicación en sus negocios.

Si el fomento del turismo y las actividades afines busca elevar el nivel de bienestar de las comunidades, salvaguardando sus derechos territoriales

y su patrimonio cultural genuino, uno de los ejes estratégicos cruciales de REDTURS es la consolidación de las estructuras asociativas del turismo comunitario. Ello significa, organizaciones dotadas de una capacidad de autogestión, prestación de servicios eficientes a sus socios y a sus clientes, y suficiencia de medios para solventar su sostenibilidad.

Tres niveles de fortalecimiento complementarios destacan: el local, el nacional y el regional. Los representantes de las siguientes federaciones nacionales y redes locales fueron convocados y participaron en el IV Encuentro Consultivo Regional (*Bolivia, 2007*).

1. RITA: Red Indígena de Turismo de México.
2. SENDA SUR: Red de Turismo de Chiapas Ecotours y Etnias, México.
3. FENATUCGUA: Federación Nacional de Turismo Comunitario de Guatemala.
4. MUTU: Red de Turismo Comunitario Garífuna, Honduras.
5. RENITURAL: Red Nicaragüense de Turismo Rural.
6. ACTUAR: Asociación Costarricense de Turismo Rural Comunitario.
7. COOPRENA: Red de Turismo Rural Comunitario de Costa Rica.
8. Red de Turismo de los Pueblos KUNA, Panamá.
9. KAÍECOTRAVEL: Operador Turístico Comunitario, Colombia.
10. FEPTCE: Federación Plurinacional de Turismo Comunitario de Ecuador.
11. Asociación de Turismo Vivencial Comunidades Raqchi y Llachón, Perú.
12. TUSOCO: Red Boliviana de Turismo Solidario Comunitario.
13. TURISOL: Red Brasileña de Turismo Solidario Comunitario.
14. Red de Parques Comunitarios Mapu Lahual, Chile.
15. Red de Turismo Campesino de los Valles Calchaquíes, Salta, Argentina.
16. Red Provincial de Turismo Rural de Base Comunitaria de Jujuy, Argentina.

Por último, la estrategia séptima fue objeto de debate en el marco del encuentro regional de la Paz (*Bolivia, 2007*), habiéndose planteado como interrogante: ¿Cómo podemos incidir en las políticas públicas nacionales y locales mediante el diálogo social?

La implementación de proyectos de turismo comunitario es reciente, por lo que los estados latinoamericanos, salvo en contados casos, no disponen de políticas coherentes y programas para su operación y fomento. Los gobiernos se han abocado a la tarea de promulgar leyes para regular e incentivar la iniciativa privada, a la que le otorgan múltiples ventajas. La iniciativa privada empieza a percibir al turismo comunitario como un competidor, mientras que las normas y reglas de operación para las iniciativas de turismo comunitario y los incentivos para su desarrollo no están definidos o son muy incipientes.

La temática de las políticas públicas viene nutriendo la reflexión de las organizaciones comunitarias por la creciente importancia que está cobrando el desarrollo económico local (DEL) y el papel protagónico de los actores locales en la búsqueda de soluciones para generar fuentes de empleo e ingreso en procura de un mayor bienestar social.

Al gobierno nacional le compete generar políticas favorables al desarrollo sostenible del turismo y del turismo comunitario en particular, a partir de una serie de consensos con los actores protagónicos a los efectos de lograr un modelo turístico sostenible, equitativo y competitivo. En este enfoque, las estrategias para vigorizar el tejido social y productivo gracias a nuevas alianzas institucionales, a políticas locales incitativas y a pautas de actuación para concretar los efectos sinérgicos resultan cruciales.

Los gobiernos municipales, por su parte, pueden realizar una contribución sustantiva a la instauración de un entorno favorable a la creación, funcionamiento y desarrollo de las MyPES turísticas y actividades conexas. Las políticas y medidas del gobierno nacional son indisociables de las facilidades e incentivos que puedan acordar los gobiernos locales a las comunidades para impulsar iniciativas en el sector turístico.

La agenda del mencionado evento (*Bolivia, 2007*) contempló debatir el tema: *gobiernos locales y turismo comunitario*, partiendo de una serie de preguntas directrices, cuya deliberación en grupos de trabajo debía concluir con propuestas para la acción de las organizaciones de TRC. Los temas a debatirse fueron: fortalecimiento institucional de los emprendimientos comunitarios; desarrollo empresarial: enfoques e instrumentos; mercadeo, promoción y comercialización de los servicios turísticos; crédito para financiar los negocios comunitarios.

El proceso de articulación de propuestas en esos cuatro ámbitos es indispensable para la concepción de políticas públicas y estrategias

de acción de abajo hacia arriba. En dicho proceso se aspira a conjugar la planificación participativa, el ejercicio de la democracia directa y el diálogo social en el marco de democracias representativas, a fin de consolidar un modelo de gestión territorial sostenible y los destinos turísticos comunitarios.

#### ALGUNOS RASGOS OPERATIVOS DEL TRC

REDTURS nació con raíces indígenas y andinas (Bolivia, Ecuador y Perú, 2001), no obstante, en el año 2003 se operó un cambio importante, los participantes al encuentro consultivo regional, que tuvo lugar en Costa Rica, decidieron que la Red acogiese no solamente a comunidades indígenas, sino también a comunidades campesinas, cooperativas y otras iniciativas de carácter asociativo que compartían objetivos análogos.

El **tabla** adjunto ilustra la distribución de los destinos (357) como de las comunidades (569) en 14 países de América Latina. Si se actualizara el cuadro a la fecha, las cifras arrojarían cerca de 400 destinos y 600 comunidades. El número de comunidades es mayor al de los destinos turísticos, pues estos últimos aglutinan a varias comunidades (ej. Argentina, Ecuador, México, Perú, Venezuela), cooperativas (Nicaragua) y asociaciones (Costa Rica y Brasil), ilustrando así la diversidad de los actores según el país.

**Tabla 1:** Destinos turísticos comunitarios y comunidades participantes en América Latina por país.

N°	Países	Destinos	%	Comunidades	%
1	Argentina	27	7,6	63	11,1
2	Bolivia	21	5,9	33	5,8
3	Brasil	38	10,6	69	12,1
4	Chile	7	2,0	18	3,2
5	Colombia	18	5,0	22	3,9
6	Costa Rica	35	9,8	44	7,7
7	Ecuador	59	16,5	64	11,2
8	Guatemala	17	4,8	23	4,1
9	Honduras	15	4,2	20	3,5
10	México	37	10,4	49	8,6
11	Nicaragua	36	10,0	89	15,6

12	Panamá	5	1,4	6	1,1
13	Perú	37	10,4	51	9,0
14	Venezuela	5	1,4	18	3,2
<b>Total</b>		<b>357</b>	<b>100.0</b>	<b>569</b>	<b>100.0</b>

Fonte: Adaptado pelo autor (2011).

Estamos rediseñando el portal de REDTURS que contará con informaciones estadísticas sobre los destinos turísticos (Observatorio del Turismo Comunitario), información para contactos comerciales y venta en línea de los manuales y publicaciones de REDTURS.

¿Cuáles son los servicios que brindan las comunidades? Ellas ofrecen alimentación: 96%, alojamiento: 89%, guiado e interpretación: 76%, animación cultural: 72%, venta de artesanías: 32%, transporte: 27%. Todas estas actividades son nuevas en la comunidad; cada una de ellas significa capacidades y habilidades técnicas adquiridas y desarrolladas, nuevas formas de organización; mayor movilización y gestión de recursos. Se puede afirmar que el turismo ha tenido un efecto positivo tanto en el espectro ocupacional cuanto en las habilidades técnicas de los miembros de las comunidades.

¿Cómo se organizan los destinos comunitarios? Las formas de gestión más frecuentes se reparten entre las tradicionales asociaciones (53%) y cooperativas (14%), y los llamados “clusters” o conglomerados que aglutinan a varias comunidades (33%). En este último caso, obedecen a procesos asociativos de corte moderno por los propósitos explícitos de elevar la productividad del trabajo, lograr economías de escala y una eficiencia colectiva en el uso de los recursos en procura de una mayor competitividad en el mercado.

Para ello, las comunidades ponen en común sus recursos humanos, naturales y culturales, mediante la creación de una pequeña operadora de turismo. La operadora realiza el trabajo en el seno de la comunidad y desde ésta hacia afuera, en aspectos de organización, representación, promoción, comercialización y venta de los servicios turísticos, mediante una comisión o un arreglo contractual de remuneración.

## TURISMO RURAL COMUNITARIO Y SOSTENIBILIDAD

Acotamos antes que el objetivo común y la razón que nos motiva a todos aquellos que participamos en la construcción de REDTURS es *el desarrollo sostenible aplicado al ámbito del turismo. ¿Cómo definimos un negocio y un destino turístico sostenibles?*

Muy a menudo, el concepto de sostenibilidad ha sido reducido a la cuestión ambiental y a las prácticas conservacionistas de los recursos naturales, lo cual entraña un empobrecimiento del concepto primigenio, tal como fue definido en los documentos de la Cumbre de la Tierra (*Río de Janeiro, 1992*) y la Cumbre sobre Desarrollo Sostenible (*Johannesburgo, 2002*). El concepto de sostenibilidad es global y holístico; no puede reducirse a la problemática de la conservación de los recursos naturales y la preservación de la calidad del ambiente. A este propósito, REDTURS concibe cuatro dimensiones o pilares de la sostenibilidad que son interdependientes y actúan estrechamente vinculados (ver *“Declaración de San José”, Costa Rica, 2003*).

Para ser sostenible, el TRC tiene que ser a la vez: económicamente viable, socialmente solidario, culturalmente enriquecedor y ambientalmente responsable. Pasemos en revista brevemente cada una de estas dimensiones, sus objetivos, prácticas y logros.

#### *¿Qué significa ser económicamente viable?*

Esta dimensión incorpora objetivos e instrumentos de gestión eficiente en el uso y valoración de todos los recursos que moviliza la comunidad, así como la calidad de sus prestaciones turísticas, la obtención de beneficios que permitan remunerar de manera justa y adecuada el trabajo y las inversiones de la comunidad.

Si las comunidades buscan derivar ingresos regulares y crecientes del turismo para financiar sus actividades sociales, educativas, ambientales y la defensa jurídica de sus derechos es necesario que el negocio sea eficiente y rentable. Uno de los aspectos más difíciles en la promoción ha sido incorporar en las comunidades el concepto de gestión eficiente, sus instrumentos y prácticas cotidianas. El turismo es un negocio complejo; su permanencia en el mercado depende del grado de eficiencia con el que se lo maneje.

Ilustraremos este aspecto gracias a *“Runa Tupari”* (*Encuentro con indígenas*), destino ubicado en el norte de Ecuador, provincia de Imbabura, donde se asientan comunidades emprendedoras, con excelentes disposiciones para el manejo de negocios, como los Otavaleños. Ellos utilizaban calculadoras y hablaban inglés antes que lo hicieran las universidades del país. Sus talentos y su visión para el manejo de negocios son histórica y culturalmente sustentadas; han sido pioneros y continúan siendo muy dinámicos.

En esa zona conviven cinco comunidades en territorios aledaños: Morochos, La Calera Chilcapamba, Tunibamba y Santa Bárbara. El turismo tiene una expresión territorial claramente definida, en una zona muy rica, con lagos y recursos paisajísticos de singular belleza. Estas comunidades decidieron unirse y formar un *cluster*. Importa destacar que esta experiencia muestra un alto grado de eficiencia económica. Si se quiere contar con recursos para la comunidad, se requiere primero generarlos y, para ello, las ventas deben ser crecientes de un año a otro. Esto se ilustra así: en el año 2004 se vendieron servicios por cerca de US\$ 52.000 dólares y en el 2007 por US\$ 102.000; es decir, casi se doblaron las ventas. El número de pernoctaciones pasó de 466 a 2.871 y el número de turistas se elevó de 256 a 1.128; con ello los ingresos de las comunidades se incrementaron.

Más precisamente se puede desglosar así: el ingreso que percibieron las 16 familias alberguistas, esencialmente mujeres indígenas dedicadas a la agricultura, por la provisión de alojamiento y desayuno representa unos US\$ 15 por día, de la tarifa general que paga un turista. El primer año recibieron en conjunto US\$ 3.700 y el séptimo año US\$ 23.000. En total han recibido US\$ 99.000 dólares en el lapso de siete años. Si añadimos un año más, los ingresos superan los US\$100.000.

Algo similar puede ilustrarse con respecto a los guías de turismo, jóvenes indígenas de la comunidad, cuyos ingresos progresaron de US\$ 2.106 a US\$ 4.963 entre 2004 y 2007.

Se concluye entonces que el turismo sí ha dinamizado la economía comunitaria y ha distribuido ingresos a grupos sociales desfavorecidos como las mujeres y los jóvenes, quienes han logrado mayor participación en las decisiones, en las oportunidades de empleo y en el acceso a recursos productivos, incluyendo el crédito y la capacitación.

Otra ilustración constituye La Ruta Moskitia (LARUMO) de Honduras, en la Reserva de Biosfera del Hombre y Río Plátano (Patrimonio Natural y Cultural de la Humanidad, UNESCO, 1980), operada por comunidades afro-descendientes: Garífunas (Plaplaya) y Miskitos (Raista, Belén, Brus Laguna, Las Marías: Miskita y Pech). El proceso se desarrolló en tres fases: diagnóstico y planificación (2002); construcciones y capacitación (2003-2004); mercadeo y promoción (2005-2008).

¿Qué condiciones favorecieron el éxito? Los principales fueron: apropiación del proyecto por las comunidades; toma de decisiones en

cada una de ellas a través de un comité dirigido por un coordinador; beneficios económicos tangibles producto de la prestación de servicios; alianzas estratégicas en las etapas de planificación, consolidación y mercadeo; transparencias en el manejo operativo y administrativo; cada comunidad posee una cuenta en la que se depositan los ingresos de cada tour; equidad en la participación comunitaria; apertura de una oficina de ventas en La Ceiba, puerto en el Caribe por el que llegan los turistas; constante comunicación con clientes y comunidades.

En cuanto a las ventas de LARUMO, se observan cifras similares a las de Runa Tupari. En el año 2008 vendieron US\$ 87.500 dólares. Las mayores ventas se realizaron por el sitio Web, es decir el 75%.

¿Cómo acordaron distribuirse el ingreso por el turismo? El 80% ingresa en efectivo a las comunidades prestadoras de servicios. El 10% se destina a la conservación de proyectos ambientales. El 10% restante se destina a los técnicos administradores de LARUMO.

Otro ejemplo ilustrativo que merece citarse son las comunidades indígenas aymara de la Península Capachica, en la Reserva Nacional del Titicaca (Perú), que conformaron un *cluster*. Las conexiones entre comunidades han dado origen a circuitos turísticos que se realizan vía terrestre o lacustre. Si bien esta experiencia es más reciente y en vías de consolidación, sus principios de organización y los propósitos que persiguen son muy similares a los casos precedentes.

Un último ejemplo se ubica en Chile, se trata de la Ruta Machalí; una asociación de varios negocios: un refugio llamado El Bosque, un artesano orfebre, un centro criadero de alpacas y unas termas. Al asociarse, cada uno aportó con diferentes atractivos turísticos y actividades que fueron integrados en un producto único. Lo que nos interesa es el conglomerado que ofrece ingredientes diversos que se complementan.

Para cerrar esta sección acotaremos que existen otros efectos económicos derivados del turismo, como ser: la diversificación de las fuentes de ingreso de las comunidades: según los 23 estudios de caso mencionados, los resultados indican que se han creado 14 nuevas actividades no-agrícolas y se han fortalecido las tradicionales (agricultura, pesca, crianza de ganado menor y forestales).

Por otra parte, la mejora de la tecnología productiva en huertos orgánicos para proveer de alimentos a los turistas surtió un efecto positivo en la mejora de la dieta diaria y la nutrición familiar. Los ahorros que genera el turismo han servido para crear fondos

comunales, los mismos que se han prestado a jóvenes y a mujeres para financiar criaderos de aves, producción y venta de artesanías, etc. Se percibe un notable efecto multiplicador de las utilidades provenientes del turismo.

En términos del impulso otorgado al desarrollo económico local, como se ilustra más adelante, las finanzas de las comunidades han mejorado gracias a cuotas periódicas y la de los municipios vía impuestos, sin olvidar las transferencias al sector privado mediante compras y comisiones. Por último, el estímulo al espíritu emprendedor de los jóvenes y mujeres ha tenido por efecto afianzar los talentos de la comunidad, al tiempo que se han generado nuevas fuentes de ingreso.

### *¿Qué significa ser socialmente solidario?*

Esta dimensión promueve una cooperación efectiva entre los miembros de la comunidad y con otras comunidades, en un marco de distribución equitativa de las oportunidades y los beneficios derivados de la actividad turística. La solidaridad y el intercambio de experiencias desbordan los límites de la comunidad y se proyectan a su entorno.

Las comunidades de Runa Tupari, por ejemplo, entregan un dólar por cada turista a la comunidad o al cabildo. El primer año entregaron US\$ 233 y en el 2007 US\$ 1.400. En el lapso de siete años las comunidades se han beneficiado de US\$ 6.220, que sirven para sufragar gastos que el cabildo decida.

En las cinco comunidades que conforman Runa Tupari, los beneficiarios directos son: las 16 familias alberguistas, seis guías nativos, tres técnicos administradores, y los cabildos locales. También se benefician indirectamente una gran número de familias de las comunidades (610), así como 39 comunidades representadas por la UNORCAC.

La repartición de los ingresos del turismo permite también apreciar, en términos de desarrollo económico local, cómo el turismo comunitario mediante transferencias irriga al resto de los actores económicos. En síntesis, los alberguistas reciben el 39% del total del ingreso turístico; el transporte privado percibe el 15%, mientras que los tour operadores privados, nacionales o extranjeros, reciben comisiones en similar proporción (15%). El personal técnico que administra la pequeña operadora turística Runa Tupari devenga 13% del ingreso total. Los impuestos que se pagan al municipio y al

gobierno representan el 12%, mientras que los gastos de publicidad y comunicación absorben el 3%. El dólar que se entrega a la comunidad por cada turista significa un 3% del ingreso total.

En las cinco comunidades que conforman LARUMO, los beneficiarios directos son: las siete familias alberguistas, 112 guías nativos, 90 patrulleros, siete motoristas y tres administradores. También se benefician indirectamente 249 familias de las comunidades, así como 42 bailarines y 2 comités (ecoturismo y conservación de tortugas).

Conviene mencionar otros efectos sociales derivados del turismo, como ser: la ampliación del espectro ocupacional y la diversificación de las calificaciones del recurso humano comunitario; el fortalecimiento de la cohesión social gracias a nuevas formas de organización, participación y ejercicio de la democracia interna; el incremento de la cooperación intercomunitaria en torno a formas más eficientes de gestión empresarial (*clusters*). La mejora del gasto social se evidencia en los ingresos destinados a mejorar el funcionamiento de escuelas, atención en salud y defensa de los derechos colectivos (tierras y territorios, etc.). Las comunidades han logrado también un reconocimiento en el ámbito político al ser interlocutoras del sector privado, del gobierno y de las ONGs.

### *¿Qué significa ser culturalmente enriquecedor?*

Este tercer pilar de la sostenibilidad propicia experiencias satisfactorias y encuentros de calidad en el ámbito del turismo que enriquecen tanto a la comunidad anfitriona como al turista. El TRC se concibe como un diálogo entre culturas que se equivalen, en el marco de un intercambio que genera aprendizajes mutuos. Se diferencia del turismo tradicional en el cual los agentes que detentan el poder del dinero - el turista y el tour operador - imponen su forma de ver, de recrearse, de concebir la cultura, de usar los recursos naturales, de valorar y remunerar el trabajo. La semántica también ha cambiado: las comunidades son *anfitrionas*, y los turistas son *huéspedes* recibidos por éstas.

Según nuestra base de datos, que aglutina a más de 500 comunidades, el 96% de ellas ofrece actividades recreativas (excursiones, paseos, cabalgatas, pesca deportiva, ciclismo y juegos al aire libre); el 98% actividades de naturaleza (avistamiento de flora y fauna, visita a centros de preservación o científicos); y el 90,4 % actividades culturales (música, baile y otras manifestaciones artísticas,

participación en confección de artesanías, actividades agrícolas, ferias y fiestas tradicionales, ceremonias religiosas, ritos sanatorios, visita a sitios históricos y arqueológicos, etc.).

Estas actividades ilustran que el TRC es un turismo activo, de apertura, de intercambios culturales y valoración de los atractivos de los territorios ricos en biodiversidad. En esta óptica, muchas tradiciones han sido recuperadas, revitalizadas y dinamizadas. Nuestro sitio web, conocido como “*El Portal de las culturas vivas*”, destaca el concepto de culturas ancestrales que no se han anquilosado; todo lo contrario, están muy vivas, se enriquecen y desarrollan en forma continua.

Entre otros efectos positivos se anotará la toma de conciencia del valor del patrimonio cultural y sus expresiones como elemento clave para diferenciar el producto turístico. Además, se ha desarrollado una mayor conciencia de la identidad propia y se ha elevado la autoestima. Estos cambios en la conciencia de las comunidades son los logros más importantes, sin desmerecer los otros. Las culturas marginadas durante siglos, ahora son el objeto de atención comercial y de una actividad de alcance internacional.

Es importante que la cultura sea reconocida y valorada, y que se la pueda difundir y hacer apreciar a través de una serie de actividades. En esta óptica se han rescatado, valorado y afianzado expresiones culturales que fueron olvidadas, debilitadas o menospreciadas. Se ha restaurado sitios arqueológicos y lugares de alto valor simbólico para las comunidades.

Se ha promovido y recuperado productos y técnicas agrícolas, artesanales y la tradición culinaria. Estas características son muy apreciadas hoy en el mercado, bajo el concepto de *industrias con identidad cultural y productos con denominación de origen y arraigo territorial*. Como consecuencia, las comunidades han creado una serie de *marcas colectivas* para posicionar en el mercado productos como quesos, tejidos y otros de la pequeña agroindustria, y servicios como el turismo rural por su originalidad y autenticidad.

Los servicios turísticos compiten cada vez más por la globalización y se hallan expuestos a una creciente presión para diferenciarse. El TRC requiere en este ámbito una visión estratégica competitiva. La marca colectiva se crea para enfrentar más eficazmente el mercado, es decir, para superar las limitaciones individuales y las restricciones que se originan en el aislamiento de los pequeños empresarios y sus empresas. Con ello se puede obtener ventajas derivadas de la asociación

y la gestión en común, la cooperación para la prestación de servicios con mayor eficiencia. La marca permite aprender a trabajar en forma conjunta, asumiendo responsabilidades en base a metas definidas y objetivos compartidos.

Recordemos que una de las fuentes de la competitividad es la especialización flexible en la producción y la diferenciación del producto en términos de calidad, innovación, tecnología e imagen de marca. Volvemos a lo dicho: la autenticidad, lo genuino y lo original es preferido por los consumidores. En el mundo hay una sola cultura Inca, una sola cultura Maya, una sola cultura Quiché y así de otras. Cada uno de nuestros países tiene sus etnias propias; lo cual representa un valor extraordinario.

En fin, recordemos que se han concebido y aplicado reglas de convivencia intercultural entre comunidades anfitrionas y turistas huéspedes para minimizar los impactos externos. Los códigos de conducta proveen una amplia gama de directrices orientadas a preservar la autenticidad y valorar la riqueza del patrimonio cultural de las comunidades.

### *¿Qué significa ser ambientalmente responsable?*

Por último, en esta dimensión se fomenta una conciencia respetuosa de la naturaleza y su biodiversidad; alienta la preservación y la gestión sostenible de las tierras y los territorios de las comunidades campesinas y los pueblos indígenas, en la perspectiva de que éstos puedan transmitir a las próximas generaciones los éxitos que ha logrado en este ámbito.

Precisemos que el 41% de los destinos turísticos comunitarios miembros de REDTURS se encuentran en áreas naturales protegidas (reservas naturales, parques nacionales, refugios de vida silvestre, reservas de la biósfera, corredores de biodiversidad, etc.), y el 31% se localiza en el entorno inmediato de las mismas. Es decir, el 72% de los destinos comunitarios son muy sensibles por encontrarse en áreas de especial cuidado.

En términos de política pública ello significa que si los gobiernos nacionales se proponen gestionar sosteniblemente las áreas protegidas deberán suscribir alianzas con las comunidades a los efectos de cogerlas algunas de ellas; tal como ocurre en países como Colombia y Ecuador. Hoy existen muchas experiencias positivas de

las que pueden extraerse enseñanzas útiles para la gestión sostenible y participativa de dichas áreas.

Un ejemplo digno de ser destacado sobre las nuevas formas de gestión de tierras familiares y territorios comunales es el caso de Mapu Lahual, al sur de Chile. Allí, los pueblos originarios Mapuche lograron recuperar unas 5.000 hectáreas de sus territorios ancestrales, dando origen a circuitos turísticos para preservarlos mediante el uso y el aprovechamiento sostenible de sus territorios y del patrimonio cultural comunitario.

Entre los logros en este ámbito pueden anotarse los siguientes: el concepto de patrimonio natural (ecosistemas y biodiversidad locales) ha sido incorporado en la planificación, la gestión y el desarrollo del turismo; se ha fortalecido la conciencia social acerca de la responsabilidad común en la preservación de dicho patrimonio; se han suscrito compromisos que fomentan prácticas ambientales responsable, plasmados en códigos de conducta. Estos últimos buscan regular los comportamientos de los turistas y los tour operadores, al igual que las prácticas cotidianas de las comunidades. Se han propuesto lineamientos de política para que los gobiernos reconozcan, difundan e incentiven estos cambios como una expresión concreta de las políticas ambientales y sociales del país.

Por otra parte, conviene señalar que con la mejora de los ingresos familiares se han abandonado prácticas depredadoras, como la tala del bosque, el tráfico y la caza de especies endémicas, algunas de ellas en peligro de extinción. La cogestión de áreas protegidas gracias a compromisos contractuales entre comunidades, instituciones públicas, ONGs y cooperación internacional es un paso importante en esa dirección.

En cuanto a los avances registrados en las políticas públicas, se puede afirmar que el turismo comunitario está entrando paulatinamente en la agenda de los gobiernos de la región, con más o menos éxito dependiendo de los países, esto es, de la relación de fuerzas entre comunidades y gobiernos; de su capacidad a dialogar y a negociar.

Para concluir, no olvidemos que el objetivo catalizador de las políticas y programas como REDTURS es la preservación y la valoración sostenible de los territorios y las culturas ancestrales de las comunidades campesinas e indígenas gracias al turismo, a los efectos de generar empleos dignos, mejorar sus ingresos y elevar la calidad de vida.

Quiero acotar que quizá algún día todos estos ejemplos exitosos, los métodos y conceptos preconizados puedan ser compilados en un libro que valore y difunda las innovaciones que están surgiendo a lo largo y ancho del continente en diferentes ámbitos y que el TRC las está potenciado vigorosamente.



## Sobre o lugar do Turismo de Base Comunitária

Roberto Bartholo<sup>2</sup>

Quando sou convidado a falar sobre turismo e desenvolvimento local, muitas vezes começo com um dito bem curto: “o rabo não abana o cachorro”. Se pretendemos que isso aconteça, algo está gravemente fora de lugar.

Falar de turismo é falar da mobilidade de pessoas em territórios. Mas não de qualquer modo de mobilidade. É sim de um modo específico, uma mobilidade sujeita a determinações e qualificações específicas. Uma mobilidade condicionada, tanto em termos qualitativos como quantitativos. Se queremos, ademais, falar de turismo de base comunitária como uma modalidade distinta então necessitamos de determinações e qualificações adicionais que lhes sejam específicas.

A isso se somam efeitos de pelo menos um fato do passado recente, uma assepsia de vocabulário em nome das atitudes *politicamente corretas*. Foi assim que, no caso da cidade do Rio de Janeiro, a prática do turismo em *favelas* se associou ao desuso de tal palavra e sua substituição por *comunidade*. Isso contribuiu para que o turismo dito *de base comunitária* fosse identificado com iniciativas e práticas em meio a populações com nível de renda monetária relativamente mais baixo. E o uso da palavra comunidade passou a ser associado com um certo determinismo econômico.

Advirto que considero esta perspectiva errônea e que sua adoção pode nos conduzir a enganos. Considero que a intensidade da monetarização seja um elemento de contexto, dentre outros, e não caracterize e identifique uma “comunidade”. Considero que “comunidades” possam ser caracterizadas e identificadas primordialmente não em razão seus níveis relativos de renda monetária, mas sim pelos modos de relação que ali predominem, pelos padrões relacionais que ali se possam observar.

---

2 Professor associado do Programa de Engenharia de Produção da COPPE – Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Bolsista como Pesquisador Visitante Senior da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas (FAPEAM). bartholo@pep.ufrj.br.

Martin Buber enfatiza que há dois modos fundamentais de relação: o modo EU-TU e o modo EU-ISSO.

Nas interações do modo de relação EU-ISSO afirma-se sempre algo de já sabido e busca-se confirmação. Quando digo *ISSO* estou imerso num campo de pré-definições, de papéis, de conceitos, de prescrições. Dizendo *ISSO* preencho com verdades já sabidas – e de cunho discursivo – horizontes de expectativas e espaços de experiências. Nos encontros e diálogos do modo de relação EU-TU busco o ainda não sabido e me aventuro em meio a arriscadas incertezas de verdades que desconheço, de histórias *outras* que não controlo, abandonando certezas fixas e reinventando disponibilidades para recomeços e redescrições de velhas identidades.

Para Martin Buber nas relações comunitárias prepondera o modo de relação do tipo EU-TU, nas relações sociais prepondera o modo de relação do tipo EU-ISTO. Nas instituições sociais as relações do tipo EU-ISSO são fixadas (provisoriamente) no tempo. Esquecer da provisoriedade de tais fixações pode gerar situações onde a força da vida passa ao largo de instituições vazias de alma, caducas. Por outro lado, querer impor sobre as vidas vividas formas institucionais que lhes sejam externas e alheias é um ato de violência.

Nas relações comunitárias, identidades e singularidades pessoais são afirmadas e compartilhadas. Em processos e iniciativas de turismo de base comunitária essa afirmação e esse compartilhamento podem não ser negados mas sim fortalecidos. Mas para isso, como dizia meu amigo Hassan Zaoual, os processos de desenvolvimento devem ser de tipo *situado*, servindo de moradia para afirmações identitárias simbólicas do *homo situs*, não para as imposições de pretensões universais (externas e alheias) do *homo economicus*.

O empenho em meio à contemporânea modernidade globalizada por afirmar um *desenvolvimento situado* é um contraponto à violência de se querer impor a lógica do *homo economicus* como valor universal e suas produção seriada, produtividade e rentabilidade monetário-financeira como norte exclusivo do crescimento das economias locais. No caso específico dos processos turísticos o empenho por um *turismo situado* é um contraponto à multiplicação de não-lugares como resultante dos efeitos turistificadores da mobilidade do *homo economicus* pelo planeta. O que está no centro deste empenho é a afirmação dos lugares como *sítios simbólicos de pertencimento* e elementos identitários de comunidades.

E eu quero dizer: o turismo pode ser um elemento destrutivo de sítios simbólicos de pertencimento sempre que se pretenda que o “rabo abane o cachorro”.

Mas também digo que o turismo pode ampliar campos e possibilidades para a vigência de sítios simbólicos de pertencimento e afirmações identitárias a eles associadas se deixarmos que “o cachorro abane o rabo”.

Finalizo sumariando algumas implicações dessas verdades tão simples.

Do modo mais direto: em projetos de turismo de base comunitária as pessoas que habitam em seus sítios, devem dizer a *primeira* palavra sobre seus modos de vida. Suas vozes devem ser escutadas *antes* que os projéteis dos projetos venham a lhes ser lançados em cima.

Para isso, alguns elementos críticos precisariam ser considerados.

O elemento número 1 é a possibilidade de haver ou não diálogo, não apenas participação. Participação é algo que pode ser manipulado. Mesmo o fascismo foi muito participativo. Para haver diálogo é preciso ter sempre aberta uma possibilidade que não é apenas participativa: a possibilidade de que o resultado do processo venha a ser algo surpreendente, que desconheça qualquer pré-determinação. Pois o diálogo autêntico não se deixa confundir com o mero emprego de técnicas mais ou menos eficazes de convencimento dos outros.

O elemento número 2 é a possibilidade de se associarem relações dialogais com formas institucionais de convivência. Isto pode implicar muitas vezes a necessidade de serem ousadas inovações institucionais, repensando e reinventando meios e modos de estabilizar padrões de relação. Para tanto se requer a ousadia de aceitar que as instituições sejam soluções provisórias e contingentes, não entidades míticas e perenes. E se requer, ademais, aceitar o risco de que diálogos possam ter implicações e consequências que ultrapassam, em muito, o âmbito das relações interpessoais mantidas entre duas pessoas apenas.

O elemento número 3 é a possibilidade de se fugir da “armadilha do artigo definido”. O melhor antídoto que conheço para isso é muito simples: o exercício da prudência no uso dos artigos definido e a prática de sua substituição, empregando no lugar dos artigos definidos *o/a* os indefinidos *um/uma*. Não conheço melhor advertência para os riscos da armadilha do artigo definido do que as belas palavras do discurso de Chimamanda Adichie, disponível para livre acesso na *web* no *site* dos TED-Talks em: [http://www.ted.com/talks/lang/pt/chimamanda\\_adichie\\_the\\_danger\\_of\\_a\\_single\\_story.html](http://www.ted.com/talks/lang/pt/chimamanda_adichie_the_danger_of_a_single_story.html).

A fuga da armadilha do artigo definido pode nos propiciar importantes percepção e reconhecimento: a economia *não tem que ser economia de mercado*, esta lhe é apenas *uma* forma institucional possível. A economia pode ser economia *com* mercado, sem ter que, *para isso*, se instituir como economia *de* mercado. Uma economia com o mercado é uma economia onde o turismo de base comunitária pode encontrar e afirmar seu lugar. Numa economia de mercado, essa tarefa logo se transforma em missão impossível.

Uma economia *com* mercado pode ser lugar de morada do *homo situs*, enraizado num sítio simbólico de pertencimento num enraizamento que não é meramente físico e material, pois o *homo situs* também tem “raízes no céu”, nos valores identitários, na cultura e na estética. Falar de turismo de base comunitária é *também* falar desse “pedaço de céu”.

#### REFERÊNCIAS

ADICHIE C. *Chimamanda Adichie: O perigo da história única*. Disponível em: <[http://www.ted.com/talks/lang/pt/chimamanda\\_adichie\\_the\\_danger\\_of\\_a\\_single\\_story.html](http://www.ted.com/talks/lang/pt/chimamanda_adichie_the_danger_of_a_single_story.html)>.

BARTHOLO, R. *Você e Eu*. Martin Buber, presença palavra. Rio de Janeiro: Garamond, 2001.

ZAOUAL, H. *Nova economia das iniciativas locais: uma introdução ao pensamento pós-global*. Rio de Janeiro: DPA, 2006.

## Comercialização no Turismo de Base Comunitária: inovar é preciso!<sup>3</sup>

*Ivan Bursztyn<sup>4</sup>*

O turismo de base comunitária (TBC) vem se consolidando na última década no Brasil como um modo de organização do turismo na escala local. As iniciativas, antes marginalizadas, começaram a se articular e juntas conseguiram influenciar na formulação de políticas públicas para o fortalecimento da atividade. Ganham espaço, visibilidade e apoio para desenvolverem suas ações.

No entanto, muito ainda precisa ser feito para que o TBC realize todo o seu potencial em prol do desenvolvimento social das comunidades locais. Melhoria dos serviços prestados por meio da qualificação dos empreendedores locais, melhoria da gestão dos negócios comunitários, fortalecimento da governança local, implantação de processos de monitoramento do turismo e, principalmente, questões relativas ao acesso ao mercado e comercialização são alguns dos obstáculos que devem ser superados.

Neste artigo, buscamos discutir a questão de acesso ao mercado e estratégias para o processo de comercialização de iniciativas e roteiros de TBC na Amazônia brasileira. As questões ligadas ao acesso ao mercado têm sido constantemente apontadas como fundamental para a sustentabilidade da atividade. Como veremos, alguns estudos realizados por pesquisadores (MIELKE, 2011), organizações não-governamentais (TURISOL, 2010; IPE, 2011) e pelo governo federal (BRASIL, 2010) destacam a importância de se investir no processo de comercialização e promoção do TBC. No entanto, as estratégias propostas para minimizar tais problemas variam de acordo com a

3 Trechos deste artigo foram publicados em "BURSZTYN, 2012", "BURSZTYN e BARTHOLÓ, 2012" e "SANSOLO e BURSZTYN, 2012".

4 Professor do curso de Gastronomia da UFRJ. Doutor em Engenharia de Produção pela COPPE/UFRJ e pesquisador associado ao Laboratório de Tecnologia e Desenvolvimento Social (COPPE/UFRJ).

abordagem dos estudos e a própria visão sobre as características do mercado que tais iniciativas devem atingir.

Em paralelo, o movimento do turismo responsável tem crescido em todo o mundo. Alguns turistas já não estão mais míopes em seus períodos de lazer. Muito pelo contrário, querem utilizar o seu momento de descanso para se engajar ativamente em ações de cunho social e ambiental. Consideram-se responsáveis pelos impactos gerados pelas suas viagens e querem de alguma forma minimizá-los. O crescimento da consciência crítica por parte dos turistas é uma forte aliada das iniciativas que pretendem promover um turismo mais justo e sustentável.

Colocar em contato direto os principais atores desse processo, a saber, o turista responsável e as comunidades locais dispostas a recebê-los, parece ser um desafio a ser superado. Problemas como a falta de informações qualificada e as dificuldades de comunicação, em diferentes níveis, podem decretar a falência de iniciativas mobilizadas e bem estruturadas. Como uma possível solução para os desafios enfrentados na consolidação do TBC, apresentamos ao final a Central de Turismo Comunitário da Amazônia, empreendimento criado pelos principais atores envolvidos no TBC da região para facilitar a comunicação entre visitantes e comunidades locais.

Estamos prontos, só faltam os visitantes...

A questão do acesso ao mercado e comercialização no TBC têm sido destacada como fundamental para o sucesso das iniciativas. Inúmeros relatos e pesquisas expõem a importância desta temática para a viabilidade econômica e a busca pela autonomia das comunidades que promovem o turismo em suas localidades. A falta de uma estratégia de inserção dos projetos no mercado turístico é tida como a principal causa de mortalidade das iniciativas após o término do período de apoio financeiro externo (sejam de agências internacionais para o desenvolvimento, ONGs nacionais e internacionais ou governos locais) que a maioria desses projetos recebe para desenvolver suas atividades.

No Brasil, o debate sobre o tema da comercialização vem ganhando espaço nos fóruns dedicados ao TBC, principalmente, nos últimos anos. As atividades promovidas durante o II Seminário Internacional de Turismo Sustentável, realizado em Fortaleza (CE), em maio de 2008, o I Seminário Internacional de Turismo de Base Comunitária, realizado em Nova Olinda (CE), em agosto de 2009, o I

Encontro Nacional da Rede Turisol, realizado em Uruçuca (BA), em junho de 2010, entre outras, buscaram discutir estratégias para superar o desafio da comercialização dos roteiros de TBC. Ficou evidente que não é das tarefas mais fáceis trazer os visitantes para conhecerem as experiências de TBC, mesmo para as iniciativas em estágio mais avançado de organização e operação do turismo. Em alguns casos, esta dificuldade acabou gerando frustrações em meio às comunidades locais que investiram para estruturar sua oferta de serviços, mas não tiveram o retorno esperado.

Uma recente pesquisa vinculada pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e à *Leeds Metropolitan University* (Inglaterra), destacou a comercialização como um dos problemas enfrentados pelas iniciativas de TBC no Brasil. Intitulada “Monitoramento dos Projetos de Turismo Base Comunitária”, a pesquisa foi realizada no segundo semestre de 2010 junto às iniciativas de TBC apoiadas pelo Ministério do Turismo brasileiro, no edital 01/2008. Participaram, efetivamente da enquete, 72% dos projetos apoiados que, por meio de questionários, responderam às questões sobre quatro eixos temáticos principais: cenário/impactos antes da aplicação do recurso; processos de gestão, cooperação e tomada de decisão; processos de relacionamento da comunidade com os *stakeholders*; e cenário/impactos correntes e depois da aplicação do recurso (MIELKE, 2011).

Os resultados apresentados na pesquisa apontam fragilidades em três áreas: acesso ao mercado, governança e monitoramento. No que diz respeito ao acesso ao mercado, alguns resultados e análises parecem interessantes e merecem nossa atenção. Segundo o estudo, as iniciativas de TBC privilegiam o contato direto com os visitantes não apenas na prestação de serviço, mas também na divulgação de suas atividades (74% afirmaram que utilizam os próprios membros locais como canal de promoção). O uso do “boca a boca” e das redes de relacionamento direto como principais canais de distribuição das iniciativas de TBC podem ser consideradas deficiências em termos de estratégia de comercialização para o grande público. No entanto, dessa forma é possível ter um mínimo de “controle social” sobre o tipo de visitante que chega para conhecer as experiências. As iniciativas de TBC não têm como oferecer seus serviços em grande escala. Sua capacidade na prestação de serviços de hospedagem, alimentação e guagem, por exemplo, são limitadas aos recursos disponíveis no local. Para avaliar

melhor a questão da eficiência desses canais de distribuição, seria necessário saber a capacidade ociosa destas experiências, bem como o regime de sazonalidade que cada uma delas sofre, informações não contempladas no estudo.

O uso da internet, no relatório, é apontado ainda como muito incipiente, seja como ferramenta de divulgação dos roteiros e propostas de atividades (por meio de seus websites e pelas mídias sociais), seja como ferramenta de comunicação com os interessados em visitá-los (como o e-mail, MSN ou Skype, por exemplo). Sabemos que, por estar situada em localidades distantes dos centros urbanos, a maior parte das iniciativas de TBC sofre com a dificuldade de acesso à grande rede. No entanto, nos últimos anos, houve uma expansão significativa dos serviços de telecomunicação móvel (por meio da iniciativa privada) e internet (por meio dos pontos de cultura e do Plano Nacional de Banda Larga do governo federal) em todo o país e será cada vez mais fácil ter acesso aos serviços. Diante dessa realidade, faz-se necessário investir na capacitação dos recursos humanos comunitários no uso das novas tecnologias, a fim de gerar autonomia para que esses atores possam se inserir ativamente no novo cenário.

A relação com as agências e operadoras é vista com desconfiança pelas iniciativas de TBC pesquisadas. As relações assimétricas de poder e o perfil do turista que busca esse tipo de serviço são apontados como os principais fatores que influenciam esse distanciamento. Isso reforça ainda mais a busca por parceiros comerciais entre as empresas de turismo locais, uma vez que, junto a estas, é possível fazer um trabalho mais próximo de sensibilização sobre o perfil do visitante desejado e o tipo de experiência de visita que as iniciativas oferecem.

O relatório traz ainda algumas recomendações para que as iniciativas de TBC tenham maior acesso ao mercado do turismo. O curioso é que tais recomendações são focadas exclusivamente no incremento da relação com as agências e operadoras de turismo, argumentando que estas podem ajudar a formatação de produtos mais atrativos, devido ao seu conhecimento do mercado. Questões relativas à melhoria na divulgação e promoção das iniciativas por meio das redes sociais, o uso de ferramentas de comunicação mais modernas, como o e-mail, ou até mesmo a criação de uma estratégia de comunicação focada no aumento das visitas de curta duração (um dia ou finais de semana) voltadas para o turista local ou regional, por exemplo, não são abordadas no documento.

Durante o I Encontro Nacional da Rede Turisol, realizado em Uruçuca (BA), em junho de 2010, o tema da comercialização também foi exaustivamente discutido (TURISOL, 2010). Com o objetivo de traçar um planejamento coletivo para os próximos anos, a Rede Turisol reuniu representantes das comunidades que recebem visitantes, as agências de viagens interessadas em comercializar esses roteiros, pesquisadores e os representantes do governo federal que desenvolvem políticas públicas para o TBC. Foram estabelecidas seis linhas prioritárias de ação: comercialização, formações e intercâmbios, comunicação, juventude, relação com as universidades e políticas públicas. No que se refere à comercialização, os 12 pontos listados podem ser agrupados em três grandes linhas de atuação: desenvolvimento de parcerias com agências de viagem interessadas em trabalhar com TBC; apoio à estruturação de roteiros nas comunidades que fazem parte da Rede; e o fortalecimento da Rede como veículo de promoção e divulgação coletiva. Apenas uma das ações priorizadas pela Turisol pretende iniciar um trabalho voltado para a comercialização direta dos roteiros de TBC aos visitantes.

Vale ressaltar que, também nas discussões promovidas pela Rede Turisol, a relação entre as agências e operadoras de turismo e as iniciativas de TBC é vista com desconfiança por ambas as partes. Pelo lado das iniciativas de TBC, foram questionados a política de comissões proposta pelas empresas e o pouco envolvimento na formatação dos roteiros e, ainda, colocaram em cheque o interesse dos turistas que buscam essas empresas em conhecer as iniciativas de TBC. As empresas, por sua vez, questionaram a capacidade das iniciativas de TBC em oferecer um produto/serviço turístico de qualidade, bem como a capacidade de resposta às demandas de reserva e agendamento de atividades que possam ser vendidas pelas agências e operadoras. A falta de confiança é recíproca, e ambos os lados tem suas razões para tal.

A questão da comercialização também é um foco de preocupação para o Ministério do Turismo (Mtur). A inserção da temática do TBC no Mtur não foi fácil e demandou uma articulação entre o poder público, universidades e iniciativas locais (SILVA et al, 2009). Em 2008, o lançamento do edital de apoio a iniciativas de TBC pode ser considerado um importante marco para um início de política pública voltada para a estruturação e fortalecimento do TBC no Brasil.

Na visão do ministério, “[...] as atividades de TBC podem ser potencializadas quando associadas ao destino (atrativos primários)”

(BRASIL, 2010<sup>a</sup>, p.31). Assim, o Mtur optou por estabelecer uma estratégia de divulgação dos projetos apoiados junto ao sistema de gestão descentralizada do turismo<sup>5</sup>. Como resultado, em 2009, foi desenvolvido um projeto de fortalecimento das ações de TBC para a inserção no mercado que, em parceria com o Instituto Casa Brasil de Cultura (ICBC), promoveu duas ações principais: a concepção e realização da Mostra de Turismo de Base Comunitária em três dos principais eventos nacionais de turismo: IV Salão de Turismo – Roteiros do Brasil (julho de 2009, SP), Adventure Sports Fair (setembro de 2009, SP) e Festival de Turismo de Gramado (novembro de 2009, RS); e, a elaboração de material informativo e promocional da ação do Mtur e dos projetos apoiados por meio de folder, catálogo e vídeos<sup>6</sup>.

No ano seguinte, o ministério resolveu apostar na mesma estratégia, dando ênfase ao Salão do Turismo – Roteiros do Brasil como principal “vitrine para expor os produtos e serviços de TBC” (BRASIL, 2010<sup>a</sup>, p.36). A II Mostra de Turismo de Base Comunitária foi realizada no V Salão do Turismo (maio de 2010, SP) e reproduzida no Festival de Turismo das Cataratas (junho de 2010, PR) e no 34º Encontro Comercial da Braztoa (setembro de 2010, SP). As ações promovidas nesses dois anos, sem dúvida, ajudaram a dar visibilidade ao TBC, principalmente, devido à mídia espontânea. Inúmeras reportagens em revistas, jornais e televisão foram veiculadas em todo o país.

Apesar do discurso oficial enfatizar o sucesso dessas ações, na realidade, não foi possível quantificar a eficiência de tais ações na sensibilização do público que visitou os espaços das Mostras para a temática do TBC. Nem tampouco foi possível registrar qualquer aumento no fluxo de visitação das iniciativas de TBC por conta dessas ações<sup>7</sup>. O resultado mais importante, segundo os técnicos do Mtur entrevistados nessa pesquisa, foi o reconhecimento interno no

5 O sistema de gestão descentralizada do turismo, conforme estabelecido no Plano Nacional de Turismo 2007-2010, é composto pelos seguintes atores: MTur, Conselho Nacional de Turismo e Fórum Nacional dos Secretários e Dirigentes do Turismo.

6 Alguns vídeos produzidos pelo MTur sobre os projetos de TBC podem ser acessados no youtube.com, nos endereços:

<http://www.youtube.com/watch?v=teET3iTZRQQ>

<http://www.youtube.com/watch?v=nbpaa26MUTU>

<http://www.youtube.com/watch?v=YP10Dzauqx0>

<http://www.youtube.com/watch?v=ZJf4WGLwD4>

7 Em conversas informais com alguns componentes da Rede Turisol, nenhum deles percebeu um aumento significativo na recepção de visitantes.

próprio Ministério. O Programa de TBC passou a ser conhecido pelas diferentes secretarias, departamentos e coordenações, proporcionando uma maior integração dos projetos apoiados com os demais programas já consolidados na estrutura do MTur.

Na avaliação do MTur, a promoção e a comercialização foram apontados como os grandes problemas dos projetos que contaram com seu apoio. Os poucos projetos que tinham ações com esse foco, por não terem conhecimento do mercado, acabavam por apresentar, em seus materiais de divulgação (como folder e site), informações voltadas mais para a promoção dos projetos socioambientais com os quais as ações de turismo se relacionavam do que para a promoção turística propriamente dita.

Uma análise mais detalhada feita pelo Mtur destacou que as iniciativas que melhor trabalhavam a comercialização com foco no comércio direto utilizavam um modelo de organização similar na escala local: uma estrutura para prover informação e facilitar a comunicação dos viajantes com as comunidades locais, de modo a viabilizar as visitas. É o caso, por exemplo, do projeto Acolhida na Colônia, que constituiu uma Central de Informações e Reservas no município de Santa Rosa de Lima (SC), que atende às solicitações dos visitantes por telefone e e-mail, apoiando a organização das viagens. A formação de receptivos locais é vista como uma importante estratégia para aproximar os visitantes das iniciativas de TBC, visando criar um canal de comércio direto.

Em comum, todas as análises e considerações sobre o processo de comercialização e acesso ao mercado apresentadas até aqui abordam o problema, visando à inserção das iniciativas de TBC no mercado turístico convencional. Buscam vender o TBC na mesma prateleira de outros produtos turísticos, como hotéis de selva, resorts ou qualquer outro destino de turismo de massa à venda nas operadoras e agências espalhadas pelo país.

No entanto, as iniciativas de TBC têm características muito marcantes e únicas, se comparadas ao universo de produtos disponíveis no mercado. Essa afirmação nos leva a questionar se a estratégia de inserção dessas iniciativas no mercado convencional é de fato a melhor maneira de promovê-las. Será que estamos tratando do mesmo público-alvo? Será que existe uma competição entre as iniciativas de TBC e outros empreendimentos turísticos? Será que atingiremos o público potencial do TBC, utilizando as mesmas

estratégias de comunicação e marketing? Acreditamos que a resposta a essas perguntas seja a mesma: não!

## O MERCADO POTENCIAL PARA O TBC E A ASCENSÃO DO TURISMO RESPONSÁVEL

A ânsia por consolidar o TBC como uma forma de organização do turismo economicamente viável direcionou as ações de promoção e divulgação da atividade ao mercado convencional do turismo de massa. Para nos distanciarmos dessa proposta, faz-se necessário conhecer melhor o mercado potencial para o TBC no Brasil. Infelizmente, não existem pesquisas ou levantamentos disponíveis com esse enfoque, mas podemos nos apoiar em algumas pesquisas existentes, a fim de tentar delimitar o perfil dos potenciais viajantes interessados em visitar as iniciativas de TBC.

No âmbito nacional, a primeira pesquisa a que faremos referência aborda os “Hábitos de consumo de turismo do brasileiro.”<sup>8</sup> Encomendada pelo Mtur ao Instituto Vox Populi, a pesquisa foi realizada com 2.322 entrevistados durante os meses de junho e julho de 2009. Teve como público-alvo os turistas brasileiros maiores de 18 anos, das classes A, B, C e D, com os seguintes perfis: clientes atuais, consumidores que compraram serviços de turismo em pacotes ou em partes nos últimos dois anos; e clientes potenciais, consumidores que podem vir a comprar serviços e produtos turísticos em pacotes ou em partes nos próximos dois anos (MTUR, 2009).

Destacamos nessa pesquisa algumas informações que podem contribuir para melhor compreensão sobre o turista brasileiro. A primeira delas diz respeito às fontes de informações consultadas para a organização das viagens: para quem já viaja (clientes atuais), as dicas de amigos e parentes (41,5%) e a internet (39,1%) são as principais fontes consultadas; Para os clientes em potencial, as dicas de amigos e parentes são ainda mais importantes (47,7%), seguido da internet (30,9%). Outras fontes, como agências de viagens, revistas especializadas, jornais e televisão, somam cerca de 20% para os dois perfis de entrevistados (MTUR, 2009).

A pesquisa revela que 50,7% dos turistas brasileiros viajam em família, com o cônjuge e os filhos (29,1%) ou somente com o cônjuge (21,6%). Apenas 6,6% dos entrevistados que já viajaram, declararam

---

<sup>8</sup> A pesquisa completa pode ser acessada em [http://www.turismo.gov.br/turismo/noticias/todas\\_noticias/200911041.html](http://www.turismo.gov.br/turismo/noticias/todas_noticias/200911041.html)

ter viajado em grupos organizados por agências de viagens. Se considerarmos os clientes em potencial, esse número é ainda menor, passando para 4,2% (MTUR, 2009).

A compra de pacotes em agências de viagens realmente não parece ser uma prática frequente no mercado brasileiro. Mesmo quando analisamos o total de viagens realizadas via agências de viagens, esse número fica em torno de 20%. A pesquisa revela que os brasileiros têm por hábito entrar em contato direto com os prestadores de serviços de hospedagem e transporte, seja por telefone (47,7%), via internet (20,5%) ou indo pessoalmente (6,9%), totalizando 75,1% (MTUR, 2009).

Com relação ao motivo da escolha do destino turístico, a natureza (33,9%) e as praias (21,2%) são os principais fatores para a escolha da viagem. Porém, fatores como conhecer a cultura local (13,2%) e as festas populares (6,3%) começam a ganhar importância no mercado do turismo nacional (MTUR, 2009).

Outra pesquisa que pode nos ajudar a melhor demarcar o mercado potencial do TBC aborda o “Perfil do turista de aventura e do ecoturista no Brasil”. Encomendada pelo Mtur e realizada pela Associação Brasileira das Empresas de Ecoturismo e Turismo de Aventura (ABETA), a pesquisa tinha objetivo de traçar o perfil do turista de aventura e do ecoturista no país, no intuito de criar subsídios para a elaboração de um plano de comunicação que estimulasse a demanda para esses dois segmentos (MTUR, 2010). Assim como o público potencial do TBC, os viajantes interessados em turismo de aventura e ecoturismo “fogem” dos destinos convencionais do turismo de massa e, por isso, podem apresentar similaridades e indicar tendências para o TBC.

O primeiro item que chama a atenção na pesquisa diz respeito ao que os turistas valorizam em suas viagens pelo Brasil. O principal elemento citado, nesse quesito, foi relacionado à natureza, especificamente, à água (sejam rios, cachoeiras ou mar), com 46% das respostas. Se somarmos as respostas relativas ao contato com as comunidades locais, “cultura regional” (19%), “jeito do povo” (12%) e “personagens da cultura regional” (2%), vemos que 33% dos entrevistados teriam interesse direto nos roteiros e atividades oferecidos pelas iniciativas de TBC (MTUR, 2010).

Outro item importante é relativo às fontes de informação sobre as viagens. Para 62% dos entrevistados, a internet é a mídia mais

eficiente para informar os viajantes. A internet é usada pela maioria para e-mails, ler notícias e fazer pesquisas de escola/trabalho. As redes sociais, como Facebook, Orkut e Google+, e outras ferramentas de comunicação, como Skype e MSN, também fazem parte do universo de tecnologias comumente utilizadas pelos entrevistados. A internet é também muito utilizada para efetuar compras relativas a viagens: o item mais comprado são as passagens aéreas (45%), seguido de hospedagens (39%) (MTUR, 2010).

No âmbito internacional, o mercado do turismo vem passando por importantes transformações nos últimos anos. Os produtos pasteurizados e homogeneizados que caracterizaram o turismo em sua fase industrial (principalmente na segunda metade do século XX) começaram a perder espaço para as experiências que promovem um turismo mais personalizado, tanto no sistema de produção como no de consumo. O turismo na era pós-industrial é pautado pela “[...] recusa das pessoas em aceitar serem tratadas como parte de uma massa indiferenciada” (URRY, 2001, p.123) e, assim, “[...] o turista passa de uma atitude passiva, de aceitar o que lhe vendem e de praticar o que lhe sugerem, a decidir por si próprio e a selecionar as atividades de seu interesse” (MOLINA, 2003, p. 27).

O engajamento ativo por parte dos turistas deu origem ao movimento do turismo responsável. Difundido em todo o mundo, o turismo responsável nasceu na Europa no final do século XX, pautado pelos paradigmas do desenvolvimento sustentável e do consumo crítico. Não se trata de um novo segmento de mercado, mas de uma nova atitude do turista frente à oferta de produtos e serviços turísticos. O turista responsável é aquele que não se esquece, em seus momentos de lazer e diversão, dos inúmeros impactos negativos decorrentes de suas opções de viagem.

Podemos identificar hoje duas grandes tendências com relação às ações de turismo responsável. A primeira delas é direcionada ao chamado trade turístico e busca promover ações de responsabilidade social e ambiental dos empreendimentos e empresários diretamente ligados ao setor. Adoção de melhores práticas para a redução do consumo de energia, redução da emissão de gases poluentes, melhora do relacionamento com os funcionários e fornecedores, combate a prostituição infantil, são algumas entre tantas ações que visam alinhar os empreendimentos turísticos aos princípios da sustentabilidade.

Uma segunda tendência é a de promover práticas de turismo que possibilitem uma relação direta entre os turistas e as comunidades receptoras, estimulando os encontros interculturais e a geração de maiores benefícios no âmbito local. Programas de voluntariado, visitação a projetos de cunho socioambiental, apoio a iniciativas de TBC, são algumas das atividades comumente oferecidas aos turistas ditos responsáveis. Cabe ressaltar que, mesmo que tais práticas sejam mais procuradas por turistas de países ricos em visita aos países pobres, esta não é uma exclusividade da relação Norte-Sul.

Na definição fornecida pela Associação Italiana de Turismo Responsável (AITR, *Associazione Italiana Turismo Responsabile*), o Turismo Responsável é:

[...] o turismo realizado segundo os princípios de justiça social e econômica e no pleno respeito ao meio ambiente e as culturas. O turismo responsável reconhece a centralidade da comunidade local e o seu direito em ser protagonista no desenvolvimento turístico sustentável e socialmente responsável de seu território. Opera favorecendo uma interação positiva entre indústria do turismo, comunidade local e viajantes.<sup>9</sup>

Não existem muitos dados e informações sistematizadas a respeito do mercado de turismo responsável. Um dos poucos levantamentos realizados foi divulgado em maio de 2009, no site da AITR. Na pesquisa, revela-se o estado da arte do mercado para o turismo responsável na Itália e foi realizada pelo Instituto Nacional de Pesquisas Turísticas (IS-NART, *Istituto Nazionale Ricerche Turistiche*), com a colaboração do Centro Internacional de Estudos sobre Economia Turística (CISSET, *Centro Internazionale di Studi sull'Economia Turistica*) da Universidade Ca'Foscari de Veneza. A pesquisa "*Turismo responsabile: quale interesse per gli italiani?*" (Turismo responsável: quais os interesses para os italianos?) fez uma avaliação acerca do conhecimento sobre o fenômeno do turismo responsável nesse país e identificou as principais questões e elementos que norteiam a escolha de se fazer ou não este tipo de viagem (CISV, 2009).

Em termos metodológicos, a pesquisa utilizou a técnica CAWI (*Computer Assisted Web Interview*), um sistema de coleta de dados pela internet e aplicou um questionário de 25 perguntas a um grupo de 1.000 italianos, estratificados por sexo, idade, profissão, formação

<sup>9</sup> <http://www.aitr.org>.

e origem geográfica. Cada respondente preencheu o formulário disponível online, as respostas foram gravadas em um servidor e, posteriormente, analisadas (CISV, 2009).

De um modo geral, os resultados da pesquisa revelam o enorme potencial para o desenvolvimento deste emergente nicho de mercado. Cerca de 52% dos entrevistados afirmam já ter ouvido falar de turismo responsável. Ao analisarmos os substratos da pesquisa, vimos que este número sobe entre os jovens adultos, de 25 a 34 anos, (55%), entre as mulheres (55%), entre os casais e solteiros sem filhos (59% e 55%, respectivamente) e entre os que têm o ensino superior completo (65%) (CISV, 2009).

O interesse revelado a favor das viagens de turismo responsável também é significativo: 23,1% se declaram “muito interessados”, e outros 61,8% se declaram “interessados”, totalizando quase 85% dos entrevistados. Mais de 15% dos entrevistados declararam já ter feito uma viagem organizada de turismo responsável. Esse resultado, em valores absolutos, corresponderia a 7,2 milhões de italianos. No entanto, vale destacar que um percentual significativo de italianos reconhece as características do turismo responsável em viagens já realizadas anteriormente. Isto pode ser explicado por uma falta de compreensão, por parte dos entrevistados, sobre o que é realmente o turismo responsável, o que se traduz em uma necessidade de suprir a falta de informações sobre este conceito (CISV, 2009).

Também são interessantes os resultados referentes às fontes de informações sobre o fenômeno do turismo responsável. Se mais da metade dos entrevistados já ouviu falar dessa atividade, os principais canais pelos quais obtiveram esse conhecimento são a internet e revistas/jornais, com 45% cada. Cabe ressaltar que esse resultado pode ter sido influenciado pelo método de coleta das informações. Como a pesquisa foi realizada pela internet, o universo pesquisado tem uma predisposição ao uso desse canal de comunicação. No entanto, outras análises e pesquisas sobre o mercado italiano que utilizam outros métodos para a coleta das informações (como entrevistas por telefone ou correio) também demonstram que o uso da internet tem crescido entre os consumidores como meio de buscar informações sobre produtos e serviços (CISV, 2009).

Considerando os elementos que poderiam induzir os entrevistados a fazer, no futuro, uma viagem de turismo responsável, o quesito “informação” continua a ter um peso decisivo, principalmente

no que tange às informações sobre os preços (e sua composição, ou seja, onde e como os recursos provenientes do turismo são aplicados e divididos pela comunidade local) e sobre as fórmulas propostas (lugares, alojamentos, etc.). Paralelamente, os entrevistados identificaram como fatores determinantes de uma viagem de turismo responsável a necessidade de informações claras e detalhadas sobre onde e como são aplicados os recursos provenientes do turismo (“muito importante” para 67,6% dos entrevistados), seguido de fatores ligados a relação entre os visitantes e as comunidades receptoras (“muito importante” para 50% dos entrevistados) e a participação em projetos de cunho social, que se traduz em uma colaboração pessoal (34%). A transparência nos preços é, portanto, um dos elementos prioritários, associado à questão do encontro e a vontade de sentir-se útil para o país visitado (CISV, 2009).

No que diz respeito aos principais destinos para o turismo responsável, o sul do mundo ganha destaque. Em primeiro lugar a África, seguida por países como a Índia, a Austrália, o Brasil e o México. Os destinos europeus aparecem em proporções muito menores (CISV, 2009).

Em síntese, os resultados da pesquisa confirmam um interesse, na Itália, pelo chamado turismo responsável e uma sensibilidade para os temas ligados ao meio ambiente, à responsabilidade e à justiça social, sobretudo entre as pessoas de nível sociocultural entre médio e alto. No entanto, alguns aspectos podem ser considerados para favorecer maior difusão desse fenômeno. Segundo a pesquisa, o turismo responsável necessita se fazer conhecer antes de tudo como uma filosofia de viagem, de modo a tornar mais claro esse conceito. Necessita, ainda, melhor definição sobre quais as suas características (organização, logística, custos, etc.), os serviços e as oportunidades ofertadas pelos operadores do setor (CISV, 2009).

Outro importante documento que merece nossa atenção foi elaborado pela SNV *Netherlands Development Organization*, em 2009, e apresenta um estudo sobre a demanda de turismo responsável nos principais países emissores da América do Norte (Estados Unidos e Canadá) e da Europa (Alemanha, Holanda, Espanha e Reino Unido). Com objetivo de prover informações de mercado para os empreendimentos turísticos no Nepal e na América Latina (especialmente na Guatemala, Nicarágua, Honduras, Bolívia, Equador e Peru), países onde a instituição desenvolve seus projetos, no documento “*The market for responsible*

*tourism products: with a special focus on Latin America and Nepal*”, verifica-se uma análise de mercado para seis segmentos de turismo: natureza, cultural e de base comunitária, voluntariado e educacional, mochileiro e juventude, aventura e de alto padrão (SNV, 2009).

O documento apresenta, de um modo geral, as principais características dos consumidores de viagens responsáveis de seis mercados emissores da Europa e da América do Norte. Em síntese, o turista responsável planeja ativamente suas férias, busca experiências interativas de aprendizado e viajam “com um propósito”, como filantropia ou voluntariado. O perfil de ambos os mercados é similar em muitos aspectos: em sua maioria, têm elevado nível de escolaridade, incluem todas as faixas etárias (com uma concentração nos jovens e nos aposentados), são igualmente divididos entre homens e mulheres, têm rendimentos acima da média, vêm em sua maioria de áreas urbanas e não costumam visitar apenas as grandes cidades. Em números absolutos, os norte-americanos configuram o maior grupo de viajantes para a América Latina, no entanto, o mercado espanhol está em expansão, e o mercado britânico continua forte (SNV, 2009).

No que tange especificamente ao TBC, o documento apresenta o perfil exposto na tabela 1 a seguir:

**Quadro 1:** Perfil do consumidor do turismo de base comunitária.

Aspectos chave	Perfil do turista
Motivação	<ul style="list-style-type: none"> <li>• forte desejo por “autenticidade”;</li> <li>• trocas culturais diretas;</li> <li>• sentimento nostálgico com relação à simplicidade e o modo de vida rural;</li> <li>• ajudar comunidades pobres.</li> </ul>
Grupo social	<ul style="list-style-type: none"> <li>• vem de todos os grupos sociais;</li> <li>• entre 30 e 50 anos de idade com alto poder aquisitivo;</li> <li>• elevado nível de escolaridade;</li> <li>• mochileiros e jovens viajantes com orçamento reduzido também consomem o TBC, uma vez que os custos tendem a ser mais baratos.</li> </ul>
Atividades de interesse	<ul style="list-style-type: none"> <li>• visitam lugares de grande interesse histórico e arqueológico, como, por exemplo, os patrimônios da UNESCO;</li> <li>• participam das manifestações culturais locais;</li> <li>• participam de atividades criativas, como, por exemplo, aprender cerâmica, pintura, tecelagem, culinária;</li> <li>• ficam hospedados nas comunidades;</li> <li>• aprendem a língua e a cultura local.</li> </ul>

Fonte: Adaptado de SNV (2009, p.70).

Segundo os pesquisadores desse estudo, está havendo uma mudança gradual no interesse dos viajantes, que passam a valorizar aspectos gerais da cultura em detrimento dos ícones culturais, e isso sugere que haverá maior necessidade de, no futuro, combinar cultura, lazer, conforto e produtos de entretenimento. Entre os operadores turísticos alternativos, viagens com foco histórico e cultural sempre foram muito populares. No entanto, com o interesse em outras culturas, há uma demanda crescente de interagir com as comunidades locais. Viagens especializadas em cultura estão oferecendo possibilidades que incluem a hospedagem familiar como parte da experiência cultural. Seguindo a tendência rumo à autenticidade e mais interação, muitos viajantes buscam uma imersão na língua, costumes, artesanato, culinária e outros aspectos culturais da região visitada (SNV, 2009).

Os operadores de turismo que oferecem algumas atividades de TBC, normalmente, fazem-no como parte de um pacote mais amplo. Essas viagens, por vezes, incluem algum tipo de programa de voluntariado em que o visitante participa ativamente do cotidiano da comunidade visitada. O material promocional dessas viagens enfatiza o caráter socioambiental da experiência e os benefícios diretos das comunidades locais (SNV, 2009).

No documento, é apresentada uma reflexão interessante sobre o que chama de “natureza individualista” dos clientes de TBC. Em um estudo do mercado europeu, afirma-se que não é possível identificar um perfil “do turista de TBC”. Cada viajante que procura uma experiência TBC é diferente e, portanto, é difícil caracterizar que tipos de atividades e experiências se enquadram nessas propostas de viagens. Em função dessa característica, no documento, aponta-se, para as novas iniciativas de TBC, um caminho potencial para desenvolver e fortalecer seus negócios: focar no público mochileiro. Os mochileiros são, muitas vezes, os viajantes independentes que querem uma experiência mais autêntica, têm um orçamento mais baixo, maior flexibilidade de tempo e padrões mais baixos de conforto (SNV, 2009).

Diversos operadores de turismo dos países emissores pesquisados observaram que a principal dificuldade de oferecer iniciativas de TBC entre seus roteiros está relacionada à falta de confiança, à qualidade dos serviços e à deficiência nos canais de comunicação dos empreendimentos comunitários. Esses aspectos são tidos como fundamentais para se trabalhar com sucesso com parceiros do exterior (SNV, 2009).

Em termos de acesso ao mercado, no estudo, aponta-se que esse é, particularmente, um grande desafio, principalmente, devido à carência de recursos das próprias comunidades. Os canais de distribuição mais frequentes são as parcerias com ONGs e operadores, nacionais e internacionais, capazes de divulgar cada uma das iniciativas de TBC individualmente em seu portal na internet e junto aos agentes de turismo parceiros. A formação e/ou a participação em redes de iniciativas de TBC também é tida como uma importante estratégia para fortalecer o potencial dos empreendimentos comunitários, tanto em âmbito nacional quanto regional (SNV, 2009).

#### A CENTRAL DE TURISMO COMUNITÁRIO DA AMAZÔNIA

A Central de Turismo Comunitário da Amazônia (CTCA)<sup>10</sup> pretende servir como ponto de referência e de apoio para turismo comunitário na região. Com base nos princípios da economia solidária e do comércio justo estabelece um elo de comunicação constante e confiável entre as iniciativas comunitárias e os interessados em visitá-las, por meio do apoio e da promoção à comercialização direta, a formação continuada das iniciativas e de uma rede de produtores e prestadores de serviços de hospitalidade justa e solidária.

Na região amazônica, o turismo associado à natureza vem se tornando uma realidade com múltiplas vertentes: de hotéis de selva, turismo de pesca esportiva, ecoturismo em parques nacionais e, mais recentemente, o turismo de base comunitária (TBC). O TBC nasce da percepção das comunidades de que não é suficiente apenas fazer a crítica ao modelo de turismo convencional, gerador de segregação sócio-espacial, de concentração de renda e de problemas socioambientais. Para além das críticas, faz-se necessário vivenciar outra lógica de construção da atividade turística.

Coordenados pela organização não governamental ICEI Brasil com o apoio de pesquisadores da UFRJ e da UNESP, um grupo de entidades com atuação junto a comunidades de toda a Amazônia aliados às Associações de Moradores de diversas localidades vem propondo um modo de organização inovador para viabilizar seus empreendimentos. Com a finalidade de promover a desintermediação na venda de seus roteiros e garantir maior autonomia das populações

---

<sup>10</sup> As informações sobre a Central de Turismo Comunitário da Amazônia foram extraídas da tese de doutorado de Bursztyn (2012).

locais no desenvolvimento do turismo sustentável, a CTCA busca disponibilizar informações e facilitar a comunicação entre as partes, para transformar o desejo dos viajantes de conhecer o modo de vida das comunidades ribeirinhas e indígenas em realidade.

### *O contexto*

O discurso hegemônico promove o turismo como a “indústria limpa”, um novo vetor de desenvolvimento local e regional capaz de promover a inclusão social e diminuir as desigualdades sociais. No entanto, inúmeros estudos em todo o mundo destacam os impactos negativos provenientes do aumento dos fluxos turísticos em localidades cuja população local – por diversos motivos, como a falta de qualificação profissional, de visão empreendedora, de crédito para investimento ou simplesmente pela orientação do modelo de desenvolvimento proposto inerentemente excludente – foi excluída do processo de planejamento, operação e gestão do turismo e, hoje, se encontra às margens dos potenciais benefícios provenientes da atividade.

Esta realidade está diretamente relacionada à qualidade da experiência que os turistas têm nessas localidades. A falta de contato e convívio com as pessoas do lugar e o isolamento em “ilhas de paraíso” impedem uma experiência mais rica e completa, onde apenas os aspectos naturais são valorizados em detrimento de uma maior relação com as manifestações culturais locais e o cotidiano da localidade visitada. Para muitos viajantes, o interesse em conhecer realidades diversas está atrelado a essa experiência mais completa e a responsabilidade destes com a sustentabilidade do modo de vida local.

A visão crítica, por parte dos viajantes, deu origem principalmente na Europa ao movimento do Turismo Responsável. Este movimento vem ganhando projeção internacional e vem contribuindo para o fortalecimento de movimentos sociais locais de resistência ao modelo hegemônico excludente do turismo mundial.

Nas últimas duas décadas, quando houve um aumento significativo dos fluxos turísticos em todo o mundo e o incentivo de diversos governos aos grandes projetos de hotelaria, vimos surgir iniciativas que buscavam uma revalorização das identidades culturais locais. A ameaça de perder seus direitos de existência e de simples manutenção de seus modos de vida fez com que comunidades rurais, indígenas, de pescadores e extrativistas em geral se organizassem em

torno de um movimento de resistência que, dentre os questionamentos, apresentavam um modo alternativo para a recepção de visitantes.

Promover uma maior articulação entre o mercado consumidor, responsável e solidário, e as iniciativas de base comunitária pode representar um fértil caminho rumo a sustentabilidade de ambas as iniciativas. O movimento do Turismo Responsável agrega viajantes interessados em conhecer novos lugares e pessoas de um modo mais ativo e participativo e, para tal, precisam de localidades dispostas a abrir suas portas para a convivência com o que vem de fora. Por outro lado, as iniciativas de turismo de base comunitária dependem, para sua sobrevivência, de viajantes que queiram se relacionar de modo mais autêntico com os lugares e as pessoas que visitam.

Porém, este casamento perfeito sofre com a carência de informação e as dificuldades de comunicação entre as partes. Esta proposta busca suprir essas carências e dificuldades, apresentando respostas que têm como alicerces: um modo inovador de organização das iniciativas locais de TBC em torno de uma estrutura comum de apoio a comercialização direta dos roteiros e o uso das novas tecnologias da informação e da comunicação.

### *As iniciativas de TBC envolvidas*

Um mapeamento inicial feito na região amazônica indica um grande potencial para o desenvolvimento do TBC em toda a região. O apelo ambiental e curiosidade em torno dos hábitos e modos de vida das populações ribeirinhas e indígenas estimulam a imaginação de viajantes em todo o mundo. A ideia de uma Amazônia única e homogênea é logo desfeita diante da diversidade de ambientes e histórias que compõem a cultura dos “povos da floresta”.

O cenário do TBC na região é diverso. Podemos identificar iniciativas em fase de mobilização da comunidade para o turismo, outras em um estágio mais avançado de planejamento e, por fim, aquelas que já estão operando regularmente. Algumas iniciativas que já estão bem estruturadas manifestaram preocupação quanto às estratégias de comercialização de seus roteiros e propostas de viagem. A falta de canais de divulgação, a precariedade na estrutura de comunicação e as relações assimétricas com as agências de turismo interessadas em comercializar roteiros de TBC dentre seu *mix* de produtos são apontados como os principais fatores que dificultam o acesso ao mercado.

O mapeamento inicialmente realizado identificou cinco iniciativas com grande potencial para comercialização e que manifestaram interesse em participar de um projeto com este foco. No decorrer do processo, uma sexta iniciativa se juntou ao grupo. Apresentaremos a seguir uma breve descrição destas iniciativas para ajudar na compreensão do contexto onde se inserem.

- **Pousada Uacari** – Situada na Reserva de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá (no município de Tefe), a Pousada Uacari é gerenciada pela Associação de Prestadores de Serviço e Guias da reserva (AAGEMAM) e conta com o apoio do Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá (órgão vinculado ao Ministério de Ciência e Tecnologia). Seu trabalho com TBC iniciou a mais de uma década e hoje é uma das referências na promoção de alternativas econômicas para comunidades tradicionais que vivem em unidades de conservação de uso sustentável.
- **Pousada Aldeia dos Lagos** – Situada no município de Silves, Estado do Amazonas, a Pousada Aldeia dos Lagos é um dos empreendimentos comunitários pioneiros na promoção do TBC na Amazônia. Gerenciado pela Associação de Silves pela Preservação Ambiental e Cultural, o empreendimento contou nos últimos anos com o apoio do ICEI Brasil na reestruturação de suas atividades de turismo.
- **Roteiro Arapiuns** – Organizado pelo Projeto Saúde e Alegria (PSA), o roteiro Arapiuns promove viagens de TBC em 4 comunidades ribeirinhas situadas às margens do rio Arapiuns, nas proximidades da cidade de Santarém, leste do estado do Pará. O PSA tem um trabalho de mobilização e apoio a organização comunitária consolidado na região e vem fomentando o turismo como uma alternativa complementar de renda para as comunidades.
- **Pousada Aldeia Vintequilos** – Situado nos arredores do município de Parintins, o projeto de turismo comunitário da Aldeia Vintequilos tem como principal foco de interesse a produção do guaraná. O Centro de Recepção Vintequilos conta com uma estrutura de receptivo voltado para visitantes interessados em conhecer de perto o modo de vida tradicional dos índios da aldeia. O projeto é apoiado pela União Europeia através do ICEI.

- **Roteiro TUCORIN** – A Comunidade São João do Tupé está situada na Reserva de Desenvolvimento Sustentável Tupé, na margem esquerda do Rio Negro em área rural do município de Manaus. Com o apoio das ONGs Nymuendaju e IPÊ, o roteiro TUCORIN é o primeiro roteiro de TBC realizado na zona metropolitana de Manaus.
- **Comunidade Xixuaú** – Situada no extremo sul do estado de Roraima, às margens do Rio Juaperi, a comunidade Xixuaú por meio do seu programa de turismo comunitário oferece aos visitantes a oportunidade de conhecer uma área protegida em sua maior parte inexplorada no coração da floresta. Construída com o apoio da Associação Amazônia, a estrutura de receptivo propõe um modelo de convivência em harmonia com a natureza.

### *O processo de construção coletiva*

A CTCA foi idealizada para ser um empreendimento coletivo, autogerido pelas iniciativas de TBC envolvidas e pelos seus parceiros. Dessa forma, a primeira ação concreta no sentido de viabilizar o empreendimento foi a de organizar um encontro, reunindo todos os potenciais parceiros interessados nesta empreitada. Os primeiros contatos foram feitos com base no mapeamento previamente realizado. Além das cinco iniciativas de TBC identificadas com maior potencial para integrar essa fase inicial de implantação, foram convidadas instituições que vêm desenvolvendo um importante trabalho de mobilização e estruturação do TBC em localidades ao longo de todo o Rio Negro. Foi sugerido a cada um dos convidados que indicassem outras organizações que pudessem ter interesse em participar do grupo.

Com os contatos realizados, foi possível formar um grupo representativo da realidade do TBC na região amazônica, composto por: organizações não governamentais, associações de moradores e universidades, cujas trajetórias tinham em comum o interesse em fortalecer um modelo mais justo e sustentável para a atividade turística na escala regional. Não foi convidada, nesse primeiro momento, nenhuma entidade vinculada ao poder público, pois gostaríamos de dar uma identidade própria ao grupo, sem que esta fosse influenciada por interesses políticos momentâneos.

A etapa seguinte foi a de organizar um encontro que reunisse todos os interessados para apresentar e discutir a proposta de criação da CTCA. Por se tratar do primeiro encontro do grupo que estava se formando, o ICEI Brasil custeou o transporte, hospedagem e alimentação de um representante de cada instituição convidada e sugeriu que cada instituição custeasse a participação de outro representante. O I Encontro da CTCA foi realizado nos dias 20 e 21 de junho de 2011, no auditório da Escola Superior de Artes e Turismo (ESAT), da Universidade do Estado do Amazonas (UEA). Estiveram presentes no encontro representantes das organizações listadas a seguir:

- Associação de Piscicultores e Agroextrativistas do Anã (Santarém, PA).
- Associação de Silves pela Preservação Ambiental e Cultural – ASPAC (Silves, AM).
- Projeto Saúde e Alegria – PSA (Santarém, PA).
- Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá – IDSM / Pousada Uacari (Tefé, AM).
- Centro de Cooperativas e Empreendimentos Solidários – UNISOL (Manaus, AM);
- Instituto de Pesquisas Ecológicas – IPÊ (Manaus, AM);
- Universidade do Estado do Amazonas – UEA (Manaus, AM);
- Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ (Rio de Janeiro, RJ);
- Universidade Estadual Paulista – UNESP (São Vicente, SP);
- Fundação Vitória Amazônica – FVA (Manaus, AM);
- Nymuendaju (Manaus, AM);
- Fórum Permanente em Defesa das Comunidades Rurais e Ribeirinhas do Entorno de Manaus – FOPEC (Manaus, AM);
- Consórcio dos Produtores Sateré-Mawe (Parintins, AM);
- Associação de Moradores e Desenvolvimento Sustentável da Comunidade São João do Tupé (Manaus, AM);

Após uma breve apresentação de todos os presentes e as mensagens de boas-vindas, cada entidade convidada fez uma apresentação geral de suas atividades ligadas ao TBC com a seguinte estrutura: breve histórico; atividades desenvolvidas com os visitantes; estratégia de

comunicação com os visitantes; estratégia de comercialização; breve relato sobre o perfil do visitante; principais parceiros; e o que espera da Central TBC. Essa apresentação inicial foi fundamental para nivelar o conhecimento de todos os presentes sobre o trabalho realizado por cada uma das entidades.

Em seguida, os coordenadores do encontro fizeram uma apresentação sobre a proposta de atuação da CTCA. Foram expostos os princípios norteadores, o conceito e uma proposta operacional para CTCA, a fim de estimular o debate que se seguiria. Após uma intensa discussão, o grupo elaborou algumas contribuições à proposta inicial.

O retorno e as contribuições dos participantes foram muito positivos e evidenciaram a vontade de que a CTCA realmente aconteça, “saia do papel”. Como em todo processo participativo, o comprometimento de todos é fundamental para o sucesso da iniciativa. Assim, com a proposta da CTCA discutida e seus alicerces conceituais devidamente acordados, os participantes foram convidados a assinar uma carta de adesão e apoio à proposta, formalizando seu interesse na concretização da proposta.

O segundo dia do encontro foi dedicado às discussões para a definição do perfil institucional do empreendimento. Discutir a missão, visão de futuro e princípios e valores que sustentam o empreendimento é fundamental para se ter clareza aonde queremos chegar e o percurso a seguir. Segundo Rodrigues et al (2009, s. p.), a missão “[...] é uma declaração de propósitos ampla e duradoura que individualiza e distingue a organização em relação a outras no mesmo ramo de negócio”, enquanto a visão “[...] orienta a organização em uma meta de longo prazo, criando um compromisso consigo própria, no intento de atingir o propósito declarado”. Para Porto (2008), qualquer organização, seja pública ou seja privada, seja grande ou pequena, necessita compreender sua missão no mercado e, a partir disso, estabelecer sua visão para dentro de seus padrões. É importante respeitar as características de cada organização, pois só assim poderá encontrar soluções que ajudam a desenvolver e reforçar a sua qualidade organizacional e de seus produtos. Os produtos e serviços são os caminhos pelo qual a organização leva para a sociedade a sua missão, e a visão orienta o processo de criação deste caminho, estimulando o rompimento com a situação atual e o estado futuro desejado.

O encontro se encerrou com um clima de otimismo e muita expectativa sobre o que estava por vir. O caráter inovador da proposta

foi destacado por todos, com o compromisso em levar o processo adiante reinterado. Nos meses que se seguiram, algumas ações foram levadas adiante, enquanto outras não avançaram, devido a fatores externos incontroláveis. Foi aberta uma lista de e-mails exclusiva para que o grupo pudesse se comunicar internamente no período subsequente.

Com os avanços obtidos nos meses que sucederam ao I encontro da CTCA, houve a necessidade de promover um novo encontro com o objetivo de discutir com o grupo o formato e o modo de operar da CTCA. Por se tratar de um empreendimento coletivo com uma abordagem altamente inovadora, era necessário que os participantes tivessem muita clareza sobre o conceito do negócio que seria construído. Compartilhar uma mesma visão e criar um entendimento comum é fundamental para discutir sobre o modelo a ser adotado.

Para facilitar o diálogo e promover uma discussão fértil sobre esse tema, optamos por utilizar a metodologia *Business Model Generation*. Criada por Alexander Osterwalder, a metodologia vem sendo amplamente utilizada por organizações em todo o mundo para desenvolver modelos de negócios inovadores, principalmente, para empresas vinculadas ao setor de tecnologia, em que as mudanças de cenário são rápidas e há a necessidade de se testar as inovações propostas com agilidade (OSTERWALDER; PIGNEUR, 2009). O “modelo de negócios” pode ser descrito como uma versão simplificada do “Plano de Negócios”. Nele, busca-se a construção de um protótipo do negócio a partir da descrição de nove blocos considerados essenciais: proposta de valor, segmentos de clientes, relacionamento com os clientes, canais de distribuição, fontes de receitas, principais atividades, principais recursos, alianças e parcerias e estrutura de custo.

Com essa proposta de atividade, foi realizado, em 6 de dezembro de 2011, o II Encontro da CTCA, também no auditório da ESAT da UEA. Nesse encontro, compareceram todos os participantes anteriores, com exceção dos representantes da Pousada Aldeia dos Lagos. Como dispúnhamos apenas de um dia de trabalho, este autor levou para o encontro um conteúdo inicial para os dez blocos de informação da metodologia *Business Model Generation* para estimular um debate inicial. Ao longo do dia, passamos por cada um dos blocos discutindo e refletindo sobre os fundamentos que sustentam a proposta de atuação da CTCA.

Na avaliação dos presentes, o encontro foi muito positivo e esclarecedor, além de ajudar a estabelecer uma base comum de conhecimento e expectativas acerca da atuação da CTCA. Ficou estabelecido, ainda, que houvesse um esforço por parte das iniciativas de TBC, que compõem a CTCA, para completar o preenchimento de seus cadastros para que pudéssemos avançar na elaboração do website provisório e do material de divulgação.

Após o II encontro, surgiu uma oportunidade interessante de apoio da Agência Alemã de Cooperação Internacional (GIZ) à CTCA. Esse apoio foi articulado pelo Projeto Saúde e Alegria, parceiro da instituição em outras atividades, e contempla a cessão de um cooperante alemão para participar das atividades cotidianas da CTCA e apoiar sua estruturação. O cooperante trabalharia em conjunto com a articuladora regional na gestão e operação da CTCA. Para formalizar a parceria, a GIZ solicitou que fosse realizado um planejamento estratégico para a CTCA, a fim de estabelecer um conjunto de atividades, metas e indicadores para o trabalho. Assim sendo, este foi o principal objetivo estabelecido para o III Encontro da CTCA.

O III Encontro da CTCA foi realizado nos dias 19 e 20 de março de 2012, também no auditório da ESAT da UEA. Além do planejamento proposto pela GIZ, foi apresentado aos participantes a primeira versão do website. Após apresentarmos uma visão geral do website (disponível no endereço <http://www.amazoniacomunitaria.org>), partimos para uma leitura atenta dos textos elaborados, com base no cadastro realizado, para cada uma das iniciativas de TBC. De um modo geral, todos gostaram do resultado do trabalho, e ficou explícita a empolgação de todos em ver os primeiros resultados dos últimos meses de trabalho.

O planejamento estratégico proposto pela GIZ se apoiou em uma metodologia da própria agência e foi coordenado pelo representante da região Norte, o Sr. Berend Becker. Em um primeiro momento, foram discutidos os limites da medida de desenvolvimento a ser implantada, estabelecendo os atores sociais direta e indiretamente envolvidos. Os atores diretamente envolvidos foram divididos em três grupos: implementadores responsáveis, aliados estratégicos e beneficiários. Para cada grupo, foram discutidas e listadas as organizações envolvidas.

Após delimitar os atores sociais que fazem parte ou tem potencial para se envolver com a CTCA, passamos a discussão sobre as ações prioritárias, que serão realizadas nos próximos dois anos, tempo de

vigência do acordo firmado com a GIZ. A metodologia proposta tem como base a definição de “produtos e/ou serviços” que serão oferecidos pela CTCA e seus principais utilizadores. A partir das ações e grupos de usuários listados, foram definidos indicadores, metas e fontes de verificação para cada um deles. Não cabe aqui detalhar todo o planejamento realizado, mas listamos, a seguir, as ações prioritárias propostas, lembrando que, no decorrer do percurso, outras poderão ser agregadas:

- projetar e implantar o sistema operacional, estabelecendo suas rotinas e procedimentos básicos, bem como as ferramentas e instrumentos de gestão a serem utilizados;
- elaborar e implantar uma estratégia de divulgação;
- estabelecer parceria da CTCA com ao menos uma empresa de turismo (agência ou operadora), localizada em Manaus, para apoiar a finalização das propostas de viagens elaboradas pela CTCA;
- avaliar e propor adequações, caso necessário, a ofertas de roteiros das iniciativas de TBC vinculadas à CTCA;
- promover capacitações em TBC, hospitalidade e A&B para empreendimentos turísticos comunitários vinculados à CTCA.
- divulgar e promover os princípios do TBC;
- avaliar e monitorar continuamente as viagens e roteiros promovidos pela CTCA;
- avaliar a adesão de novas iniciativas de TBC à CTCA.

O principal ponto de discórdia dentro do grupo foi relativo à finalização das viagens, ou seja, a emissão de passagens, documentos de viagens (*vouchers*, seguros de viagens, etc.) e o pagamento adiantado (por cartão de crédito ou depósito bancário) dos serviços a serem prestados pelas iniciativas de TBC. A CTCA foi concebida para prover informações qualificadas e confiáveis sobre as iniciativas de TBC e facilitar a comunicação entre os viajantes interessados em conhecê-las. No entanto, desde o I encontro, as iniciativas de TBC expressaram sua dificuldade em finalizar a comercialização das viagens, devido à falta de estrutura e recursos. O principal entrave se refere à situação jurídica de alguns dos empreendimentos. A maior parte deles não é uma empresa turística formalmente estabelecida e, portanto, segundo

a Lei Geral do Turismo (BRASIL, 2008), não podem operar e agenciar serviços turísticos. A lei determina que todos os prestadores de serviços turísticos, sejam eles meio de hospedagem, transporte ou sejam de agenciamento, só podem operar regularmente com cadastro no Ministério do Turismo (Mtur). No entanto, o Mtur não aceita o cadastramento de organizações sem fins lucrativos (como ONGs ou Associações de Moradores) para prestação de serviços turísticos. Dessa forma, sua operação se dá de modo irregular, e isso fragiliza toda a cadeia produtiva associada a essas iniciativas.

No entanto, incorporar esse serviço à gama de serviços oferecidos pela CTCA envolve uma série de implicações que tornam a questão extremamente complexa. Para atender a essa demanda, seria necessário criar uma estrutura – operacional e jurídica – que envolveria custos mais elevados e sairia do escopo de atuação da CTCA. Como criar uma estrutura jurídica que possa reunir entidades de perfis tão distintos, como ONGs de pequeno, médio e grande porte, associações de moradores e universidades, em torno de uma pessoa jurídica capaz de operar e agenciar serviços turísticos? Que formato de empresa atenderia a tais demandas? Como se daria a questão da responsabilização jurídica nesse caso? Enfim, são questões que demandam um grau de maturidade e discussão a que hoje a CTCA não tem como atender.

A solução encontrada para atender tais demandas foi a realização de parceria com empresas já estabelecidas. A proposta é que a CTCA faça todo o atendimento aos viajantes e até a elaboração das propostas de viagens. Caso o viajante queira finalizar a viagem de modo independente, contará com todas as informações necessárias para tal. Caso opte por finalizar a viagem com alguma agência ou operadora, a CTCA indicará uma de suas parceiras para apoiar a transação. A parceria entre a CTCA e a empresa parceira será regida por um termo de compromisso em que a empresa expressa seu alinhamento com os princípios e valores da CTCA, incluindo o não comissionamento dos serviços ofertados pelas comunidades.

Ao final da dinâmica, foram escolhidos, ainda, os responsáveis por cada ação, buscando envolver todas as organizações diretamente vinculadas à CTCA. Nossa intenção inicial era a de promover, ainda no III encontro, uma discussão sobre a estrutura organizacional e o sistema de governança para a CTCA. No entanto, não houve tempo para isso, uma vez que o debate em torno das ações prioritárias ocupou a maior parte dos dois dias de encontro.

Assim sendo, agendamos a realização do IV Encontro da CTCA, a ser realizado também em Manaus, no mês de agosto de 2012. Neste encontro, faremos um acompanhamento das ações realizadas até o momento, monitorando o alcance das metas estabelecidas e os desafios enfrentados. Faremos, ainda, a apresentação de uma proposta preliminar de estrutura organizacional e sistema de governança, que será amplamente debatida pelos participantes.

Acreditamos que, após a realização do IV Encontro da CTCA, será encerrado um ciclo inicial do trabalho focado na concepção e implantação do serviço. Neste primeiro ano, as atividades foram muito concentradas pelos idealizadores e coordenadores do projeto. Acreditamos que, a partir do estabelecimento de um sistema de governança participativo para a CTCA, os atores envolvidos se empoderem para assumir a gestão e operação do empreendimento.

### *O modo de operar*

A Central de Turismo Comunitário da Amazônia concentra, inicialmente, suas atividades na facilitação do processo de consulta e reserva, mediando a comunicação entre os empreendimentos comunitários e os visitantes interessados em visitá-los. Para tal, estabeleceu uma série de procedimentos em parceria com as iniciativas locais para viabilizar as viagens.

Para facilitar a organização das viagens dos interessados, a Central oferece informações atualizadas relativas ao acesso, transporte, hospedagem, alimentação e guiagem não apenas referentes às iniciativas de TBC, como também nas cidades de referência que servem como porta de entrada para os empreendimentos locais. Para tal, articulou uma rede de prestadores de serviços turísticos alinhados com os princípios e valores da economia solidária e do comércio justo.

O principal canal de veiculação das informações e referência para contato é o portal da Central na internet ([www.amazoniacomunitaria.org](http://www.amazoniacomunitaria.org)). Nele é possível conhecer as iniciativas e ter uma primeira aproximação com as propostas de viagens oferecidas. Uma vez que o usuário do portal se interessa por alguma proposta de viagem, ele entra em contato com a Central, por correio eletrônico ou telefone, e recebe todo o apoio para o planejamento de sua viagem.

O mercado do turismo convencional a mais de 40 anos já aproveita os benefícios que as tecnologias da informação e comunicação em rede podem oferecer. Como vimos anteriormente, desde a década de 90, a utilização da internet como suporte para transações envolvendo fornecedores, companhias aéreas, hotéis, operadoras e agências de viagens mudou significativamente o cenário da comercialização de produtos vinculados ao turismo convencional. Os consumidores ganharam muito mais autonomia e as empresas tiveram que se adequar a esta nova realidade.

Usar o potencial da grande rede em favor da promoção e do fomento a um outro tipo de turismo parece ser um caminho profícuo. As inúmeras possibilidades que as novas tecnologias proporcionam podem ajudar a superar as principais barreiras que hoje impedem um crescimento em números de usuários e em visibilidade para as iniciativas de turismo de base comunitária.

### *O sistema de governança*

A Central de Turismo Comunitário da Amazônia não é uma agência ou operadora de turismo. Ela não intermedia transações comerciais com base no comissionamento. Tão pouco cobra taxas pela utilização de seus serviços. A Central é um empreendimento de caráter coletivo, implementado e gerenciado em parceria com as iniciativas locais que promovem atividades de turismo comunitário.

Atualmente a Central está em fase de incubação, vinculada ao ICEI Brasil como um projeto. No entanto, a médio prazo pretende-se que a Central ganhe autonomia e se configure como um serviço autogestionado pelos atores sociais interessados em seus serviços. Nesse período inicial foi proposta uma estrutura organizacional composta por um comitê executivo, um conselho deliberativo e um conselho consultivo. O comitê executivo é presidido pelo ICEI Brasil e conta com a participação das entidades sediadas em Manaus. Sua função é cuidar da execução do planejamento definido nos encontros com os demais parceiros. O Conselho Deliberativo é formado por todas as organizações vinculadas diretamente com as iniciativas de TBC participantes, sejam elas associações de moradores, ONGs ou cooperativas. Já o Conselho Consultivo é formado pelos demais parceiros e consultores convidados para compor o grupo.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Não resta dúvida quanto à proximidade conceitual existente entre os princípios do turismo responsável e do TBC. Promover mais articulação entre o mercado consumidor, responsável e solidário, e as iniciativas de TBC pode representar um fértil caminho rumo à sustentabilidade de ambos os movimentos. O turismo responsável agrega viajantes interessados em conhecer novos lugares e pessoas de um modo mais ativo e participativo e, para tal, precisa de localidades dispostas a abrir suas portas para a convivência com o que vem de fora. Por outro lado, as iniciativas de TBC dependem, para sua sobrevivência, de viajantes que queiram se relacionar de modo mais autêntico com os lugares e as pessoas que os acolhem.

No entanto, ambos os movimentos hoje se encontram às margens das práticas hegemônicas do turismo, e o diálogo entre eles depende de mais articulação entre os atores sociais envolvidos. Desde o ponto de vista das iniciativas de TBC, é primordial que elas encontrem seu público-alvo e façam um amplo trabalho de divulgação de suas práticas. Atualmente, não existe clareza sobre a demanda por roteiros de TBC e, em virtude disso, faz-se necessário a formação de massa crítica sobre o tema.

A busca por um mercado consciente, engajado e responsável é um grande desafio. Os viajantes com esse perfil não costumam comprar suas viagens nas “prateleiras” do mercado convencional do turismo de massa. Na verdade, fogem dos pacotes oferecidos, pois valorizam uma experiência cultural mais autêntica e uma relação favorável ao ambiente em que estarão inseridos.

Podemos dizer que o movimento do turismo responsável faz parte de um conjunto mais amplo de novas utopias que marcaram a virada para o novo milênio. O paradigma do desenvolvimento sustentável, surgido nas últimas décadas do século XX, deu origem a uma série de movimentos de contracultura, que buscavam transformar nossa sociedade, apresentando caminhos mais sustentáveis para inúmeras questões. O ambientalismo trouxe à tona a necessidade de se repensar a relação do homem com a natureza; a economia solidária surgiu em contraposição à economia de mercado capitalista e industrial; o *Slow Food*, surgido na Itália e amplamente difundido pelo mundo, propõe o regate de uma alimentação saudável e revalorização do ato de comer como referência para um estilo de vida mais sustentável; o Fórum

Social Mundial, criado em resposta ao Fórum Econômico de Davos, pretende reunir todos os atores interessados na construção de uma sociedade mais justa e igualitária. Esses são alguns exemplos das novas utopias que regem o nosso tempo.

O turismo responsável e o TBC representam novas utopias para as práticas de turismo e não segmentos de mercado, como apresentados, anteriormente, em alguns dos documentos e pesquisas consultados. São práticas que devem ser incorporadas aos segmentos já existentes e influenciar o mercado em sua totalidade, a fim de torná-lo mais sustentável.

Para realizar esse potencial transformador, as iniciativas de TBC precisam estabelecer uma estratégia sólida de comercialização, no intuito de garantir sua viabilidade econômica sem que isso signifique a perda dos valores que sustentam e dão identidade às suas práticas. Priorizar o trabalho de divulgação do TBC junto a grupos sociais sensíveis à temática socioambiental, como os elencados acima, pode representar um importante avanço no sentido de vincular o TBC como opção de lazer prioritária desses grupos. Sua capacidade de multiplicação e formação de opinião pode ajudar a consolidar a imagem das iniciativas de TBC como uma real opção de viagem e, com isso, sua inserção em um mercado, cujos valores se assemelham e não são pautados estritamente pela lógica econômica.

Buscamos, neste artigo, apresentar uma proposta de estrutura para a facilitação do comércio direto do turismo de base comunitária (TBC) na Amazônia. Nossa primeira ação foi mapear e articular possíveis parceiros para levar adiante a proposta. A estruturação de uma rede regional de iniciativas de TBC e outros atores sociais, interessados no desenvolvimento da atividade, se configura como o principal elemento de sustentação da proposta de criação da CTCA.

Apesar da boa aceitação da proposta junto aos parceiros, o estabelecimento de um processo participativo para a construção de um empreendimento coletivo, envolvendo atores sociais de caráter tão distintos, como universidades, associações de moradores e organizações não governamentais, por exemplo, é um grande desafio a ser enfrentado. A construção do consenso em torno de questões fundamentais para o desenvolvimento do trabalho é uma necessidade que demanda tempo e muito diálogo. Porém, o fruto do trabalho coletivo é mais saboroso e duradouro e gera comprometimento e coresponsabilidade pelo trabalho realizado.

No caso específico do processo de constituição da CTCA, as distâncias que separam as iniciativas de TBC e o tempo e custo dos deslocamentos também foram barreiras enfrentadas. As dimensões amazônicas impedem mais intercâmbio entre as iniciativas, e a oportunidade de troca de experiências, proporcionada pelos encontros do CTCA, contribuiu para o fortalecimento e amadurecimento do grupo em sua totalidade. Para além dos temas de interesse da CTCA, vimos surgir, ao longo do último ano, uma aproximação entre as iniciativas parceiras que começaram a promover atividades conjuntas independente das atividades da CTCA.

Após o período inicial de construção coletiva da CTCA, outras iniciativas de TBC da região começaram a estabelecer contato, manifestando interesse em fazer parte do grupo. A questão das novas adesões é delicada e deve ser enfrentada com transparência. É delicada, pois devemos estar atentos aos princípios e valores que sustentam o TBC na esfera local de modo a evitar o oportunismo e as pressões políticas e institucionais que, por ventura, aconteçam. Ao mesmo tempo, é fundamental que a CTCA esteja aberta a novas adesões, uma vez que está em sua essência o diálogo para o fortalecimento e a difusão do TBC no âmbito regional. Dessa forma, faz-se necessário a definição de critérios transparentes para as novas adesões e que a entrada no grupo se dê por meio de um processo pedagógico e dinâmico, que promova o aprendizado e a adequação por parte dos novos entrantes, ao invés de excluí-los do processo.

Outro desafio a ser enfrentado nos próximos meses pela CTCA será a obtenção de financiamento para suas atividades. Mesmo contando com uma estrutura fixa leve com custos operacionais baixos, a CTCA necessita de financiamento externo para sua operação inicial. A busca de apoio junto à iniciativa privada, por meio de editais públicos ou patrocínio direto, é uma alternativa que deve ser estudada no âmbito regional. Na Amazônia, por exemplo, temos a Zona Franca de Manaus, que reúne grandes empresas que podem ter interesse em desenvolver ações de responsabilidade social. Empresas vinculadas ao setor de turismo, como as companhias aéreas, também podem ser contatadas para apoiar em recursos financeiros ou até mesmo logísticos para viabilizar atividades da CTCA. No entanto, por se tratar de uma iniciativa coletiva, cujo interesse público é notório, acreditamos que o poder público (seja ele municipal, estadual ou federal) deveria assumir um protagonismo nesse processo, que, entre seus impactos

diretos, prevê a promoção do desenvolvimento social e econômico das comunidades locais, bem como a conservação e uso racional de seus recursos naturais.

A experiência acumulada no processo de implantação da CTCAs nos permite afirmar o grande potencial de replicação desta iniciativa em outros contextos. A questão da comercialização e acesso ao mercado é hoje um grande obstáculo enfrentado pela maioria das iniciativas de TBC em todo o Brasil. A construção coletiva de uma solução comum, além de criar laços de colaboração entre as iniciativas, reduz os custos individuais e contribui para a formação de um mercado consumidor responsável, que valoriza as especificidades deste modo de organização do turismo. Com esta afirmação não estamos pregando a mera replicação de uma receita que deva ser seguida passo a passo. Mas sim a construção de um processo coletivo que considere as especificidades de cada contexto regional na formulação de uma proposta conjunta para o enfrentamento de seus desafios.

#### REFERÊNCIAS

BRASIL. *Dinâmica e diversidade do turismo de base comunitária: desafio para a formulação de política pública*. Brasília: Ministério do Turismo, 2010.

\_\_\_\_\_. *Lei Geral do Turismo n.º 11.771/08*. Brasília: Ministério do Turismo, 2008.

BURSZTYN, I. *Desatando um nó na rede: sobre um projeto de facilitação do comércio direto do turismo de base comunitária na Amazônia*. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção) -- COPPE/UFRJ, 2012.

CISV. *Comunita, impegno, servizio, volontariato. Turismo responsabile: quale interesse per gli italiani?* Torino: Effata Editrice, 2009.

INSTITUTO DE PESQUISAS ECOLÓGICAS. *Proposta de ações estratégicas para o desenvolvimento sustentável do turismo de base comunitária no entorno sul do Parque Nacional de Anavilhanas*. Manaus, 2011.

MIELKE, E. *Monitoramento dos Projetos de Turismo de Base Comunitária*. Relatório Final. Rio de Janeiro: Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2011.

MOLINA, S. *O pós-turismo*. Tradução Roberto Sperling, São Paulo: Aleph, 2003.

MINISTÉRIO DO TURISMO. *Hábitos de consumo do turismo do brasileiro*. Brasília: Ministério do Turismo, 2009.

\_\_\_\_\_. *Perfil do turista de aventura e do ecoturista no Brasil*. Brasília: Ministério do Turismo, 2010.

OSTERWALDER, A.; PIGNEUR, Y. *Business Model Generation*. Self published book, produced by Modderman Drukwerk, Amsterdam, 2009.

PORTO, M. A. *Missão e visão organizacional: orientação para a sua concepção*. Disponível em: <[http://www.abepro.org.br/biblioteca/ENEGEP1997\\_T4105.PDF](http://www.abepro.org.br/biblioteca/ENEGEP1997_T4105.PDF)>. Acesso em: 15 abr. 2012.

RODRIGUES, M. R. A.; TORRES M. C. S.; FILHO J. M.; LOBATO. D. M. *Estratégia de empresas*. 9. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2009. 528p.

SANSOLO, D. G.; BURSZTYN, I. Central de Turismo Comunitário da Amazônia: por uma proposta de plataforma de serviços de articulação e comunicação em rede. In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPPAS. 6., *Anais...* Belém (PA) 18 a 21 de setembro de 2012.

SILVA, K. T. P.; RAMIRO, R. C.; TEIXEIRA, B. S. Fomento ao turismo de base comunitária: a experiência do Ministério do Turismo In: BARTHOLO, R. S.; SANSOLO, D. G.; BURSZTYN, I. *Turismo de base comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras*. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009.

SNV. Netherlands Development Organization. *The market for deias a ia tourism products*. Amsterdam: SNV, 2009.

REDE BRASILEIRA DE TURISMO COMUNITÁRIO E SOLIDÁRIO. In: II SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE TURISMO SUSTENTÁVEL (FORTALEZA, CEARÁ). Brasil, 2008.

\_\_\_\_\_. *Relatório do Encontro de 2010*. Disponível em: <<http://www.turisol.org.br>>. Acesso em: ago. 2011.

URRY, J. *O olhar do turista*. São Paulo: Nobel/SESC, 2001.



# Turismo de Base Comunitária na Região Metropolitana de Manaus (AM)

*Cristiane Barroncas Maciel Costa Novo<sup>11</sup>*

## INTRODUÇÃO

**A** Amazônia vem passando por um intenso processo de transformações socioespaciais, primordialmente após a abertura de rodovias, a partir da década de 1960, e vem sendo vista também como a “última fronteira”, onde parece existir uma “natureza intocada”, não restando dúvida de que essa imagem perpassa o imaginário de muitos, às vezes estimulada, por uma “indústria” do turismo que se apoia na venda de imagens idealizadas (GONÇALVES, 2008).

Por outro lado, o turismo vem se fortalecendo e ganhando visibilidade enquanto atividade econômica que é, e tem se configurado nos dias de hoje como uma das alternativas para promover o desenvolvimento econômico de regiões consideradas com potencial turístico, como é o caso da Amazônia brasileira que, com sua extensão territorial e sua sociodiversidade, tornou-se um lugar cobiçado, exercendo verdadeiro fascínio sobre o imaginário dos turistas brasileiros e estrangeiros.

Segundo a Organização Mundial do Turismo (OMT)<sup>12</sup>, as chegadas de turistas internacionais têm crescido. Segundo estimativas, cresceu 4,5% na primeira metade de 2011, consolidando assim um incremento de 6,6% em comparação ao registrado em 2010. Os dados apontam o desejo crescente das pessoas em viajar, pois estimam que até 2030 haverá 1,8 bilhões de chegadas internacionais, em todas as regiões do mundo. Dessas chegadas, 58% correspondem a países de economia emergente.

---

11 Turismóloga e administradora. Mestre em Ciências (Geografia Humana) pela Universidade de São Paulo. Professora da Universidade do Estado do Amazonas lotada na Escola Superior de Artes e Turismo. [cbarroncas@uea.edu.br](mailto:cbarroncas@uea.edu.br).

12 Disponível em: <http://www.world-tourism.org> Acesso em 16 out 2011.

Nessa mesma perspectiva, conforme indicadores apresentados pela Empresa Estadual de Turismo do Amazonas (Amazonastur), no período de 2003-2010, houve um crescimento anual do número de turistas que visitaram o Amazonas, sendo 2010 o ano com o maior número deles (614 mil). Ainda assim, 2007 foi o ano em que o número de turistas mais cresceu no Estado, 14,76% em relação ao ano anterior (SEPLAN, 2011).

Essas duas constatações, da OMT e da Amazonastur, revelam algumas preocupações relacionadas aos impactos do turismo para as comunidades diretamente envolvidas com essa atividade. Consideramos, assim, importante saber como estão organizadas as experiências de turismo de base comunitária no Amazonas, especialmente na Região Metropolitana de Manaus (RMM). No Amazonas, algumas comunidades estão adotando o turismo de base comunitária como alternativa econômica, fato que nos chamou atenção para investigar e conhecer melhor suas práticas e entender como elas estão se configurando no território.

A escolha da RMM se deu por diferentes motivos, tais como pelo fato de ser a mais recente região metropolitana criada no Brasil; pela acessibilidade rodoviária aos municípios; pela preparação desses municípios para receber os turistas da Copa do Mundo de 2014; e, principalmente, pela necessidade de compreender como as comunidades estão organizando o turismo de base comunitária em seus territórios.

A RMM é integrada pelos municípios de Careiro da Várzea, Iranduba, Itacoatiara, Manacapuru, Manaus (cidade sede), Novo Airão, Presidente Figueiredo e Rio Preto da Eva. Ao visitarmos algumas comunidades localizadas nesses municípios, que adotam o turismo como uma de suas atividades econômicas, foi possível identificar algumas influências externas sobre suas práticas. Algumas dessas experiências são geradas a partir de sujeitos hegemônicos, que veem essas comunidades apenas como “objetos de consumo”, gerando assim uma relação assimétrica e de dependência.

Nesse sentido, a pesquisa teve por objetivo geral analisar as experiências de turismo de base comunitária existentes na Região Metropolitana de Manaus, considerando aspectos socioespaciais intrínsecos.

Tratou-se de uma pesquisa caracterizada como quali-quantitativa, bem como exploratória e descritiva. Os

procedimentos metodológicos utilizados foram a coleta em fontes secundárias, a pesquisa de campo e o registro em diário de campo. A pesquisa bibliográfica permeou toda a pesquisa, dando suporte aos aportes teóricos sobre turismo de base comunitária e turismo comunitário, pois consideramos essencial à formação da base teórico-metodológica-conceitual. Em seguida, procedemos a pesquisa de campo, que durou aproximadamente cinco meses, para a obtenção de informações *in loco* acerca do objeto da análise, quando foi aplicado o formulário (com perguntas abertas e fechadas) junto aos sujeitos da pesquisa, bem como aplicação de entrevista semiestruturada.

As comunidades foram selecionadas a partir da indicação das Secretarias Municipais de Turismo, constituindo-se como sujeitos da pesquisa as lideranças das referidas comunidades. Definimos pesquisar uma amostra de 15 sujeitos, e como critério estabelecemos trabalhar com as comunidades formalmente constituídas, ou seja, que estão organizadas por meio de alguma instituição (associação ou cooperativa), e que oferecessem serviços turísticos como hospedagem, alimentação ou venda de artesanato e outras atividades relacionadas ao turismo. As 15 comunidades pesquisadas assinaram o Termo de Anuência Prévia Livre e Esclarecida autorizando a realização da pesquisa, que não acessou conhecimentos tradicionais, apenas analisou a organização do turismo em seus territórios e as relações destes com os outros sujeitos do turismo.

Neste capítulo apresentamos inicialmente algumas reflexões sobre os conceitos de turismo de base comunitária na visão de alguns estudiosos sobre a temática. Em seguida apresentamos uma breve contextualização da Região Metropolitana de Manaus e por fim, fazemos uma análise crítica das experiências de turismo de base comunitária na RMM com base no diagnóstico da pesquisa de campo.

Estas considerações não tem como pretensão esgotar o assunto, mas sim contribuir para as reflexões dessa modalidade de turismo no Brasil, e, quiçá, contribuir, em alguma medida, com as comunidades que trabalham com turismo de base comunitária no Amazonas, no sentido de muni-las com informações que possam ajudá-las na reflexão em torno do trabalho que realizam, fortalecendo-as e criando novas oportunidades.

## 1 TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA: CONCEITUAÇÃO E CONTEXTUALIZAÇÃO

A modalidade turismo de base comunitária surge a partir de diferentes modalidades do turismo, além de combinar características de outros conceitos evidenciados como o de ecoturismo, turismo sustentável, turismo cultural, etnoturismo, turismo comunitário sustentável, turismo de base local, turismo rural comunitário dentre outros. Optamos por utilizar o termo turismo de base comunitária por entender que este conceito valoriza as dimensões social e territorial dessa prática, embora a maior parte dos autores pesquisados referirem-se a ele com o termo turismo comunitário.

No estudo do turismo de base comunitária, normalmente, o encontramos dentro do chamado “turismo alternativo” que, segundo Macleod (2002, p.165), é “[...] um conceito fundamentalmente problemático quando submetido à análise e revela muitas reações emocionais – uma característica comum do turismo como tema”. Macleod acredita que embora haja concordância quanto ao conteúdo da expressão “turismo alternativo”, ela é excessivamente distorcida, até o ponto de se tornar inadequada, vaga, nebulosa e se prestar à paródia. De modo que, em vez do termo que abarca tudo, devem-se usar descrições mais específicas e rigorosamente definidas, ajustando-os aos novos tempos em que as fronteiras estão desaparecendo (MACLEOD, 2002).

Em seus estudos, Pires (2002) identificou sessenta denominações e algumas classificações a respeito do que ele chama de “turismo alternativo”<sup>13</sup>. Entre elas, tem-se: turismo sustentável, turismo ambiental, turismo ecológico, ecoturismo, turismo de natureza, turismo com base na natureza, turismo rural, agroturismo, viagem de aventura, turismo com base local, turismo cultural, turismo participativo/de interesse especial, turismo responsável, dentre outros.

Em relação à classificação, o autor categoriza o conceito segundo seu enfoque ou ênfase, sendo eles: cultural/histórico/antropológico, enfoque no ambiente, na sustentabilidade e na

13 Pires (2002) entende o turismo alternativo como todas as opções de turismo que compartilham diferenças comuns em relação ao turismo convencional, devido a fatores como localização da oferta turística em ambientes naturais e/ou rurais; participação ativa (física, mental e emocional) do turista; geração de benefícios socioeconômicos para anfitriões e valorização de sua cultura (p.111).

conservação, na natureza e vida selvagem, no campo e nos aspectos rurais, na aventura e na ação, no planejamento, em especialidades e no estudo e, por fim, o *enfoque no envolvimento* e na *participação local*, cabendo, neste último enfoque, o turismo participativo, turismo de solidariedade e o turismo local (PIRES, 2002, p.95-97). Ressaltamos que o turismo de base comunitária não é citado pelo autor, o que reforça a necessidade de estudos na área.

Os estudos sobre turismo de base comunitária são incipientes, mas vêm ganhando força no mundo, nos países em desenvolvimento, como o Brasil e, timidamente, na Amazônia brasileira. Encontram-se algumas experiências em diferentes países, que somadas aos estudos científicos começam a dar corpo ao seu conteúdo.

Em relação ao conceito de turismo de base comunitária entendemos que está em construção, não havendo consenso sobre o mesmo, do que decorrem diversas interpretações tanto em nível nacional quanto internacional. Alguns pesquisadores começam a conjecturar propostas sobre o turismo de base comunitária.

Uma corrente de autores enfatiza o termo “turismo de base comunitária”, enquanto outros utilizam “turismo comunitário”, e uma terceira utiliza os dois termos como sendo a mesma coisa. Embora existam semelhanças, e para muitos possa parecer um mesmo conceito, o fato é que o estabelecimento de objetos, critérios, termos fazem diferença, quando se está tentando construir um conceito. Por isso, entendemos ser primordial refletirmos sobre esses termos, reconhecidamente próximos, e que entendemos dizerem respeito à mesma prática, objeto de nossa análise.

Na percepção de Irving (2009, p. 108), “[...] a reflexão sobre turismo de base comunitária, no Brasil, trazia em sua expressão um sentido marginal, periférico e até mesmo romântico, diante das perspectivas de um mercado globalizado e ávido por estatísticas e receitas”. Para a autora, o turismo de base comunitária só poderá ser desenvolvido se os protagonistas deste destino forem sujeitos e não objetos do processo, e supõe que

[...] o turismo de base comunitária, portanto, tende a ser aquele tipo de turismo que, em tese, favorece a coesão e o laço social e o sentido coletivo de vida em sociedade, e que por esta via, promove qualidade de vida, o sentido de inclusão, a valorização da cultura local e o sentimento de

pertencimento. Este tipo de turismo representa, portanto, a interpretação “local” do turismo, frente às projeções de demandas e de cenários do grupo social do destino, tendo como pano de fundo a dinâmica do mundo globalizado, mas não as imposições da globalização (IRVING, 2009, p.111).

O sentimento de pertencimento chama-nos atenção. Fazer com que as comunidades sintam orgulho de pertencer a um determinado grupo social, a uma determinada região, superar o sentimento de inferioridade em relação a outros grupos e poderem mostrar o modo como vivem, é fundamental para manterem vivas suas culturas. O que é reforçado nas palavras de Santos (2009, p. 339), segundo o qual “[...] a ordem local funda a escala do cotidiano, e seus parâmetros são a copresença, a vizinhança, a intimidade, a emoção, a cooperação e a socialização com base na contiguidade”.

Jamal y Getz (1995) e Ried (1997) citados por Mendonça et al (2010, p.3) afirmam que: “[...] para alguns, el turismo comunitario involucra a diferentes actores en la planificación de la actividad, tomando decisiones de manera conjunta”.

Já para McDonald y Joliffe e Mbeaiwa (2003), “[...] el turismo comunitario es el que desarrollan grupos cooperativos u organizaciones “comunales” (apud MENDONÇA et al, 2010, p. 3). E para concluir essa reflexão, Wearing y McDonald (2002) são, também, referenciados por Mendonça et al (2010, p. 3), ao dizerem que “[...] el turismo comunitario supone una relación simbiótica, em la cual el turista sólo es una parte más en el sistema, em lugar de ser el centro de atención”.

Nas definições acima expostas, os referidos autores referem-se tanto ao turismo de base comunitária como ao turismo comunitário e chamam a atenção para vários aspectos ligados a eles, valendo destacar:

- a comunidade no controle da atividade, recebendo a maior parte dos benefícios;
- o envolvimento de diferentes sujeitos sociais no planejamento da atividade;
- o turista não deve ser considerado o centro das atenções.

Em relação ao primeiro aspecto, entende-se ser fundamental a educação formal para essas comunidades, além da formação complementar em diferentes áreas, como: gestão de empreendimentos turísticos (seja de hospedagem, de alimentação, de transporte); enfim, aliar aos saberes da comunidade algum conhecimento técnico e organizacional.

Relacionado ao segundo aspecto, reforça-se o envolvimento dos diferentes sujeitos, pois cada um tem diferentes papéis e perspectivas em relação à atividade, o que poderá causar conflitos de interesses, pois embora o turismo de base comunitária tenha uma proposta diferente, as questões econômicas assumem, por vezes, um papel prioritário, e isso poderá refletir nos resultados dessa modalidade.

E por último, e não menos importante, deve-se considerar o turista parte do sistema turístico, e não como o “centro do universo”. Ele deverá ser bem recebido, bem tratado, bem alimentado, mas a vida da comunidade não deverá girar em torno dele, mas junto com ele.

Os autores afirmam ainda que os territórios para que o turismo de base comunitária possa se desenvolver de maneira satisfatória devem possuir as seguintes características (MENDONÇA et al, 2010, p. 3):

- Población con fuerte identidad propia;
- Predisposición de la población a desarrollar una actividad turística, aceptando el consiguiente e inevitable contacto con otras culturas y sociedades;
- Capacidad de organización propia;
- Existencia de atractivos (culturales y naturales);
- Reinversión en capital social e infraestructuras de la mayor parte de los beneficios obtenidos de la actividad turística.

Fica evidente na visão dos autores que os territórios possuem um papel fundamental na organização dessa prática - o turismo de base comunitária, e não apenas isto, reforçam a questão do contato com outras culturas, e das consequências que podem advir dessa relação.

Ainda com relação ao conceito de turismo de base comunitária, vale recorrer a Bursztyn e outros (2009), segundo os quais:

[...] o turismo alternativo de base comunitária busca se contrapor ao turismo massificado, requerendo menor densidade de infraestrutura e serviços e buscando valorizar uma vinculação *situada* nos ambientes naturais e na cultura de cada lugar. Não se trata, apenas, de percorrer *rotas exóticas*, diferenciadas daquelas do turismo de massa. Trata-se de outro *modo de visita e hospitalidade*, diferenciado em relação ao turismo massificado, ainda que porventura se dirija a um mesmo destino (BURSZTYN; BARTHOLO; DELAMARO, 2009, p. 86).

Os autores supracitados, além de destacarem a forma alternativa, ressaltam, também, a menor densidade de infraestrutura e serviços quando da ocorrência do “turismo alternativo de base comunitária”, entendendo que esta prática estaria mais situada nos ambientes naturais e na cultura de cada lugar.

A proposta do turismo de base comunitária é fazer a comunidade buscar no seu próprio lugar uma forma de promover mudanças significativas e romper com alguns processos de exclusão (econômico, social, educacional etc), tão presentes em países com economias menos dinâmicas – isso acaba por se tornar um verdadeiro desafio, principalmente para os países latino-americanos.

Para Sampaio (2005), o conceito de turismo de base comunitária é encarado de maneira vulgar pelos governantes e empreendedores locais, assim como fazem com as modalidades de turismo cultural, ecoturismo e agroturismo. Em seus estudos, o autor se reporta aos dois conceitos de turismo comunitário ou de base comunitária, dizendo que este

[...] não se limita apenas à observação ou, ainda, à convivência com as populações autóctones, mas consiste também no envolvimento com os próprios projetos comunitários. O turismo comunitário se aproxima de uma experimentação alternativa ao modo de vida consumista. Ele é, potencialmente, uma estratégia de comunicação social que possibilita que experiências de planejamento para o desenvolvimento de base comunitária em curso, na qual a população autóctone se torna a principal protagonista, resgatando ou conservando seus modos de vida que lhe são próprios, possam ser vivenciadas através da atividade turística (SAMPAIO, 2005, p. 113).

É preciso ponderar o conceito proposto por Sampaio (2005), segundo o qual o turismo comunitário seria uma alternativa possível ao modo de vida consumista. Entendemos que a prática do turismo de base comunitária não tornará as pessoas menos materialistas e consumistas, posto que, não necessariamente, provoca a mudança de comportamento das pessoas que o praticam. O autor reforça, em outro texto, que o principal atrativo do turismo de base comunitária é a convivencialidade, um tipo de hospitalidade, de inspiração solidária, que se tornou exótica no modo de vida urbano (SAMPAIO, 2008).

As experiências em curso pelo mundo evidenciam que o turismo de base comunitária também pode acabar gerando os mesmos efeitos que outras modalidades do turismo. Por isso, é preciso estabelecer mecanismos muito fortes para que um “pacote” de efeitos indesejados pela comunidade não recaia sobre a mesma. Reconhecemos, nesse caso, a necessidade de mais investigação sobre esta modalidade de desenvolvimento do turismo para compreender melhor suas dinâmicas socioespaciais.

Para Maldonado (2009, p. 31), o turismo comunitário é:

[...] toda forma de organização empresarial sustentada na propriedade e na autogestão sustentável dos recursos patrimoniais comunitários, de acordo com as práticas de cooperação e equidade no trabalho e na distribuição dos benefícios gerados pela prestação dos serviços turísticos. A característica distinta do turismo comunitário é sua dimensão humana e cultural, vale dizer antropológica, com objetivo de incentivar o diálogo entre iguais e encontros interculturais de qualidade com nossos visitantes, na perspectiva de conhecer e aprender com seus respectivos modos de vida (MALDONADO, 2009, p. 31).

A organização empresarial, a cooperação, a dimensão humana e cultural são identificadas por Maldonado (2009) como fundamentais para que aconteça de fato essa modalidade de turismo. Os modos de vida das comunidades representam o que elas têm de melhor e as mesmas podem utilizá-lo no intuito de melhorar as condições de vida e de equidade social, segundo o autor.

Frequentemente, sujeitos externos funcionam como “indutores” do turismo de base comunitária e, em alguns casos, podem gerar dependência. Contudo, se a iniciativa não tiver motivação endógena,

uma organização social e expressar o desejo dos grupos sociais locais, ela certamente não atenderá às demandas de desenvolvimento local, ou seja, o alicerce do turismo de base comunitária. Cruz (2009, p.101) afirma que “[...] o desenvolvimento local é um processo socializante, no qual as comunidades envolvidas são protagonistas de seu tempo e de seu espaço e não sujeitos hegemônicos”.

Com base nas leituras realizadas e considerando o objeto empírico do presente estudo, compreendemos que o turismo de base comunitária é uma modalidade do turismo em que prevalece o protagonismo das comunidades no oferecimento de atividades turísticas realizadas nos territórios que ocupam, obedecendo a princípios ambientais e culturais autoestabelecidos, promovendo, sobretudo, a valorização da participação e da organização comunitária, do associativismo e da ética, com vistas ao desenvolvimento local e à preservação de sua cultura.

## 2 REGIÃO METROPOLITANA DE MANAUS (RMM)

A Região Metropolitana de Manaus (RMM) é a mais recente região metropolitana criada no Brasil. Instituída em 2007, pelo governo do Estado do Amazonas, apresenta peculiaridades únicas. Exemplo disso é o maior município em extensão territorial ter a menor densidade demográfica. Em 2010 foi apresentado o Plano de Desenvolvimento Sustentável e Integrado da RMM 2010-2020, e dentro do mesmo foi contemplado o turismo de base comunitária.

Primeiramente, cabe ressaltar a importância que as regiões metropolitanas acabaram assumindo no contexto nacional. Garson et al (2010, p. 20) dizem que:

A importância estratégica desses aglomerados urbanos é confirmada pela inserção, no texto da Constituição de 1967, da faculdade conferida à União de instituir regiões metropolitanas. Por intermédio de leis complementares, foram criadas, em 1973/74, as nove primeiras regiões metropolitanas (RMs), cuja gestão acabou sendo fortemente controlada pelo governo autoritário, particularmente até o início da década de 1980. Em 1988, a “Constituição Cidadã” transferiu aos estados o poder de criação de novas RMs, tendo como condição, apenas, que fossem constituídas por agrupamento de municípios limítrofes (CONSTITUIÇÃO FEDERAL, § 3º do Art. 25).

A primeira fase de criação de RMs no Brasil acontece no ano de 1973, quando são criadas as RMs de Belém, Belo Horizonte, Curitiba, Fortaleza, Porto Alegre, Recife, Salvador, São Paulo e, em 1974, a RM do Rio de Janeiro.<sup>14</sup>

Constatou-se que o Brasil, até 31 de março de 2010, contava com 35 RMs e 3 RIDE's, perfazendo um total de 38 RMs/RIDE's, que comportam 444 municípios, distribuídos por 22 unidades da federação nas 5 grandes regiões brasileiras (OBSERVATÓRIO, 2011).

Interessante ressaltar que “[...] entre os seis países federativos das Américas, somente o Brasil especifica a presença de regiões metropolitanas na sua legislação nacional” (SPINK et al, 2009, p.456).

As regiões metropolitanas possuem peculiaridades diversas, sendo uma delas a quantidade de municípios que as integram. Por exemplo, na Região Norte, a RM de Manaus possui 8 municípios, a RM de Macapá, 2 e a RM de Belém, 5 municípios.

No que concerne a Região Metropolitana de Manaus, ela foi criada conforme a Lei Complementar nº 52 de 30 de maio de 2007, que nos apresenta o seguinte texto:

**Art. 1.º** Fica instituída a Região Metropolitana de Manaus, composta pelos Municípios de Manaus, Iranduba, Novo Airão, Careiro da Várzea, Rio Preto da Eva, Itacoatiara e Presidente Figueiredo, com vistas à organização, ao planejamento e à execução de funções públicas e serviços de interesse metropolitano ou comum.

A Lei Complementar em questão (nº 52/2007) sofreu alterações no mesmo ano, no dia 27 de dezembro de 2007, pela Lei Complementar nº 59, que incluiu na RMM o município de Manacapuru. Nesta região em formação, algumas peculiaridades estão presentes, destacamos o fato de o maior município em extensão territorial – Novo Airão – possuir o menor número de habitantes por Km<sup>2</sup> (ver quadro 1), o que contribuiu para fazer essa região metropolitana diferente das existentes no Brasil e talvez no mundo. Manaus, a cidade sede da RMM, abriga mais de 85% da população metropolitana, cabendo aos outros municípios uma pequena parcela.

<sup>14</sup> Disponível em <http://www.observatoriodasmetropoles.ufjf.br> Acesso em: 06 ago 2011.

### Quadro 1: Caracterização dos municípios da Região Metropolitana de Manaus.

Município	População	Área Km <sup>2</sup>	Hab. Km <sup>2</sup>	IDH 2000	Integração
Careiro da Várzea	23.930	2.631	9,09	0,66	Fluv.
Iranduba	40.781	2.214	18,42	0,69	Rod. / Fluv.
Itacoatiara	86.839	8.892	9,77	0,71	Rod. / Fluv.
Manacapuru	85.141	7.330	11,62	0,66	Rod. / Fluv.
Manaus (Cidade Sede)	1.802.014	11.401	158,06	0,77	Rod. / Fluv. / Aéreo
Novo Airão	14.723	37.771	0,39	0,66	Rod. / Fluv.
Presidente Figueiredo	27.175	25.422	1,07	0,74	Rod.
Rio Preto da Eva	25.719	5.813	4,42	0,68	Rod.
<b>Total</b>	<b>2.106.322</b>	<b>101.474</b>	<b>26,61</b>	<b>0,70</b>	-

Fonte: AMAZONAS (2010). IBGE (Censo Demográfico 2010).

A figura 1 expõe os limites da RMM, permitindo inferir o quanto de sua área se mantém preservada, representando imenso capital natural para as comunidades tradicionais da Amazônia. Por meio de parcerias com o poder público, com universidades e organizações do terceiro setor, o turismo de base comunitária pode afigurar-se, para estas comunidades, como uma alternativa econômica que se soma ao extrativismo, à agricultura, à pecuária e à piscicultura, dentre outras.

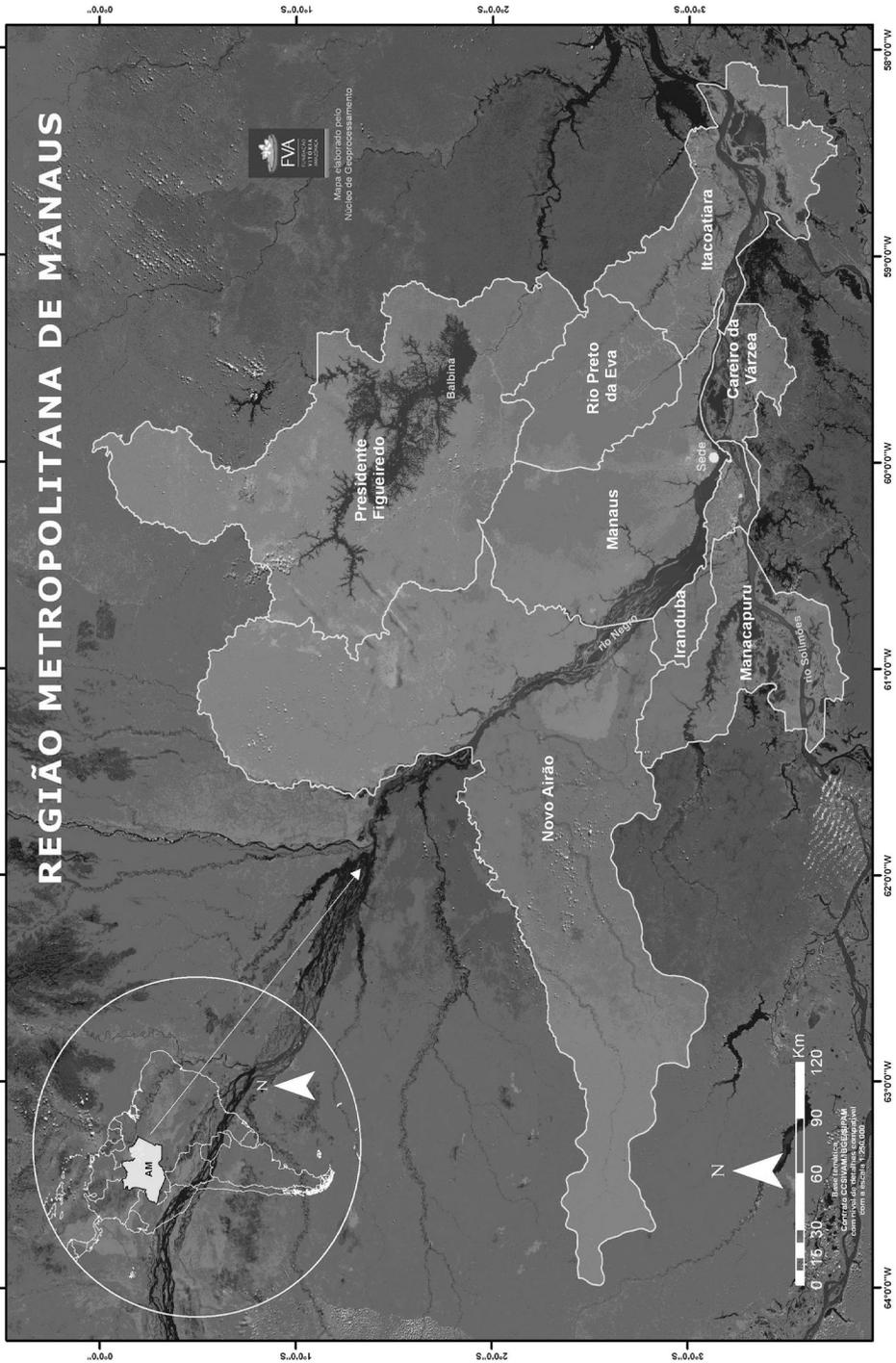
É imperioso destacar que a RMM é a maior em extensão territorial do Brasil, porém seu processo de conurbação não é expressivo, comparado a outras regiões brasileiras, como é o caso das regiões metropolitanas do estado de Santa Catarina. Segundo Spink et al (2009, p. 459), “[...] a incorporação se deu em grande parte como resultado da estratégia de planejamento regional do estado e não a partir das noções convencionais sobre a complexidade territorial, jurisdicional e densidade conurbada”.

Em novembro de 2010, passados três anos e seis meses de sua criação, foi lançado o Plano de Desenvolvimento Sustentável e Integrado da Região Metropolitana de Manaus<sup>15</sup>. Segundo o Plano, uma das metas da RMM voltada ao desenvolvimento econômico é:

[...] fortalecer e/ou organizar as atividades existentes (turismo, construção naval, pesca e piscicultura, agropecuária, extrativismo) com vistas a torná-las economicamente viáveis, ambientalmente sustentáveis e portadoras de inclusão das pessoas que nelas atuam (AMAZONAS, 2010, p. 50).

15 <http://www.srmm.am.gov.br> Acesso em: 05 dez 2010.

**Figura 1:** Região Metropolitana de Manaus (limites da região).



Fonte: SRMM (2011)

Entendemos que o turismo passa a ser uma das atividades prioritárias no Estado, porém os estudos voltados a esse fim ainda são ínfimos, e se reduzem apenas a chegadas internacionais, sem aprofundamento dos impactos econômicos e sociais gerados por essa prática. Para reforçar a presente meta, em seu Capítulo 2 – Plano Ordenador, destacam-se dois itens referentes à “Dimensão Social – Metrópole Consciente”, que estão diretamente relacionados ao turismo, conforme segue:

**[...] MD3 – Promoção de uma cidadania metropolitana com respeito e fortalecimento às identidades comunitárias, étnicas e regionais.**

*D3.2 – Desenvolver uma política metropolitana voltada ao turismo de base comunitária.*

- Difundir o conceito de turismo de base comunitária seja nas áreas rurais ou nas áreas urbanas e a capacitação para sua prática (COPA).

*D3.3 Participar ativamente dos fóruns de discussão a respeito das ações voltadas à melhoria das condições socioambientais da Amazônia.*

- Inserir as metas dos ODM nas agendas locais, buscando adaptar os indicadores e metas à realidade dos municípios da RMM.

- Participar e contribuir com o debate das agendas 21 dos municípios da RMM.

- Participar e contribuir com o Plano Amazônia Sustentável. [...] (AMAZONAS, 2010, p.73).

O poder público estadual expressa, nos termos citados, a necessidade de fortalecer as identidades comunitárias, étnicas e regionais e, para isso, buscará desenvolver uma política metropolitana voltada ao turismo de base comunitária, contribuindo para o desenvolvimento de um turismo protagonizado pelas comunidades. Fica evidente que o evento Copa do Mundo de 2014 será uma oportunidade para consolidar o turismo no estado e nos municípios metropolitanos.

### 3 EXPERIÊNCIAS DE TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA NA REGIÃO METROPOLITANA DE MANAUS: ANÁLISE CRÍTICA

Em uma primeira etapa da pesquisa de campo, levantamos, junto às Secretarias Municipais de Turismo,<sup>16</sup> os nomes das comunidades que trabalham com a atividade turística nos 8 municípios que integram a RMM, em 2010. Em seguida, fizemos visitas a algumas dessas comunidades, no período compreendido entre maio e julho de 2011, para verificar como se dão suas práticas.

De acordo com dados obtidos junto às Secretarias de Turismo, dos 8 municípios metropolitanos, existem na RMM aproximadamente 54 comunidades tradicionais e indígenas recebem turistas (ver quadro 2), tanto no espaço rural quanto no urbano. Embora os órgãos de turismo tenham indicado também algumas comunidades indígenas, convém evidenciar que estas, em função do processo burocrático-administrativo em acessá-las, não puderam ser incluídas na pesquisa de campo.

**Quadro 2:** Comunidades tradicionais e comunidades indígenas indicadas pelos órgãos de turismo dos municípios metropolitanos que recebem turistas.

Município	Comunidade
Careiro da Várzea (2)	1. Comunidade Cristo Rei (Lago dos Reis) 2. Comunidade São José (Distrito de Terra Nova)
Irاندuba (7)	3. Comunidade do Lago do Catalão 4. Comunidade do Paraná do Xiborena 5. Comunidade de Paricatuba 6. Comunidade Janauari 7. Comunidade São Thomé 8. Comunidade Acajatuba 9. Comunidade indígena Sahu-Apé
Itacoatiara (7)	10. Comunidade Novo Remanso 11. Comunidade Vila do Engenho 12. Comunidade de Lindóia 13. Comunidade do Lago de Serpa 14. Comunidade do Lago de Babaçu 15. Comunidade da Ilha do Risco 16. Comunidade Anebá
Manacapuru (4)	17. Comunidade do Ubim - Na RDS Piranha: 18. Comunidade Braga 19. Comunidade Betel 20. Comunidade Boa União

16 Dados obtidos junto às Secretarias Municipais de Turismo (via e-mail e contato telefônico).

<b>Manaus (23)</b> <sup>17</sup>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Na RDS Tupé<sup>18</sup>: <ul style="list-style-type: none"> <li>21. Comunidade Livramento</li> <li>22. Comunidade São João do Tupé</li> <li>23. Comunidade Agrovila</li> <li>24. Comunidade Julião</li> <li>25. Comunidade Colônia Central</li> <li>26. Comunidade Tatulândia</li> </ul> </li> <li>- No Rio Cuieiras (afluente do Rio Negro)<sup>19</sup>: <ul style="list-style-type: none"> <li>27. Comunidade indígena Três Unidos</li> <li>28. Comunidade São Sebastião</li> <li>29. Comunidade indígena Nova Esperança</li> </ul> </li> <li>- No Lago do Puraquequara (Zona Leste de Manaus)<sup>20</sup>: <ul style="list-style-type: none"> <li>30. Comunidade Igarapé da Floresta</li> <li>31. Comunidade Santa Luzia</li> <li>32. Comunidade São Francisco do Mainã</li> </ul> </li> <li>- Povos indígenas<sup>21</sup>: <ul style="list-style-type: none"> <li>33. Comunidade Indígena Inhaã-beé (Tarumã)</li> <li>34. Comunidade Indígena Mawé (Tarumã)</li> <li>35. Comunidade Indígena Caniço – Rouxinol</li> <li>36. Comunidade Indígena Aiwaykuru</li> <li>37. Comunidade Indígena Yapurar</li> <li>38. Comunidade Indígena Terra Preta</li> </ul> </li> <li>- Outras: <ul style="list-style-type: none"> <li>39. Comunidade Costa do Arara</li> <li>40. Comunidade do Tarumã</li> <li>41. Comunidade Vila da Felicidade</li> </ul> </li> </ul>
<b>Novo Airão (5)</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>42. Comunidade Airão Velho</li> <li>43. Comunidade Seringalzinho</li> <li>44. Comunidade Madadá</li> <li>45. Comunidade Sobrado</li> <li>46. Comunidade Indígena Pacatuba</li> </ul>
<b>Presidente Figueiredo (4)</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>47. Comunidade Ramal da Morena</li> <li>48. Comunidade Boa União</li> <li>49. Comunidade da Vila de Balbina</li> <li>50. Comunidades do Assentamento Canoas e Rio Pardo</li> </ul>
<b>Rio Preto da Eva (4)</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>51. Comunidade do São João do Miriti</li> <li>52. Comunidade São José</li> <li>53. Comunidade Ramal do Banco</li> <li>54. Comunidade Indígena Beija-Flor</li> </ul>

Fonte: Secretarias Municipais de Turismo (2010).

17 Em contato com o órgão oficial de turismo do município de Manaus, nos foi informado que o órgão não possui essa informação, nos sendo indicado procurar a SRMM.

18 Informação obtida junto ao Fórum Permanente em Defesa das Comunidades Ribeirinhas do município de Manaus - rio Negro, rio Amazonas, BR-174 e AM-010 (FOPEC).

19 Informação obtida junto ao Instituto de Pesquisas Ecológicas (IPÊ).

20 Disponível em: OLIVEIRA, F. T. Ecoturismo no rio Puraquequara: alternativa para a inclusão social e proteção ambiental. 2009.

21 Informação da Amazonastur sobre o mapeamento das comunidades indígenas de Manaus.

Sem contabilizar as comunidades indígenas, chegamos a um total de 43 comunidades tradicionais indicadas, que desenvolvem em seus territórios alguma atividade turística. A partir desse quadro, buscamos, por meio da pesquisa *in loco*, apreender a forma como essas comunidades têm organizado o turismo em seus territórios, bem como analisar a influência dos princípios do turismo de base comunitária sobre tais práticas.

Algumas dessas comunidades indicadas, além de receberem os turistas, oferecem a gastronomia amazônica, hospedam o turista, vendem artesanato, realizam apresentações culturais e desenvolvem outras atividades de vivência. A maioria delas trabalha com turismo convencional (agenciado por terceiros) e de maneira muito pontual, ou seja, não existe um fluxo contínuo de visitas, exceção feita a uma delas. Algumas parecem caminhar no sentido de desenvolver uma proposta a qual intitulam de turismo comunitário.

No tocante ao diagnóstico preliminar junto aos órgãos oficiais de turismo, organizamos a segunda etapa da pesquisa de campo, quando definimos que as comunidades visitadas seriam aquelas estruturadas formalmente (por meio de uma associação ou cooperativa), bem como oferecessem algumas atividades turísticas por diferentes famílias que compõem um território contíguo.

Outras comunidades foram visitadas aleatoriamente, em função de sua proximidade com as comunidades selecionadas prioritariamente e por indicação das mesmas, afirmando existir nelas atividades turísticas. Nesse caso, tais visitas objetivaram investigar não apenas tais atividades, mas também se, de fato, estas comunidades desenvolviam coletivamente suas práticas. Assim, sem contabilizar as comunidades indígenas e considerando as 30 comunidades visitadas, foi possível perceber diferentes “cenários” em termos de desenvolvimento do turismo, os quais organizamos da seguinte forma:

- A. Comunidades que não têm turismo e não têm perspectiva de ter;
- B. Comunidades que não têm turismo, mas manifestam interesse em ter;
- C. Comunidades que têm turismo porque são parte de algum roteiro turístico;
- D. Comunidades com experiência recente na gestão do turismo.

No cenário C, vale a seguinte observação: o fato de fazerem parte de um roteiro turístico não significa, necessariamente, que a comunidade esteja sensibilizada e organizada para tal prática, às vezes, se configurando como momentos pontuais (de passagem) e/ou envolvendo poucas famílias.

E em relação ao cenário D, algumas dessas comunidades têm a parceria de instituições do terceiro setor, como exemplo, a Fundação Amazonas Sustentável (FAS), ONG Nymuendaju e algumas universidades públicas e privadas.

**Quadro 3:** Comunidades visitadas na Região Metropolitana de Manaus e a situação do desenvolvimento do turismo.

Município	Comunidades	Situação do Desenvolvimento do Turismo			
		A	B	C	D
<b>Careiro da Várzea</b>	1 Comunidade São José (Costa da Terra Nova)			X	
<b>Iranduba</b>	2 Comunidade do Lago do Catalão			X	
	3 Comunidade do Paraná do Xiborena			X	
	4 Comunidade de Paricatuba			X	
	5 Comunidade São Thomé			X	
	6 Comunidade Nossa Sra. de Fátima		X		
	7 Comunidade Nossa Sra. do Perpétuo Socorro				X
	8 Comunidade Santo Antônio do Tiririca			X	
	9 Comunidade Nossa Sra. do Perpétuo Socorro do Tumbira			X	
	10 Comunidade Santa Helena do Inglês		X		
	11 Comunidade São Sebastião do Saracá		X		
	12 Comunidade São Pedro (Lago do Janauari)			X	
	13 Comunidade Janauarilândia (Lago do Janauari)			X	
<b>Itacoatiara</b>	14 Comunidade Novo Remanso		X		
	15 Comunidade Sagrado Coração de Jesus (Vila do Engenho)		X		
<b>Manacapuru</b>	16 Comunidade Palestina (Lago do Calado)	X			
<b>Manaus</b>	17 Comunidade Igarapé da Floresta (Puraquequara)		X		
	18 Comunidade Santa Luzia (Puraquequara)		X		
	19 Comunidade Vila da Felicidade				X
	20 Comunidade Nossa Sra. de Fátima		X		
	21 Comunidade Nossa Sra. do Livramento (RDS Tupé)			X	
	22 Comunidade São João (RDS Tupé)				X
	23 Comunidade Costa do Arara	X			
	24 Comunidade Bela Vista do Jaraqui			X	
	25 Comunidade Santa Maria		X		
	26 Comunidade Pagodão	X			
	27 Comunidade São Sebastião (Rio Cuieiras)		X		
<b>Novo Airão</b>	28 Comunidade Airão Velho		X		
<b>Presidente Figueiredo</b>	29 Comunidade Boa Esperança		X		
	30 Comunidade Boa União (Ramal Rumo Certo)	X			

Legenda: O X representa as comunidades visitadas, e o **X** em negrito, representa as comunidades onde foram aplicados os formulários e as entrevistas.

Fonte: Costa Novo (2011).

Percebemos, pela última coluna do quadro 3, que três comunidades têm experiência recente na gestão do turismo, distribuídas por uma área de mais de 100.000 Km<sup>2</sup> (área relativa

à RMM), as quais apresentam o turismo de base comunitária em processo de organização.

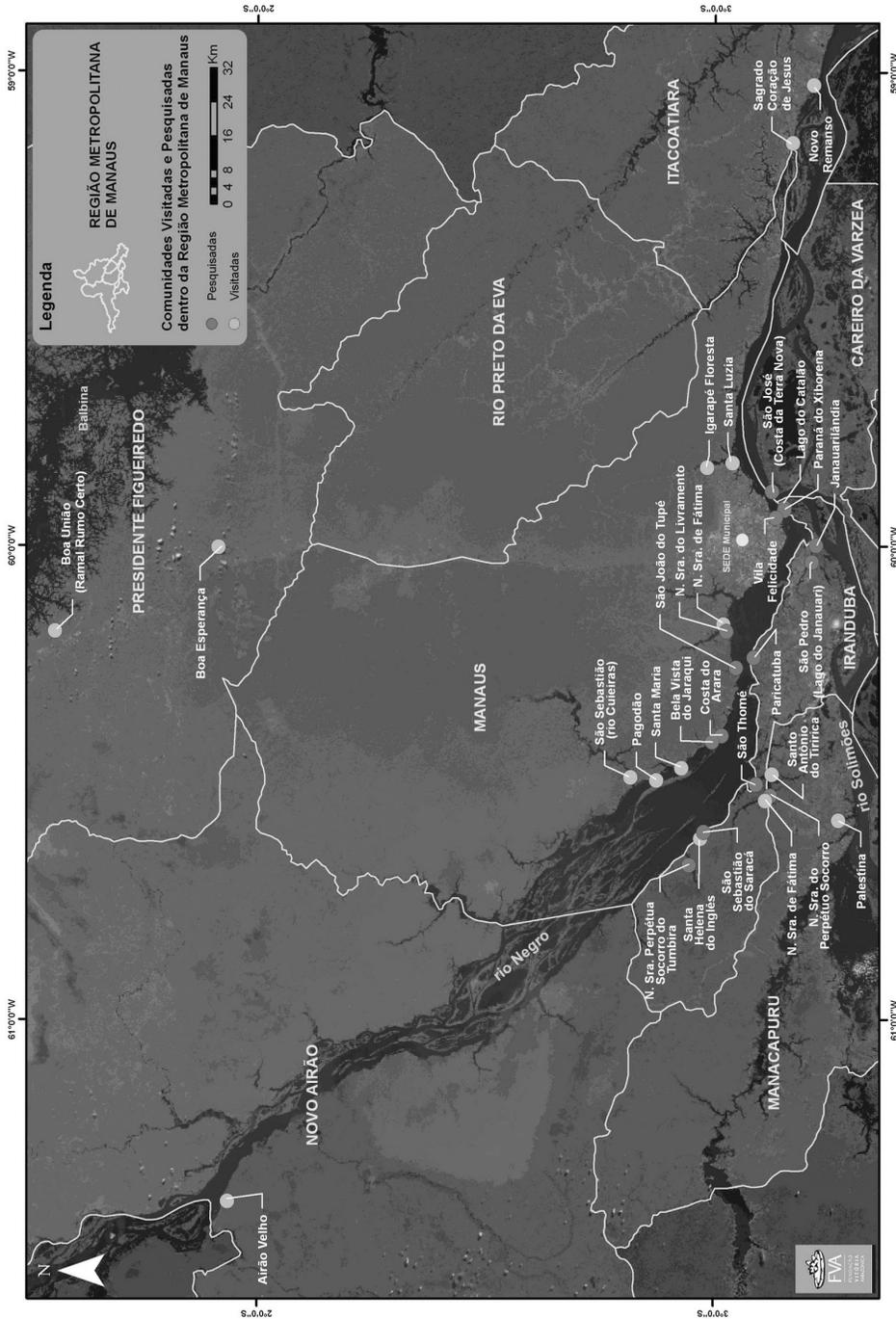
A figura 2 representa espacialmente as comunidades visitadas e as comunidades pesquisadas dentro da RMM. É visível que o maior número delas está nos municípios de Manaus e Iranduba. A maioria das 15 comunidades visitadas acredita que o turismo possa ser uma alternativa econômica complementar, porém notamos haver ainda pouco entendimento sobre o turismo de base comunitária na maioria delas.

Os primeiros dados da pesquisa de campo foram relacionados ao número de famílias e de pessoas existentes nessas comunidades. O número médio de famílias, de pessoas por comunidade e de pessoas por família são, respectivamente, 122, 473 e 3,9 por família. Uma das duas comunidades localizadas na área urbana destaca-se por possuir um número acima de 1.500 pessoas. Ao serem questionados sobre quantas famílias estavam diretamente envolvidas com o turismo, o número foi, em média, de 8 famílias.

O resultado do formulário aplicado nas mesmas nos permitiu construir uma caracterização das 15 comunidades pesquisadas, as quais na sua maioria o turismo não se desenvolve amparado na proposta do turismo de base comunitária, podemos dizer, sinteticamente, que:

- **do ponto de vista territorial:** a maior parte está em área rural, no interior de uma unidade de conservação e em terra firme, tendo a conquista da terra se dado por meio da posse;
- **do ponto de vista social:** é composta, sobretudo, por ribeirinhos do próprio município ou de outros municípios amazonenses, existindo em algumas delas a presença de indígenas;
- **do ponto de vista do desenvolvimento do turismo:** na maioria delas, a organização do turismo se dá por agentes externos e pela própria Associação, sendo o artesanato uma das principais atividades econômicas desenvolvidas na comunidade, seguida da pesca e da agricultura; a maioria recebe turistas trazidos pelas agências de viagens e hotéis de selva e não recebe nenhuma taxa pela visita dos grupos de turistas, assim como não cobra nenhum valor do turista para conhecer a comunidade; a maioria dispõe de meios para hospedar o turista; a maioria possui meio de transporte da própria comunidade; a maior parte do recurso que entra na comunidade fica com o comunitário que realizou o serviço ou vendeu um produto. Além disso, ressaltamos o fato de que o público que mais visita essas comunidades é originário de outros países.

**Figura 2:** Localização das comunidades visitadas e pesquisadas na Região Metropolitana de Manaus.



Fonte: Costa Novo (2011).

De maneira geral, percebemos que o turismo se instalou nas comunidades pesquisadas como uma verticalidade comandada por agentes hegemônicos, atuantes no setor. Com o passar do tempo, algumas comunidades se apropriaram dessa prática e vêm se apropriando, reconstruindo suas bases e ressignificando-a atrelada a outras propostas, sendo uma delas o turismo de base comunitária.

Fica evidente também que esse processo de autonomia por parte das comunidades vem sendo construído ao longo de anos, porém ainda que tenhamos experiências de turismo de base comunitária no estado desde os anos 1980, foi aproximadamente nos últimos cinco anos que essa discussão começou a ganhar força, incentivada tanto pelo poder público como pelas organizações do terceiro setor e pelas universidades, principalmente no que diz respeito as comunidades integrantes da região metropolitana.

#### CONSIDERAÇÕES FINAIS

Buscamos com essa abordagem refletir sobre o turismo de base comunitária, entender como o mesmo está sendo organizado territorialmente na Região Metropolitana de Manaus e como se dá o consumo do espaço por esta modalidade do turismo. Entendemos ser um conceito em formação e que outras pesquisas na Amazônia são necessárias para fortalecer suas práticas. Em relação aos objetivos propostos na pesquisa, entendemos que foram alcançados. No tocante à análise das experiências de turismo de base comunitária existentes na RMM, a partir dos aspectos socioespaciais, evidenciamos que uma minoria está apoiando suas práticas nos pilares do turismo de base comunitária, enquanto a maioria realiza uma forma de turismo convencional. Todas ainda estão à mercê dos agentes externos (guias de turismo, agências de viagem e hotéis de selva); as que caminham para uma proposta verdadeiramente alternativa ao que chamamos aqui de turismo convencional (baseado na exploração maciça de lugares e em grandes fluxos de visitantes) têm a parceria frequente de organizações do terceiro setor.

Os resultados da pesquisa se mostraram importantes, sobretudo, por não existirem pesquisas científicas relacionadas ao turismo de base comunitária na RMM. Este momento é relevante, também, pelo fato de o governo estadual do Amazonas ter elaborado um Plano de Desenvolvimento Sustentável e Integrado da Região Metropolitana de

Manaus, no qual o turismo de base comunitária foi contemplado em um de seus capítulos, embora com poucas ações para a estruturação do mesmo.

A maioria das comunidades tradicionais pesquisadas acredita que o turismo pode ser uma alternativa econômica complementar, porém notamos haver ainda pouco entendimento sobre o turismo de base comunitária na maioria delas.

Das 15 experiências analisadas na RMM, poucas mostram-se minimamente articuladas para possibilitarem uma experiência de turismo de base comunitária, pois são muitas as dificuldades a serem superadas. Conforme destaca Sousa (1998, p.239), há que se atentar para “[...] as necessidades básicas das comunidades não resolvidas, a ausência de visão crítica da realidade, a falta de organização comunitária e um processo de gestão concentrador”. Algumas delas caminham para uma proposta de turismo de base comunitária, por força de um agente externo, como as organizações do terceiro setor, que se mostram parceiras dessas experiências, ajudando-as na estruturação de serviços e produtos oferecidos pela comunidade.

Ainda que o estado esteja proporcionando qualificação a essas comunidades, os reflexos de melhoria se mostram pouco significativos, o que nos parece a não apropriação por parte das comunidades do turismo, havendo forte dependência das mesmas em relação aos hotéis de selva e das agências de turismo.

## REFERÊNCIAS

AMAZONAS (Estado). Empresa Estadual de Turismo do Amazonas (Amazonatur). *Síntese dos indicadores de turismo do Amazonas*. Manaus, 2009. Disponível em: <[http://www.visitamazonas.am.gov.br/adm/imgeditor/file/20090511114810sintese\\_indicadores\\_2003\\_2008.pdf](http://www.visitamazonas.am.gov.br/adm/imgeditor/file/20090511114810sintese_indicadores_2003_2008.pdf)> Acesso em: 25 out. 2009.

\_\_\_\_\_. Lei Complementar Nº 52 de 30 de maio de 2007. Institui a Região Metropolitana de Manaus e dá outras providências. *Diário Oficial do Amazonas*, Manaus, AM, 30 maio 2007.

\_\_\_\_\_. *Relatório de Ação Governamental 2010*. Manaus, 2011. Disponível em: <[http://www.seplan.am.gov.br/arquivos/download/arqeditor/relatorio\\_acao\\_gov\\_2010.pdf](http://www.seplan.am.gov.br/arquivos/download/arqeditor/relatorio_acao_gov_2010.pdf)> Acesso em: 18 fev. 2011.

\_\_\_\_\_. Secretaria da Região Metropolitana de Manaus (SRMM). *Plano de Desenvolvimento Sustentável e Integrado da Região Metropolitana de Manaus 2010-2020*. Manaus, 2010. Disponível em: <<http://www.srmm.am.gov.br>> Acesso em: 05 abr. 2011.

BRASIL. Decreto nº 6.040, de 07 de fevereiro de 2007. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 08 fev. 2007.

BURSZTYN, I.; BARTHOLO, R.; DELAMARO, M. Turismo para quem? Sobre caminhos de desenvolvimento e alternativas para o turismo no Brasil. In: BARTHOLO, R.; SAN SOLO, D. G.; BURSZTYN, I. (Orgs). *Turismo de Base Comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras*. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009.

CRUZ, R. C. A. Turismo, produção do espaço e desenvolvimento desigual. In: BARTHOLO, R.; SAN SOLO, D. G.; BURSZTYN, I. (Org.). *Turismo de Base Comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras*. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009.

GARSON, S.; RIBEIRO, L. C. Q.; RIBEIRO, M. G. Panorama atual das metrópoles brasileiras. In: *Regiões metropolitanas no Brasil: um paradoxo de desafios e oportunidades*. Washington, D.C: Banco Interamericano de Desenvolvimento, 2010.

GONÇALVES, C. W. P. *Amazônia, Amazônia*. São Paulo: Contexto, 2008.

IRVING, M. A. Reinventando a reflexão sobre turismo de base comunitária. In: BARTHOLO, R.; SAN SOLO, D. G.; BURSZTYN, I. (Org.). *Turismo de Base Comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras*. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009.

MACLEOD, D. Turismo alternativo: uma análise comparativa do seu significado e do impacto por ele causado. In: THEOBALD, W. F. (Org). *Turismo global*. 2.ed. São Paulo: Editora Senac SP, 2002.

MALDONADO, C. O turismo rural comunitário na América Latina. In: BARTHOLO, R.; SAN SOLO, D. G.; BURSZTYN, I. (Org.). *Turismo de Base Comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras*. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009.

MENDONÇA, C. et al. *Una deiasaia de turismo de base deiasaia en El Valle Sagrado, Perú*. Universidad de Las Palmas de Gran Canaria, 2010.

OBSERVATÓRIO das Metrôpoles. *As metrôpoles no Censo 2010: novas tendências*. Disponível em: [http://www.observatoriodasmetropoles.net/download/texto\\_MetropolesDez2010.pdf](http://www.observatoriodasmetropoles.net/download/texto_MetropolesDez2010.pdf). Acesso em: 20 fev. 2011.

OLIVEIRA, F. T. *Ecoturismo no rio Puraquequara: alternativa para a inclusão social e proteção ambiental*. 2009. 180f. Dissertação (Mestrado em Ciências Florestais e Ambientais) – Faculdade de Ciências Agrárias, Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2009.

PIRES, P. S. *Dimensões do ecoturismo*. São Paulo: SENAC, 2002.

SAMPAIO, C. A. C. *Turismo como fenômeno humano: princípios para pensar a ecossocioeconomia do turismo e sua prática sob a denominação turismo comunitário*. Santa Cruz do Sul: UDUNISC, 2005.

SANTOS, M. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. 4.ed. 5.reimpr. São Paulo: EDUSP, 2009.

SOUSA, C. A. A. Ecoturismo e envolvimento comunitário. In: VASCONCELOS, F. P. *Turismo e Meio Ambiente*, Fortaleza: UECE, 1998.

SPINK, P. K.; TEIXEIRA, M. A. C.; CLEMENTE, R. Governança, governo ou gestão: o caminho das ações metropolitanas. *Cadernos Metrópole*, São Paulo, v. 11, n. 22, jul/dez. pp. 453-476, 2009.

# Turismo Comunitário no Amazonas: considerações preliminares acerca da estruturação de uma política pública local

*Jocilene Gomes da Cruz*<sup>17</sup>  
*Cristiane Barroncas Maciel Costa Novo*<sup>18</sup>  
*Chris Lopes da Silva*<sup>19</sup>

## INTRODUÇÃO

O turismo tem ocupado lugar de destaque na economia de diversos países, verificando-se, atualmente, um crescimento significativo no número de empreendimentos que vêm se instalando nas cidades e em localidades com potencial turístico ou que recebem turistas. Infelizmente, em muitos desses lugares o turismo é realizado sem planejamento e sem participação dos diversos sujeitos direta e indiretamente envolvidos. Essa constatação aponta, dentre outras, a necessidade de realizar pesquisas sistemáticas sobre os impactos das atividades turísticas, sejam elas em contextos urbanos como rurais, de modo a produzir elementos analíticos que possam minimizar os impactos negativos e maximizar os benefícios e impactos positivos ao meio ambiente, à cultura e à comunidade local.

Neste artigo traz-se uma breve discussão sobre o turismo denominado de base comunitária, destacando especificamente como ele vem sendo estruturado e/ou delineado no Estado do Amazonas, evidenciando os agentes governamentais e do terceiro setor envolvidos em ações em torno da consolidação deste, bem como da demanda de uma política pública que considere as reivindicações advindas das comunidades nas quais a atividade já é realizada, mesmo de forma

---

17 Cientista Social. Professora da Universidade do Estado do Amazonas lotada na Escola Superior de Artes e Turismo. Líder do grupo de pesquisa "Desenvolvimento Socioambiental e Turismo na Amazônia". [jpgcrz@uea.edu.br](mailto:jpgcrz@uea.edu.br).

18 Turismóloga e Administradora. Professora da Universidade do Estado do Amazonas lotada na Escola Superior de Artes e Turismo. Integrante do grupo de pesquisa "Desenvolvimento Socioambiental e Turismo na Amazônia". [cbarroncas@uea.edu.br](mailto:cbarroncas@uea.edu.br).

19 Cientista Social. Mestranda do Programa de Pós-graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Amazonas.

incipiente. Trata-se da abordagem de uma “modalidade” de turismo que se apresenta como uma alternativa econômica para as comunidades, tendo como pressupostos intrínsecos à sua estruturação a valorização da sociodiversidade, ou seja, dos modos próprios de viver e de ser das populações tradicionais – os quais se configuram em atrativos, e o respeito a biodiversidade, também compreendida como um atrativo.

## POLÍTICAS PÚBLICAS E O TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA

As políticas públicas, de uma forma bem resumida, podem ser definidas como a ação do Estado em resposta às demandas da sociedade civil, havendo uma intrínseca relação entre estes. Nesse sentido, para melhor compreendê-las, faz-se necessário considerar as dinâmicas dessa relação. Um olhar analítico a partir desse prisma nos coloca diante do papel da sociedade e de sua participação no processo de constituição de uma política pública. Conforme Castro (2005, p. 5) “[...] os diversos segmentos da sociedade comparecem, formulam demandas, gestam políticas adequadas para solucionar problemas coletivos”, nessa perspectiva há uma visibilização da importância dos sujeitos na sociedade em que estão inseridos. A autora reforça essa questão acrescentando que “[...] as políticas públicas resultam de ações anteriores investidas por indivíduos ou coletividades, para atender um rol de anseios, de demandas ou problemas” (CASTRO, p. 5), isto implica em dizer que a sociedade é partícipe do processo, pois em sua vivência cotidiana e diante de seus problemas mobilizam-se e reivindicam do Estado um posicionamento e ações efetivas que possam acarretar melhorias sociais, numa atitude de cidadania, noção singular no âmbito da política pública.

É imprescindível assinalar que essa atuação da sociedade civil, contudo, tende a ser limitada em virtude de outras dinâmicas que envolvem uma sociedade capitalista globalizada, em que o Estado, por força desse sistema, tem seu papel fragilizado junto à sociedade civil, dada as peculiaridades impostas pelo mercado e suas estruturas de poder e interesses, que se contrapõem aos interesses da sociedade civil, especialmente quando se trata dos movimentos sociais minoritários, como as populações tradicionais e povos indígenas.

Parece oportuno citar a concepção de Estado, em Gramsci (2007, p. 244), que ao discorrer sobre ele, diz tratar-se de uma “[...] representação da forma corporativoeconômica”, na qual se estabelece um intercruzamento entre sociedade civil e sociedade política. Conforme a perspectiva gramsciliana, o Estado é constituído pelo

entrelaçamento da sociedade política (estrutura oficial do poder dirigente que abarca todas as instâncias burocráticas encarregadas de pôr em ação a máquina administrativa estatal) com a sociedade civil (que se impõe com sua presença nos diversos circuitos do poder, como uma hegemonia encouraçada de coerção).

Para Gramsci, não há uma separação plena entre a sociedade política como estrutura oficial do poder dirigente de um país e a sociedade civil, cuja hegemonia nela desenvolvida e estabelecida se prolonga e penetra nas diversas ramificações do aparato estatal. Convém indagar, até que ponto os movimentos sociais conseguem reunir forças com poder suficiente para fazer valer seus interesses e terem seus direitos atendidos pelos órgãos do Estado brasileiro, numa medida minimamente satisfatória, frente ao modelo de sociedade e de Estado instituídos.

No que concerne, especificamente ao caso brasileiro e as suas políticas públicas referentes ao desenvolvimento do turismo, também se observa esse jogo de forças e interesses distintos, em que se verificam poucos avanços em direção de desdobramentos que propiciem a inclusão social e a equidade em localidades em que o turismo desponta, em tese, como atividade social e não meramente atividade mercadológica.

No contexto atual, em suas modalidades definidas como “sustentável”, “de base local” e/ou de “base comunitária”, o turismo apresenta-se, às populações tradicionais e aos povos indígenas, como uma importante alternativa econômica e social. Trata-se dos novos rumos viabilizados por essa atividade, que em pleno debate sobre a necessidade mundial da adoção de modelos econômicos sustentáveis, se coloca como uma possibilidade viável de obtenção de renda sem prejuízos ambientais, abrindo perspectivas para a inserção de novos sujeitos sociais como protagonistas do turismo realizado em seus territórios.

Nesse novo cenário verifica-se, no entanto, urgência na estruturação e na implementação de políticas públicas específicas a essa nova realidade permeada de demandas, igualmente específicas, que são reivindicadas pelos sujeitos sociais que estão imersos nesse cenário. Segundo o entendimento de Nóbrega (2007), uma breve análise do histórico de elaboração destas no âmbito do turismo, pode apontar para algo não tão favorável às populações locais. Conforme o autor, a implementação de políticas concernentes ao turismo entre as décadas de 1970 e 1990, não teve o êxito esperado em função da pouca participação da população, que infelizmente

deixou de ser atendida em seus anseios. O Programa de Desenvolvimento do Ecoturismo na Amazônia Legal (Proecotur), criado posteriormente, teria tido o intuito de “corrigir” essas falhas, o qual para o autor, não logrou igualmente os resultados almejados, pois apresentou “[...] resultados ainda questionáveis ou difíceis de serem contabilizados, talvez porque as etapas previstas pelo Programa não foram aplicadas, carecendo de uma avaliação mais detalhada” (2007, p. 97).

Ainda, conforme a análise do autor, a possibilidade da estruturação do turismo como um instrumento de melhoria de indicadores sociais e econômicos, tem como condição *sine qua non* a participação dos sujeitos sociais envolvidos, destacando que infelizmente aquilo que despontou como inovador, acabou por replicar velhos propósitos observados em políticas anteriores, consubstanciadas em programas e projetos que atenderam uma pequena parcela da sociedade, bem como estimulou a divulgação do Brasil no contexto internacional, a partir de uma perspectiva exclusivamente voltada para a natureza, desvinculada do reconhecimento e valorização da sociodiversidade. Portanto, políticas que tenderam em essência, a formatar o Brasil como um “produto natural” a ser comercializado, relegando o papel do turismo enquanto atividade com potencialidade para promover melhorias sociais na vida das populações tradicionais.

As políticas públicas que se delinham na atualidade, indicam haver modificações importantes nesse cenário, especialmente pela mobilização das populações que tem em seus territórios atividades turísticas como alternativas complementares às suas atividades de subsistência tradicional. Estas atividades ganham o *status* de turismo de base comunitária ou turismo comunitário, e tendo as populações como protagonistas vão, aos poucos, reivindicando e demandando novas políticas que considerem suas especificidades.

De acordo com Pinheiro (2007, p. 483), o turismo comunitário é:

[...] mais que um simples tipo de atividade turística praticada pelos visitantes, representa um modelo de gerenciamento turístico de caráter, sobretudo, inclusivo e que tem como desdobramento desse aspecto o oferecimento de produtos diferenciados.

Ainda na visão da autora, o turismo comunitário deve ser dividido em duas categorias didáticas: a categoria de elementos característi-

cos e a categoria de elementos estratégicos. No primeiro grupo, estão presentes as características essenciais: protagonismo comunitário, organização comunitária e rentabilidade para a comunidade. No segundo grupo, estão os elementos facilitadores desta prática: turismo como atividade econômica complementar, posse da terra pela comunidade e conservação ambiental e cultural.

Araújo e Gelbcke (2008, p. 365) chamam a atenção para a perspectiva ética e educativa do turismo comunitário, quando afirmam que:

[...] o turismo comunitário não é apenas uma atividade produtiva, mas procura ressaltar o papel fundamental da ética e da cooperação nas relações sociais. Valoriza os recursos específicos de um território e procura estabelecer relações de comunicação/informação com agentes externos, entre eles e os visitantes. Considera, portanto, a existência de uma relação dialética entre os turistas e a comunidade receptora.

Além da valorização dos recursos do território, é fundamental, segundo os autores, o estabelecimento de relações de comunicação e informação com agentes externos, entre eles e os visitantes. De nossa parte, considera-se a comunicação um elemento a ser tratado com muito cuidado de modo a não ameaçar a proposta do turismo de base comunitária. Sem esse cuidado, uma divulgação excessiva pode massificar um destino antes restrito a poucos.

Outra contribuição sobre essa temática vem da autora Luzia Neide Coriolano (2009, p. 282), que entende o turismo comunitário como:

[...] aquele em que as comunidades de forma associativa organizam arranjos produtivos locais, possuindo o controle efetivo das terras e das atividades econômicas associadas à exploração do turismo. Nele o turista é levado a interagir com o lugar e com as famílias residentes, seja de pescadores, ribeirinhos, pantaneiros ou de índios.

Coriolano chama atenção para algumas características essenciais para o deenvolvimento do turismo de base comunitária, sendo uma delas o associativismo por meio de arranjos produtivos locais. O associativismo é visto como uma etapa fundamental, não apenas para organizar a iniciativa, mas também para proporcionar outras

oportunidades à comunidade que, estando envolvida em projetos que lhe dizem respeito (de qualquer natureza), poderá obter resultados satisfatórios para todos. Apresenta ainda os quatro princípios do turismo comunitário: princípio da participação, da cooperação, da autossustentação e da universalidade (CORIOLANO, 2009).

As experiências em curso pelo mundo evidenciam que o turismo de base comunitária também pode acabar gerando os mesmos efeitos que outras modalidades do turismo. Por isso, é preciso estabelecer mecanismos muito fortes para que um “pacote” de efeitos indesejados pela comunidade não recaia sobre a mesma. Reconhece-se, nesse caso, a necessidade de mais investigação sobre esta modalidade do turismo para compreender melhor suas dinâmicas socioespaciais.

Enfim, segundo Costa Novo (2011, p. 45) o turismo de base comunitária é uma modalidade do turismo em que prevalece o protagonismo das comunidades no oferecimento de atividades turísticas realizadas nos territórios que ocupam, obedecendo a princípios ambientais e culturais autoestabelecidos, promovendo, sobretudo, a valorização da participação e da organização comunitária, do associativismo e da ética, com vistas ao desenvolvimento local e à preservação de sua cultura.

## DÍALOGOS SOBRE O TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA NO AMAZONAS

No Amazonas, assim como em outros Estados da região Norte do país, o turismo tem recebido pouca atenção no que concerne às melhorias para sua estruturação, nem tem sido encarado como prioridade pelos governos locais. Esse cenário sofreu uma mudança a partir do anúncio das cidades sedes para receberem os torneios da Copa do Mundo de 2014, tornando-se um tema recorrente na capital amazonense e nos municípios que integram a Região Metropolitana de Manaus (RMM)<sup>20</sup>, e vem sendo pauta de reuniões envolvendo o poder público, a iniciativa privada e a sociedade civil organizadas para discutirem os benefícios e as oportunidades que esse evento internacional trará para Manaus e municípios limítrofes.

É sabido que alguns desses benefícios e dessas oportunidades estão ligados aos negócios que o turismo pode promover, já que é uma atividade reconhecida pela capacidade que tem de movimentar

---

20 A Região Metropolitana de Manaus conta com 2.106.322 habitantes (IBGE, Censo 2010) e integra os municípios de **Manaus** (cidade sede), **Careiro da Várzea** (a 25 Km), **Iranduba** (a 27 Km), **Itacoatiara** (a 176 Km), **Manacapuru** (a 68 Km), **Novo Airão** (a 115 Km), **Presidente Figueiredo** (a 107 Km) e **Rio Preto da Eva** (a 57 Km), (quilômetros em linha reta da capital Manaus).

a economia local e espera-se atrair muitos turistas, principalmente pelo apelo amazônico. E esse fato nos leva a refletir: será que neste contexto estão sendo pensadas políticas públicas para privilegiar também as comunidades que decidiram adotar o turismo como uma de suas alternativas econômicas, ou elas ficarão concentradas nas mãos do *trade* turístico e restritas a área urbana de Manaus?

No Amazonas, algumas comunidades já adotaram o turismo de base comunitária como alternativa econômica e vêm se destacando internacionalmente por desenvolverem o “ecoturismo de base comunitária”, sendo a primeira experiência entre elas a da Pousada Comunitária Aldeia dos Lagos, no município de Silves, e a segunda, a Pousada Uacari, localizada no município de Tefé, com início de suas atividades no final da década de 1980 e de 1990, respectivamente. Além dessas iniciativas, acredita-se que existam outras experiências de turismo de base comunitária no Amazonas e que estão buscando estruturar-se com o apoio de organizações do terceiro setor e das universidades.

E foi exatamente nas universidades que as discussões sobre turismo de base comunitária começaram, e no Brasil, esse debate se inicia em 1997, conforme Sampaio (2008, p.1):

O turismo comunitário ou turismo de base comunitária, em um primeiro momento, surge como desdobramento do diálogo científico no Brasil a partir do I Encontro Nacional de Turismo de Base Local (ENTBL), realizado em São Paulo, em 1997. Em um segundo momento, adiciona-se ao debate científico a participação de movimentos sociais na ocasião do I Seminário Internacional de Turismo Sustentável, realizado em Fortaleza, em 2003.

O I ENTBL<sup>21</sup> foi organizado pelo Departamento de Geografia da Universidade de São Paulo e foi um evento científico que colocou em debate as bases do turismo sustentável, tornando-se um marco para a contextualização da temática no Brasil.

Entende-se que o termo turismo de base comunitária ganhou visibilidade no Brasil a partir do edital do Ministério do Turismo em 2008 que apoiou 50 experiências em todo território nacional, e o

---

21 O I ENTBL propiciou a publicação de três livros, a saber: 1. Turismo, Modernidade, Globalização; 2. Turismo e Ambiente - reflexões e propostas; e, 3. Turismo e Desenvolvimento Local todos organizados pela Prof. Dra. Adyr Aparecida Balastrieri Rodrigues e publicados pela Hucitec em 1997.

Estado do Amazonas foi contemplado por meio de duas experiências, uma submetida pelo Instituto de Pesquisas Ecológicas (IPÊ) e a outra pela Fundação Vitória Amazônica (FVA). Porém, isso não significa que outras instituições não venham desenvolvendo projetos de maneira independente. São exemplos a ONG Nymuendaju e a Fundação Amazonas Sustentável (FAS) com o apoio de outros parceiros.

No Amazonas, no que concerne a legislação estadual para o turismo, ainda não existem parâmetros e diretrizes que norteiam e apoiem práticas voltadas ao turismo de base comunitária, ao que se sabe é a existência de iniciativas e de documentos que permeiam essa temática, sendo eles:

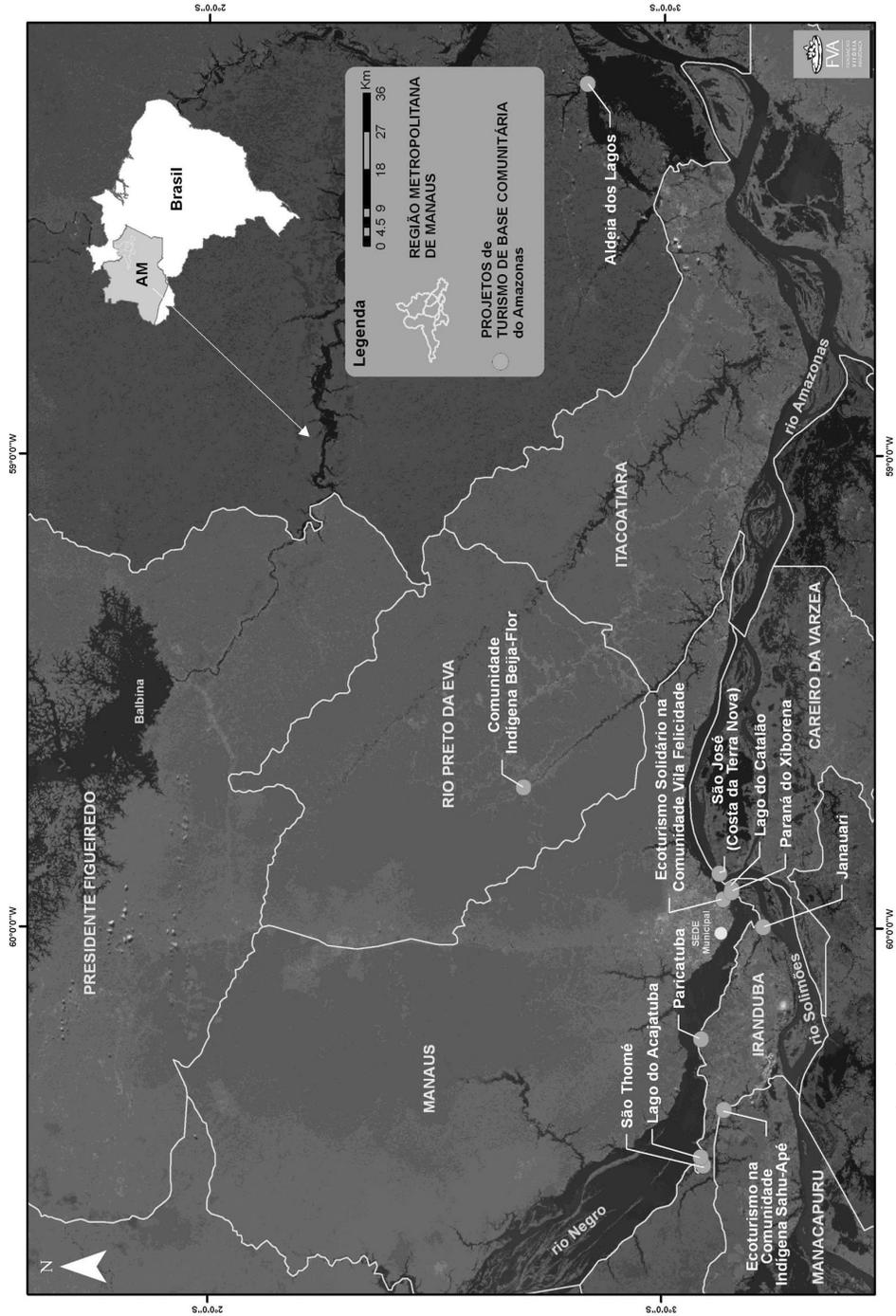
**1.** Projetos de turismo de base comunitária apoiados pela Empresa Estadual de Turismo do Amazonas (Amazonastur) e outros parceiros desde 2003 e que podem ser visualizados na figura 1.

Vale destacar que essas iniciativas comunitárias podem ser uma resposta à maneira como as comunidades vêm sendo tratadas, principalmente por hotéis de selva e agências de turismo, como mero atrativo turístico, tendo as mesmas, encontrado na organização do turismo de base comunitária uma forma de resistir às determinações de sujeitos hegemônicos que atuam no setor turístico do estado.

**2.** Outro documento é o Decreto N.º 30.873 de 28 de dezembro de 2010 que estabelece diretrizes para o uso público em Unidades de Conservação sob a gestão do Centro Estadual de Unidades de Conservação (CEUC) no âmbito da Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SDS). Em seu Art. 7º é expresso às atividades permitidas de uso público nas unidades de conservação, de acordo com a categoria de manejo e desde que previstas no plano de gestão ou plano de uso público, as seguintes atividades:

I – visitação para lazer e recreação; II – educação e interpretação ambiental; III – esportes de aventura; IV – esportes radicais; V - turismo de aventura; VI – ecoturismo; VII – turismo cultural; VIII - turismo educacional; IX – pesca esportiva; X – visitação especializada; XI – outras atividades compatíveis com os propósitos e objetivos das unidades de conservação, a critério do órgão gestor das unidades de conservação (AMAZONAS, 2010, p. 2).

**Figura 1:** Espacialização dos projetos de turismo de base comunitária no Amazonas.



Fonte: Amazonastur (2011).

3. E por fim, o Plano de Desenvolvimento Sustentável e Integrado da Região Metropolitana de Manaus, que estabelece em uma de suas metas voltada ao desenvolvimento econômico

[...] fortalecer e/ou organizar as atividades existentes (turismo, construção naval, pesca e piscicultura, agropecuária, extrativismo) com vistas a torná-las economicamente viáveis, ambientalmente sustentáveis e portadoras de inclusão das pessoas que nelas atuam (AMAZONAS, 2010, p. 50).

Entendemos que embora existam os projetos apoiados pela Amazonastur, o Decreto estadual estabelecendo as diretrizes para uso público das unidades de conservação e o Plano da Região Metropolitana de Manaus, o diálogo sobre essa temática não foi estimulado pelo poder público, ele surgiu a partir do Grupo de Trabalho de Turismo de Base Comunitária (GT-TBC) coordenado pelo Instituto de Pesquisas Ecológicas (IPÊ), que assumiu essa discussão trazendo à tona demandas de comunidades residentes em Manaus e outros municípios e ganhou aliados desde fevereiro de 2011, e acabou por tornar-se um Fórum de Discussão sobre a temática bem como um articulador de ações que apoiem comunidades que desejam estruturar-se para trabalhar com turismo de base comunitária.

Esses espaços de diálogos sobre turismo de base comunitária vêm ganhando força e, as ações vêm sendo construídas em parceria com várias instituições (conforme poderá ser visto no último capítulo do livro), sendo uma delas a Universidade do Estado do Amazonas, que vem contribuindo de diferentes maneiras nessa discussão.

#### A INSERÇÃO DA UNIVERSIDADE NAS DISCUSSÕES SOBRE O TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA NO AMAZONAS

Embora seja recente a elaboração de documentos que regulamentam as práticas do turismo no Estado, em especial em Unidades de Conservação, conforme apresentado anteriormente, e que os estudos científicos sejam ínfimos a esse respeito na Amazônia, no contexto acadêmico é imperioso destacar as pesquisas em nível *stricto sensu* que vem sendo desenvolvidas por alguns programas de pós-graduação da Universidade Federal do Amazonas (UFAM) envolvendo o turismo como área do conhecimento que dialoga com outras ciências, e de forma mais recente as discussões em relação ao termo turismo de base comunitária.

Os primeiros estudos advêm de dois programas de pós-graduação da UFAM, são eles: Programa de Pós-Graduação em Ciências Florestais e Ambientais e o Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional, ambos trazendo reflexões sobre essa temática nos anos de 2009<sup>22</sup> e 2010<sup>23</sup>, respectivamente. Destaca-se também uma pesquisa que analisou uma experiência de turismo comunitário no Amazonas, ainda que não tenha explícito em seu tema o termo turismo de base comunitária, e vem do Programa de Pós-graduação em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia em 2003<sup>24</sup>.

Esses estudos iniciais demonstram a iniciativa da Universidade Federal do Amazonas por meio de seus programas de pós-graduação em buscar compreender as relações entre as ciências, bem como entender como essas comunidades vêm se apropriando dessa prática econômica e social e como estão desenvolvendo seus territórios. Entende-se que algumas delas já adotaram o turismo como uma atividade econômica complementar, porém com o termo “turismo de base comunitária” essa experiência é recente, e segundo Costa Novo (2011) em pesquisa realizada na Região Metropolitana de Manaus, a maioria das comunidades tradicionais pesquisadas acredita que o turismo pode ser uma alternativa econômica complementar, porém percebeu-se haver pouco entendimento sobre o turismo de base comunitária na maioria delas sendo confundido com o turismo tradicional.

No que concerne à colaboração da Universidade do Estado do Amazonas (UEA), as discussões sobre o turismo de base comunitária, verificou-se que apesar de ações incipientes, estas mostram-se importantes, pois já reúnem um conjunto de elementos pontuais para análise, sendo estes viabilizados pela produção de trabalhos de conclusão de curso dos cursos de graduação em Turismo, ofertados em Manaus e Presidente Figueiredo; de Tecnologia em Turismo Ecológico realizados em Borba e Manicoré; e em Gestão do Turismo, ofertados em

22 FERREIRA, R. S. B. *Turismo de base comunitária: inclusão social e democratização dos espaços em áreas protegidas no baixo Rio Negro*. Dissertação (Mestrado em Ciências Florestais e Ambientais) – Faculdade de Ciências Agrárias, Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2009.

23 ABRAHÃO FILHO, H. N. *O turismo de base comunitária como estratégia de desenvolvimento sustentável da área ribeirinha de Parintins*. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) – Faculdade de Estudos Sociais, Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2010.

24 MONCAYO, V. A. L. *Práticas de um turismo sustentável: pousada Aldeia dos Lagos no município de Silves – Amazonas*. Dissertação (Mestrado em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia) – Centro de Ciências do Ambiente, Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2003.

Parintins e Tabatinga, bem como pela realização de eventos científicos, que privilegiam a participação dos sujeitos sociais envolvidos. Destaca-se de modo particular a realização do “I e II WORKSHOP DE TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA NO AMAZONAS: protagonismo das populações tradicionais e povos indígenas”, eventos organizados em 2011 e 2012 pelo grupo de pesquisa “Desenvolvimento Socioambiental e Turismo na Amazônia”, da Escola Superior de Artes e Turismo, patrocinado ambos pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas (FAPEAM).

O I Workshop foi realizado nos dias 03 e 04 de novembro de 2011 e o II Workshop nos dias 27 e 28 de setembro de 2012, ambos na cidade de Manaus-AM e tiveram como objetivo geral viabilizar um espaço de discussão sobre as atividades turísticas realizadas por populações tradicionais e povos indígenas do Amazonas, de modo a estruturar, de forma coletiva, princípios e critérios para o ordenamento do Turismo de Base Comunitária. Objetivou, ainda, conhecer as experiências e/ou projetos turísticos comunitários empreendidos pelas populações tradicionais e povos indígenas em seus territórios; identificar os modelos, práticas e princípios norteadores das atividades de turismo realizadas por populações tradicionais e povos indígenas; verificar as dificuldades enfrentadas em relação às atividades turísticas que estão sendo praticadas pelas populações tradicionais e povos indígenas; e delinear diretrizes e princípios para a estruturação de uma política estadual direcionado ao Turismo de Base Comunitária no Estado do Amazonas.

O público-alvo dos eventos foram os representantes de populações tradicionais e povos indígenas oriundos das localidades em que estão sendo desenvolvidas atividades turísticas autodefinidas como de base comunitária. No entendimento da comissão organizadora, os eventos atingiram os objetivos propostos, pois além de ter se tornado um espaço para discussão sobre o turismo de base comunitária, tendo como protagonistas as lideranças indígenas e de populações tradicionais (caboclos, ribeirinhos, extrativistas e outros) que puderam relatar as experiências de turismo vivenciadas em suas comunidades, bem como apresentar seus projetos, apontar suas escolhas - caminhos próprios - na perspectiva do turismo como mais uma alternativa para o desenvolvimento econômico e social da Região Amazônica.

O primeiro evento propiciou o início da construção de um documento para nortear essa prática no Estado, e buscou-se, primeiramente, o entendimento por parte das comunidades que participaram<sup>25</sup> a respeito do turismo de base comunitária:

**Quadro 1:** Entendimento das comunidades sobre TBC.

Grupo 1	<ul style="list-style-type: none"> <li>- A comunidade esteja preparada e que esteja unida em um só propósito para receber o turista;</li> <li>- Ter conhecimento e curso dos atrativos turísticos e de como conduzir o turista;</li> <li>- Tendo conhecimento com as agências e de venda.</li> </ul>
Grupo 2	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Organização das comunidades;</li> <li>- Treinamento;</li> <li>- Inclusão das comunidades tradicionais;</li> <li>- Valorização e reconhecimento do nosso espaço;</li> <li>- Que os empresários respeitem as populações tradicionais.</li> </ul>
Grupo 3	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Todos que estão envolvidos acreditar no negócio;</li> <li>- Gestão;</li> <li>- Respeitar o meio ambiente;</li> </ul>
Grupo 4	<p>- O turismo de base comunitária é o turismo na comunidade, ou seja, as comunidades estão organizadas para receber o visitante, mostrar o seu atrativo local e sua cultura e, com isso, os comunitários são beneficiados. É uma fonte de renda para as famílias de forma individual e, também, coletiva. E o turista que gosta da natureza, e com isso estamos preservando os nossos recursos naturais.</p>
Grupo 5	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Gestão comunitária e participativa;</li> <li>- Que seja ecologicamente correto;</li> <li>- Socialmente justo;</li> </ul>
Grupo 6	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Economicamente viável;</li> <li>- Totalmente desenvolvido pela comunidade conforme sua realidade e suas necessidades.</li> </ul>
Grupo 7	<p>- O turismo de base comunitária é receber o turista e ter o retorno como renda e que venha beneficiar a todos na comunidade. E também ter profissionais para recebê-los com uma recepção e infraestrutura para que o turista volte. Ter parceiros.</p>

Fonte: Oficina realizada no I Workshop de TBC.

Como continuidade das ações iniciadas no primeiro evento, ficou-se de aprofundar as discussões sobre esse entendimento no ano seguinte. Acordou-se a realização de duas oficinas: uma na margem direita e outra na margem esquerda do rio Negro.

Em 12 de junho 2012, aconteceu a primeira oficina no Núcleo de Sustentabilidade Assy Manana, na Comunidade Três Unidos (ME

<sup>25</sup> Comunidade São Sebastião I (Cambé), Comunidade São João do Tupé, Comunidade São Sebastião (Cuieiras), Comunidade Colônia Central, Comunidade Pau Rosa, Comunidade Bela Vista do Jaraquí, Comunidade Woutchimaucu, Comunidade do Julião, Comunidade Nova Esperança, Aldeia Kuanã, Comunidade ACIWK, Comunidade Pagodão, Comunidade São Salvador, Comunidade Marcos Freire – Presidente Figueiredo, Comunidade PA Tarumã Mirim – Manaus.

Rio Negro)<sup>26</sup>, e das comunidades presentes<sup>27</sup>, questionou-se “Como seria um turismo de base comunitária pra vocês?”

1. Ordenado, compartilhado, estruturado, respeitado, compreendido, com plano de manejo comunitário;
2. Deve ser participativo, definir o grupo de família que acredita no TBC, os visitantes devem participar dos vários atrativos, por exemplo: trilhas/ horta/ ver a confecção das balas/ artesanato, definição de preço do trabalho dos condutores, integrar outras comunidades, ter uma hospedagem p/ turistas, fortalecer a geração de renda;
3. Apoio comunitário/ união, parceria, uma boa recepção, atrativos comunitários, por exemplo: clube de mães, cuidar da comunidade, falta de energia e visitas turísticas;
4. Com o aprimoramento da organização social local, valores justos com distribuição equitativa (para os envolvidos), comunidade sensibilizada e capacitada para a atividade, resgate da identidade cultural, melhoria da infraestrutura básica local (saúde, educação etc.), gere alternativa de renda, mantenedor captador de parcerias, tratar o turista com responsabilidade, aplicar a legislação vigente.
5. Participação dos comunitários, divisão das atividades, preservação do meio ambiente, sendo compromisso de todos;
6. Deve ser compartilhado, integrado com os grupos de trabalho da comunidade, divisão dos serviços justos; divisão dos benefícios; ter parceria e ser parceiro;
7. A comunidade (comunitários) organizados e capacitados, os roteiros e as atividades precisam ser definidos (Ex: Bromelial), formar intérprete residente, melhorar a produção artesanato/ culinária típica (qualidade), divulgar o destino e os atrativos para atrair turistas, divisão justa dos benefícios, melhoria da infraestrutura.
8. Mais organização na comunidade, ter uma boa estrutura, uma boa hospitalidade, amostra de plantas, manter a comunidade limpa;

26 Evento organizado pelo Centro Estadual de Unidades de Conservação (CEUC), com o apoio do Instituto de Pesquisas Ecológicas (IPÊ), da Fundação Amazonas Sustentável (FAS) e da Universidade do Estado do Amazonas (UEA).

27 Comunidade Chita, Comunidade Julião, Comunidade São Sebastião, Comunidade Bela Vista do Jaraqui, Comunidade Pagodão, Comunidade São João do Tupé, Comunidade Colônia Central, Comunidade Nova Canaã (Aldeia Kuanã), Comunidade Terra Preta, Comunidade Indígena Três Unidos, Comunidade Indígena Nova Esperança

9. O envolvimento da comunidade, a organização dos benefícios pré-estabelecidos para a comunidade, a união dos comunitários em busca de um objetivo comum, a organização da estrutura da comunidade para oferecer bons serviços aos turistas;
10. Organização do grupo, união, parceria, geração de renda para o grupo, valorização do ser humano, conservação e preservação do ambiente;
11. Mais organizado, envolvendo todas as famílias da comunidade, em parceria com outras comunidades, que todas as comunidades do entorno sejam envolvidas (rede), cada família ganha de acordo com a atividade que exerce.

Ainda que um número pequeno de comunidades tenha participado do primeiro e do segundo momento, as discussões e encaminhamentos foram de grande relevância para dinamizar a participação das comunidades em outras instâncias criadas com o propósito de garantir, de fato, a presença destas nas ações que venham subsidiar políticas públicas para o desenvolvimento desta modalidade de turismo, particularmente no Estado do Amazonas.

Enfim, pretendemos dar continuidade a essas discussões iniciadas em 2011, fortalecendo cada vez mais os espaços de diálogos, trazendo as comunidades para refletirem sobre suas práticas e acreditando na construção de políticas públicas de turismo de base comunitária no contexto amazônico.

## REFERÊNCIAS

AMAZONAS. Secretaria da Região Metropolitana de Manaus (SRMM). *Plano de Desenvolvimento Sustentável e Integrado da Região Metropolitana de Manaus 2010-2020*. Manaus, 2010. Disponível em: <<http://www.srmm.am.gov.br>>. Acesso em: 05 abr. 2011.

ARAÚJO, G. P.; GELBCKE, D. L. Turismo comunitário: uma perspectiva ética e educativa de desenvolvimento. *Revista Turismo Visão e Ação - Eletrônica*, v. 10, n. 3, p. 357-378, set/dez. 2008.

BRASIL. Decreto N.º 30.873 de 28 de dezembro de 2010. Estabelece diretrizes para o uso público em Unidades de Conservação sob a gestão do Centro Estadual de Unidades de Conservação (CEUC) no

âmbito da Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SDS). *Diário Oficial do Amazonas*, Manaus, AM, 28 dez. 2010.

CORIOLO, L. N. M. T. O turismo comunitário no Nordeste brasileiro. In: BARTHOLO, R.; SANSELO, D. G.; BURSZTYN, I. (Orgs). *Turismo de Base Comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras*. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009.

COSTA NOVO, C. B. M. *Turismo de base comunitária na região metropolitana de Manaus: caracterização e análise crítica*. 2011. 142. Dissertação (Mestrado em Ciências Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

CRUZ, R. C. A. Turismo, produção do espaço e desenvolvimento desigual. In: BARTHOLO, R.; SANSELO, D. G.; BURSZTYN, I. (Orgs). *Turismo de Base Comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras*. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009.

NÓBREGA, W. *Turismo: planejamento e políticas públicas na Amazônia*. Rio de Janeiro: E-papers, 2007.

PINHEIRO, L. L. Turismo comunitário: alguns apontamentos conceituais. In: ENCONTRO NACIONAL DE TURISMO DE BASE LOCAL - ENTBL. *Anais...* João Pessoa, 2007.

SAMPAIO, C. A. C. Pensando o conceito de turismo comunitário. In: SEMINÁRIO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM TURISMO - ANPTUR, 5., 2008.

## Atividades turísticas nas terras indígenas brasileiras

Gilberto da Silva<sup>28</sup>

### INTRODUÇÃO

A partir do início dos anos 80 do século passado, o ecoturismo passou a ganhar maior expressão no Brasil e, nos últimos anos, tornou-se um termo recorrente nos veículos de comunicação de massa, publicações específicas e, principalmente, nos discursos relacionados a alternativas econômicas de sustentabilidade, sendo considerado, às vezes, como uma panaceia para resolver os graves problemas socioeconômicos de algumas comunidades tradicionais.

Os Povos indígenas, por sua vez, sofrem um crescente assédio de empreendedores, organizações não governamentais e até mesmo de instituições governamentais para que realizem atividades turísticas no interior de suas terras, gerando expectativas econômicas imediatas às comunidades. Algumas dessas propostas são tão fascinantes que as lideranças indígenas interessadas pressionam a Fundação Nacional do Índio (Funai) e demais instituições governamentais como: Secretarias Estaduais, Prefeituras Municipais, Ministério Público Federal, Ministério do Turismo e o Ministério do Meio Ambiente para uma anuência no sentido de fomentar tal exploração.

Nos últimos dezoito anos, foram promovidos seminários, oficinas, palestras, *workshops* e reuniões com o patrocínio e apoio de órgãos públicos, empresas privadas e organizações não governamentais sem que se tenha chegado a um consenso ou parecer conclusivo sobre o tema.

Na perspectiva de minimizar as dúvidas e apresentar uma proposta adequada quanto à viabilidade na realização de atividades turísticas nas terras indígenas, a Funai decidiu, no início do ano de 2006, pela criação de um Grupo de Trabalho<sup>29</sup> com o propósito inicial de avaliar esse polêmico e importante assunto.

28 Antropólogo da Fundação Nacional do Índio (FUNAI) Brasília-DF.

29 Portaria Presidencial nº 179/PRES, de 20 de fevereiro de 2006, que criou o Grupo de Trabalho – GT com o propósito de implementar estudos sobre a possibilidade de regulamentação de atividades turísticas nas Terras Indígenas brasileiras.

Este trabalho consiste numa análise interpretativa documental e de verificações *in loco* onde subsiste ou emerge a ideia e/ou ação para se utilizar atividades turísticas, abarcando suas diferentes variantes terminológicas, como suposta fonte de rendimentos para algumas sociedades indígenas espalhadas pelo Brasil. Refere-se, portanto, à representação desse potencial exploratório como uma forma alternativa na busca de recursos para a aquisição de produtos necessários à sobrevivência e a satisfação de suas necessidades, numa incessante luta contra as ameaças impostas por um sistema econômico desleal, excludente e injusto com aqueles povos cujos direitos são expropriados há mais de 500 anos.

## 1 CARACTERÍSTICAS DO TRABALHO E JUSTIFICATIVA

Trata-se da síntese do relatório entregue à presidência da Funai e da dissertação com o mesmo título disponível na biblioteca Curt Nimuendaju, em Brasília/DF. A linguagem com pouco ortodoxia utilizada no texto difere dos trabalhos acadêmicos convencionais, motivado inicialmente para uma aproximação dos leitores no universo técnico multidisciplinar da Funai e, em segundo lugar, na tentativa de induzir os interessados a um dedicado estudo dos documentos que integram o Processo 08620.0668/06<sup>30</sup>. Esses documentos consistem numa rica fonte de informações, abordando casos específicos que relatam a complexidade do assunto e a maneira como foi discutido pela Funai com as demais instituições ao longo dos últimos anos.

O estudo não seguiu os métodos utilizados na antropologia clássica cujo foco é, via de regra, uma área restrita e pesquisa de longa duração. A dimensão do trabalho exigiu um viés sociológico, principalmente no campo da sociopolítica sem, no entanto, se distanciar do referencial antropológico. Ao longo do relatório, ocorreram raras citações de etnólogos, antropólogos, turismólogos e estudiosos sobre o tema. A primeira razão deriva do fato de que o assunto é um tanto quanto difuso: diferentes enfoques por especialistas de distintos campos do conhecimento e, para buscar uma celeridade na solução das situações-problema peculiares às demandas da Funai.

30 No âmbito da Administração Pública, o Processo é conjunto de documentos e procedimentos expressados por despachos, pareceres técnicos, material iconográfico e demais peças relacionadas ao tema. Neste caso, a numeração corresponde ao meio pelo qual esse Processo pode ser encontrado na Coordenação de Gestão Ambiental da Funai sede.

Para constituir as investigações foram realizadas visitas a comunidades indígenas nas diferentes regiões bioclimáticas do Brasil, observando-se as peculiaridades socioculturais dos povos residentes nesses locais, destacando-se os estados da Bahia, Mato Grosso, Amazonas, Rio de Janeiro, Roraima e Tocantins. As tarefas de campo não se restringiram aos indígenas, foram incluídos encontros com os servidores das unidades descentralizadas da Funai, representantes do Governo Federal, Governos estaduais e municipais, membros de organizações não governamentais, especialistas e demais interessados. A pesquisa de campo engendrou, como análise comparativa, outros locais de visitação pública, como: Unidades de Conservação (parques nacionais, estações ecológicas, florestas nacionais, áreas de preservação ambiental e RPPNs), parques temáticos, comunidades tradicionais não indígenas e locais turísticos diversos.

## 2 ANTECEDENTES

A primeira discussão formal na Funai sobre turismo nas terras indígenas ocorreu no ano de 1993, através do documento C.I. nº 21/GAB/ADR/FUNAI/MAO, de 14 de abril de 1993, que encaminha a ata de criação da comissão especial de turismo da Amazônia-Brasil/Centura-Brasil. O Parecer nº 002 –DFU-FUNAI/ADR/MAO, de 28 de abril do mesmo ano, sinaliza que o assunto é *complexo, muito polêmico e não possui amparo legal*. À época, já havia a preocupação com o potencial de vulnerabilidade das comunidades indígenas submetidas e/ou relacionadas direta ou indiretamente com projetos turísticos.

Desde o período acima até o término deste relatório, ocorreram inúmeras reuniões, solicitações, seminários, projetos e situações diversas as quais resultaram em uma quantidade expressiva de documentos relacionados à realização de turismo em terras indígenas. Estas ocorrências documentais não fazem parte de trabalhos específicos, mas, possuem tal relevância que constituem uma das principais fontes de dados deste trabalho, pensados ao referido Processo, contendo aproximadamente três mil e quinhentas páginas.

A sistematização desses documentos confere uma significativa importância ao trabalho e se propõe como importante instrumento para futuras pesquisas, podendo ser considerado como um forte subsídio na tomada de decisões políticas quanto ao assunto, principalmente, pela proposta acerca das complexas situações existentes nas distintas

comunidades indígenas, enfocando ainda outros problemas relacionados como: extração ilegal de material madeireiro, garimpo, biopirataria, etc.

### 3 O TRABALHO DE CAMPO

Considerando o volume de trabalho da Fundação Nacional do Índio, o exíguo número de servidores e a inexistência de um orçamento específico para essa atividade, as tarefas de campo foram realizadas simultaneamente a outras ações inerentes ao trabalho técnico.

Na dissertação com o título Atividades Turísticas nas Terras Indígenas Brasileiras, disponível no endereço <http://pt.scribd.com/doc/61546694> é possível verificar as diferentes percepções dos protagonistas envolvidos nas propostas para o turismo nas terras indígenas em nove estudos de casos do universo pesquisado.

### 4 TERMINOLOGIAS E CONCEITOS

Na sua forma conceitual, o ecoturismo teve origem na década de 60 do século XX, quando foi utilizado para “[...] explicar o intrincado relacionamento entre turistas e o meio ambiente e culturas nos quais eles interagem” (HETZER, 1965 apud FENNELL, 2002, p. 42). Hetzer ainda identificou quatro questões básicas a serem seguidas no processo de criação de uma estratégia ecoturística, sendo: “(1) impacto ambiental mínimo; (2) impacto mínimo às culturas anfitriãs; (3) máximos benefícios econômicos para as comunidades anfitriãs; e (4) satisfação recreacional máxima para os turistas participantes” (HETZER, 1965 apud FENNELL, 2002, p.42). Segundo o conceito estipulado pela Embratur/Ibama, ecoturismo pode ser:

O turismo desenvolvido em localidades com potencial ecológico, de forma conservacionista, procurando conciliar a exploração turística com o meio ambiente, harmonizando as ações com a natureza, bem como oferecer aos turistas um contato íntimo com os recursos naturais e culturais da região, buscando a formação de uma consciência ecológica.

É pertinente lembrar o conceito de ecoturismo utilizado pelo Instituto de Ecoturismo do Brasil (IEB), de 1996:

[...] a prática de turismo de lazer, esportivo ou educacional, em áreas naturais, que se utiliza de forma sustentável do patrimônio natural e cultural, incentiva a sua conservação, promove a formação de consciência ambientalista e garante o bem estar das populações envolvidas.

A partir dessas definições é possível perceber a dificuldade interpretativa da palavra ecoturismo nas áreas indígenas, por exemplo: como definir exatamente o que seria um contato íntimo com a natureza? Como se caracteriza a sustentabilidade e para quem? O que é considerado bem estar das populações envolvidas? Nesse universo de conceitos, Paulo dos Santos Pires (2000, p. 119) pesquisou trinta deles e identificou alguns pontos de convergência, tendo como principal a conscientização ecológica através da educação ambiental.

Nota-se a imprecisão nas terminologias sobre atividades turísticas que podem, inclusive, modificar o seu sentido prático, conforme a localização geográfica ou contexto temático. Hospedagem em hotéis fazenda, passeios no bioma Pantanal ou balneários em locais de difícil acesso, podem ser considerados como programas de ecoturismo ou turismo ecológico, mesmo que implique num elevado custo ambiental e exíguo benefício a população local.

Para fins desta avaliação, são considerados aqueles conceitos mais próximos dos sujeitos da pesquisa, sem distanciar do elemento beleza cênica, numa tentativa de se adequar as terminologias mais conhecidas a suas peculiaridades. Salienta-se a existência de centenas de categorias de turismo as quais não foram mencionadas por sua distância do objeto focal deste trabalho.

**Ecoturismo:** O conceito mais utilizado (forma simplificada) é a categoria de turismo de interação harmônica com os elementos naturais, sem prejudicar o ambiente, aprendendo a conservá-lo. O termo ecoturismo remete a diversas atividades interativas e/ou de observação, como: registros de imagens diferentes, trilhas motorizadas, caminhadas, cavalgadas, rapel, rafting, tirolesa, arborismo ou arborismo, passeios de barco e outros veículos, observação e/ou interação com a fauna e a flora, mergulho, natação, gastronomia, entre outras, sendo que, a maioria é associada a aventura, em maior ou menor grau numa escala de emoção. Neste estudo, foi observado que a expressão ecoturismo é utilizada de forma genérica e engendra outras categorias que, às vezes, mascaram a verdadeira atividade.

**Pesca esportiva:** Atividade de lazer para o homem no ato de fisgar, maltratar e soltar espécies de peixes. Nos estudos de casos, observou-se que a pesca da *Cichla spp* (Tucunaré) é associada a outros tipos de lazer (gastronomia, bebidas, etc) ao que denominam de projeto de ecoturismo. No relatório principal foi mencionado sobre a vedação a estranhos nas atividades de pesca no interior das terras indígenas<sup>31</sup>.

**Turismo ecológico de lazer:** Caracteriza-se pela proximidade do homem com a beleza cênica natural e a possibilidade de plena interação. O turismo oferecido num requintado hotel, no limítrofe a áreas indígenas, com a possibilidade de observar o “exótico selvagem”, destacou-se negativamente, caracterizado pela expropriação do patrimônio da União e a degradação sociocultural e socioambiental causada aos Povos indígenas.

**Turismo étnico ou etnoturismo local:** atividade na qual o indivíduo conhece outras pessoas e suas características socioculturais na dinâmica do espaço coletivo da comunidade, atraído pela identidade do outro. Esse tipo de turismo pode ser exemplificado como uma visita a uma determinada cidade, incluindo a apreciação de pratos típicos, participação em festas tradicionais, interação social nos locais públicos, enfim, conhecer a maneira como vivem ou como aparentam viver. No caso das comunidades locais residentes em cidades ou área rural, os espaços territoriais são visivelmente definidos. As praças, as ruas, os prédios públicos são bens coletivos de acesso a qualquer cidadão brasileiro. O comércio local não pode impor restrição aos consumidores, sob pena de preconceito. As terras indígenas, por sua vez possuem, antes de tudo, um regime jurídico especial que garante os usos e costumes dos mais de 220 Povos residentes no Brasil. Essa garantia vai além da territorialidade, pois, distingue-se dos conceitos espaciais não indígenas. O limite de uma residência, no caso de uma cidade, compreende, normalmente, uma edificação e uma área de lazer ou serviço (quintal, sacada, pátio). Nas terras indígenas esses conceitos variam conforme o grupo étnico e a dinamicidade cultural, podendo uma residência compreender diferentes limites. Existem situações como na Terra Indígena Parque do Xingu onde residem quatorze Povos na mesma região.

**Turismo étnico ou etnoturismo “extra local”:** Ocorre em situação semelhante ao que foi anteriormente explicado, com a diferença

---

31 Artigo 18, parágrafo 1º, Lei nº 6.001, de 19 de dezembro de 1973.

básica de que o espaço territorial não determina a aproximação cultural. Esse tipo de atividade ocorre em local adverso ao da comunidade. São eventos locais, regionais, nacionais e internacionais, nos quais as comunidades expõem seus elementos culturais (gastronomia, indumentária, objetos, folclore, etc), de forma permanente ou em períodos determinados. No caso exemplificado, seriam as propostas e idealizações de aldeias ecoturísticas ou cenográficas – locais eleitos para a realização de encenações sobre o seu modo de vida. Os indígenas empenhados nessas tarefas como forma alternativa de rendimentos, deslocam-se espontaneamente de suas residências para outro local, objetivando apresentar suas tradições, gastronomia e tudo mais que poderia ser visto na aldeia. No estudo de casos, há o relato da Reserva Pataxó da Jaqueira e da proposta da Aldeia Ecoturística na cidade de Paraty/RJ. Incluem-se ainda os encontros regionais, jogos indígenas e outros eventos fora das áreas residenciais indígenas.

**Turismo de observação ou contemplação:** É o tipo de turismo que apresenta ao visitante a beleza natural como forma de apreciação, tal qual uma obra de arte. Ocorre uma máxima interação visual e mínima interferência no ambiente, como garantia de preservação e conservação do local. A gruta Azul, no município de Bonito/MS, é ótimo um exemplo. No caso indígena, a experiência da comunidade Paresi, Estado do Mato Grosso, indica êxito com essa alternativa. Existe uma cachoeira, em área distante do local residencial, aberta à visitação rigorosamente monitorada pelos indígenas.

**Outras categorias de ecoturismo interativo (*rafting*, *merguhos*, entre os outros citados anteriormente):** são categorias de turismo que implicam na interação dos indivíduos com o meio, em maior ou menor escala. Alguns indígenas Javaé (Ilha do Bananal) permitem passeios turísticos de barco no interior de sua região, mediante uma contrapartida financeira. Os devastadores impactos negativos foram abordados no trabalho.

## 5 NORMAS PRELIMINARES PARA A REGULAMENTAÇÃO DE ATIVIDADES TURÍSTICAS NAS TERRAS INDÍGENAS

Considerando-se o grau de responsabilidade para a efetivação e respeito às regras que venham a ser estabelecidas no tocante à possibilidade de exploração de atividades turísticas nas terras indígenas, sugere-se que as normas sejam editadas através de Portaria intermi-

nisterial: Ministério da Justiça, Ministério do Meio Ambiente e Ministério do Turismo. A seguir a relação de alguns itens indicados no relatório que devem constar no instrumento normativo.

- Para fins de normatização, entende-se por atividade turística no interior das terras indígenas somente o ecoturismo de observação, no qual o visitante se limita a contemplar as belezas cênicas, com o mínimo de intervenção no ambiente, condicionando os registros de imagens às normas estabelecidas na Portaria Funai nº 177, de 16 de fevereiro de 2006. Todo o material iconográfico deve se sujeitar aos preceitos estabelecidos nas normas jurídicas referentes aos direitos autorais e uso da imagem;
- Toda e qualquer exploração de atividades turísticas nas terras indígenas devem ser propostas e encaminhadas exclusivamente pelos indígenas, sem a intervenção, participação ou fomento de pessoas estranhas às comunidades, salvo as entidades governamentais que, após considerar a viabilidade, deverão fornecer os subsídios necessários à execução dos projetos, sempre acompanhadas pelo órgão federal executor da política indigenista brasileira – Funai;
- Devem ser priorizados os projetos idealizados fora das terras indígenas, seguindo-se os modelos de “aldeias cenográficas”, em parceria com órgãos da União;
- Todo e qualquer projeto de atividades turísticas só poderá ser viabilizado quando estiver localizado significativamente distante da área residencial (incluindo as áreas utilizadas para atividades culturais, pesca, caça e produção agropecuária) das populações indígenas, em região delimitada e exclusiva pra esse fim;
- Todo e qualquer projeto de atividades turísticas nas terras indígenas só poderá ser viabilizado após um prévio estudo de impactos socioambientais e se enquadrar nos procedimentos de licenciamento adotados pela Funai exclusivamente para esta finalidade, em consonância com a legislação ambiental vigente;
- Todo e qualquer projeto de atividades turísticas nas terras indígenas só poderá ser viabilizado após um prévio estudo do potencial econômico, incluindo projeções valorativas e quantitativas (informando sobre os riscos econômicos e socioculturais) a curto, médio e longo prazo, devidamente discutidos e esclarecidos às comunidades por técnicos

- qualificados, servidores ou contratados por instituições governamentais, acompanhados pela Funai;
- Os projetos de atividades turísticas deverão ser encaminhados para apreciação da Coordenação de Etnodesenvolvimento da Funai que, após fundamentar a viabilidade econômica, deverá encaminhá-lo à Coordenação de Meio Ambiente/Licenciamento para os devidos procedimentos de estudos de avaliação de impactos socioambientais, em parceria com o órgão licenciador federal;
  - Quando o projeto envolver mais de um povo, residente na mesma Terra Indígena, deverão ser procedidas consultas públicas para toda a população residente, tantas vezes quantas forem necessárias, até o pleno conhecimento e consentimento das comunidades;
  - As terras indígenas submetidas ao regime jurídico de dupla afetação, em virtude da sobreposição de unidades de conservação, as quais se pretendem projetos ou subsiste a exploração turística de visitação, deverão cumprir as prerrogativas estabelecidas nesta proposta;
  - Os projetos de atividades turísticas deverão incluir propostas de garantia aos direitos individuais e coletivos dos Povos indígenas, bem como de proteção às riquezas naturais de usufruto exclusivo dos Povos;
  - No caso da execução do projeto, todos os visitantes deverão ser obrigatoriamente cadastrados (nome, endereço, procedência, entre outros dados de identificação) antes do ingresso nas terras indígenas, e essa relação deverá ser disponibilizada à Funai e aos órgãos policiais federais e de proteção ambiental. Além disso, deverão assinar um termo de responsabilidade.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

É imprescindível a compreensão de que as terras indígenas diferem completamente das demais áreas protegidas, especialmente no que se refere ao potencial para a exploração de atividades turísticas. As terras indígenas não são locais de lazer, de passeio, “de pagar e usufruir”, são locais de moradia, trabalho e de interação social de cidadãos. Por mais redundante que seja essa exposição, faz-se necessária porque no imaginário de muitas pessoas, os indígenas estão “à disposição para serem observados” o tempo todo. As imagens televisivas massificam alguns rituais, como o Kwarup, sem esclarecer que o cotidiano dos 220 Povos indígenas é caracterizado pela pluralidade de suas atividades, costumes e tradições. Essa massifica-

ção, por vezes, insufla uma necessidade de se colocar os povos indígenas numa categoria exótica de turismo e lazer. Só para exemplificar o trágico efeito, o apresentador da Rede Globo de Televisão, Zeca Camargo, no seu livro sobre turismo, inclui a Terra Indígena Parque do Xingu como roteiro turístico sistemático. É preciso deixar claro que o fato de entrar numa aldeia pode ser considerado como um ato de invasão de privacidade e, até mesmo incorrer em ilegalidade.

O resultado desta pesquisa apontou que a demanda pela realização de atividades turísticas nas terras indígenas brasileiras, quando sugerido por empreendedores não indígenas fundamenta-se, essencialmente, na excludente lógica capitalista brasileira: obter o melhor lucro com o menor custo, sem a preocupação com a qualidade de vida da população local.

Observou-se a inexistência de consenso entre as comunidades indígenas sobre a realização de atividades turísticas, inclusive dentro das mesmas aldeias. Esse fato está associado à suscitação de muitas dúvidas, principalmente, receios negativos quanto à possibilidade de regulamentação de atividades turísticas.

A hipótese de que o turismo apresenta-se como uma ótima forma de sustentabilidade econômica para as comunidades indígenas carece de um aprofundamento nas investigações em cada caso específico, visando uma quantificação temporal que demonstre realmente ser uma opção benéfica, haja vista que este trabalho condiciona tal proposição. Existem situações isoladas que podem ser consideradas bem sucedidas em virtude da combinação de vários elementos, como no do caso da Reserva da Jaqueira onde a cidade de Porto Seguro/BA já é um polo turístico consolidado e, em menor proporção, a cachoeira dos Paresi, no estado de Mato Grosso. Mesmo assim, se não acontecer o devido apoio das instituições federais, a Reserva da Jaqueira corre o sério risco de ser ocupada por indígenas Pataxó, devido ao déficit habitacional na Terra Indígena Coroa Vermelha.

Deve-se considerar a possibilidade de estudo em toda a gama de alternativas de sustentabilidade existente e/ou projetos que venham a ser criados os quais poderão conter maior grau de benefícios para as comunidades, com um menor risco de contingência na sua aplicabilidade, bem como nos resultados esperados. Nessa perspectiva, destaca-se que, antes de uma proposta para regulamentar a exploração de atividades turísticas nas terras indígenas, é preciso somar esforços no sentido de garantir os direitos exclusivos do patrimônio cultural imaterial das populações indígenas e das riquezas naturais existentes nas suas terras, especialmente no que se refere ao direito de royalties na comercialização de medicamentos,

cosméticos e demais produtos cujos princípios são ativos utilizados para sua fabricação são procedentes das terras indígenas.

A atual legislação indigenista não é suficiente para a tomada de decisões acerca dessa matéria tão complexa, sendo necessária uma avaliação multidisciplinar exigindo uma análise interpretativa que revele o sentido e o alcance do processo sociocultural que envolve o anseio das populações envolvidas.

Parafraseando o antropólogo Antonio Pereira Neto, “o ecoturismo em terras indígenas ainda está em fase de estudos, deve-se cumprir a legislação e devemos evitar aventuras desnecessárias”. No relatório há uma abordagem específica sobre a compatibilidade jurídica com a realização de atividades turísticas nas terras indígenas brasileiras.

As atividades turísticas nas terras indígenas podem fomentar ainda outros tipos de situações que são graves problemas enfrentados pelas instituições públicas, destacando-se: degradação socioambiental, incentivo à prática de ilícitos (exploração de madeira, ouro, etc), biopirataria e a governança nas áreas de sobreposição de unidades de conservação em terras indígenas.

Finalmente, infere-se que esta proposta de regulamentação não pode tolher as possibilidades dos Povos indígenas nos seus projetos de etnodesenvolvimento, ao contrário, apresenta critérios na busca de resguardar os seus direitos exclusivos, ou seja, uma possível normatização não pode ferir a autonomia e a autodeterminação dos Povos indígenas, especialmente no direito de receber seus amigos e visitantes como forma de interação social.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2005.

COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO – Relatório da Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento. *Nosso futuro Comum*. 2. ed. Rio de Janeiro: ONU/Fundação Getúlio Vargas, 1991.

FUNAI/CGDOC. *Legislação Indigenista Brasileira e Normas Correlatas*. 3. ed. Brasília, 2005.

GIL, Antonio Carlos. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

EMBRATUR/UNIÃO EUROPÉIA. *Manual de Ecoturismo*. Brasília: Embratur, 1994.

MACHADO, Paulo Affonso Leme. *Direito ambiental brasileiro*. 14. ed. São Paulo: Malheiros, 2006.

MANDER, JERRY y VICTORIA TAULI CORPUZ. *Guerra dos Paradigmas – Resistencia de los Pueblos Indígenas a la Globalización Económica*. São Francisco-CA: IFG, 2005.

MMA – *Plano Nacional Estratégico de Áreas Protegidas – PNAP*. MMA. Brasília; 2006.

MASSIMI, Marina. *História das ideias psicológicas no Brasil, em obras do período colonial*. 1984. Dissertação (Mestrado em Psicologia), USP, 1984.

PIRES, Paulo dos Santos. *A dimensão conceitual do ecoturismo. Turismo – visão e ação*, v.1, n.1, Itajaí: Editora da UNIVALI, 1998.

PROCESSOS – Processos sobre proteção e meio ambiente em trâmite da CGPIMA/FUNAI.

ROCKTAESCHEL, Benita Maria Monteiro. *Terceirização em Áreas Protegidas – Estímulo ao ecoturismo no Brasil*. São Paulo: SENAC, 2006.

SILVA, Gilberto da. *Atividades Turísticas nas Terras Indígenas Brasileiras*. Dissertação (Mestrado). Brasília: 2010. Disponível em: <<http://pt.scribd.com/doc/61546694>>. Acesso em: 20 de jul. 2011.

SANTILLI, Julliana. *Socioambientalismo e novos direitos*. São Paulo: Peirópolis; 2005.

\_\_\_\_\_. *Avaliação Jurídica Sobre Direitos Indígenas: documento de subsídio aos projetos demonstrativos do PPTAL*. Brasília, 1998.

# Turismo e etnicidade indígena: novas tendências a partir do caso Pataxó

Rodrigo de Azeredo Grünewald<sup>32</sup>

## INTRODUÇÃO

A visitação turística pautada na procura pelo diferente, pelo *outro*, é buscada desde o início das “jornadas turísticas” (GRABURN, 1989). Isso se pode perceber inclusive pelo fascínio que há séculos tem levado pessoas a viajar para conhecer populações indígenas. Se esse fenômeno já está suficientemente registrado, o que torna essa questão importante, todavia, é a escala e a velocidade na qual o turismo se espalha para as longínquas terras indígenas antes ignoradas (HINCH; BUTLER, 1996). Buntzen e Graburn (2009) também chamam atenção para o fato de que as populações indígenas tem se envolvido com o turismo desde o início dos encontros coloniais, embora a posse e o controle indígena sobre tais visitas seja um fenômeno mundial relativamente novo (BUNTZEN; GRABURN, 2009, p. 2).

Penso, contudo, que atualmente o *turismo indígena* implica no gerenciamento de pelo menos parte dos produtos e serviços disponibilizados aos visitantes, implícito aí se encontra a ideia de mercantilização, ou seja, quando uma sociedade indígena dispõe comercialmente elementos de sua cultura (ou natureza) para visitação turística – e isso fica ainda mais expressivo quando se nota que atualmente etnicidade está se tornando cada vez mais mercantilizada. De fato, em época pós-colonial grupos étnicos buscam empoderamento ao construírem uma marca exclusiva de si (COMAROFF, 2009).

Mas em todo o mundo, as interações entre populações nativas e colonizadores sempre foram turbulentas (HINCH; BUTLER, 1996) – e se o turismo aparece para muitos como uma nova forma de imperialismo ou colonialismo (NASH, 1989, 1995) –, penso, que, mesmo de forma comercial, o turismo pode atuar também na dire-

---

32 Professor Dr. Associado III de Antropologia do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais (PPGCS) da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG). Email: grunewald.ufcg@gmail.com.

ção de uma descolonização ao projetar os discursos nativos a turistas globais que os visitam, os escutam e muitas vezes endossam seus anseios de autodeterminação.

Devemos, entretanto, fazer uma ressalva aqui, pois, apesar da globalização, há diferenças existentes em função dos contextos locais. Por exemplo, na medida em que houve esforços norte-americanos para uma assimilação dos indígenas ao capitalismo, talvez não seja de se estranhar uma etnicidade de negócios naquela parte do mundo. Como também não no contexto das emergências das etnoempresas analisadas pelos Comaroff (2009) na África. Já no Brasil, há uma negação de empreendimentos capitalistas em territórios indígenas.

Nos Estados Unidos encontramos registros de turismo de eventos com a participação de populações nativas desde o início do século XX (NESPER, 2003; GLEACH, 2003), e ainda hoje isso é bastante frequente. Nas Américas Central e do Sul o turismo igualmente atinge vários segmentos indígenas e é muito comum. E, recentemente, estão se tornando os programas de visitação turística em sociedades indígenas amazônicas que promovem tanto o turismo étnico, quanto turismo xamânico e ecoturismo em geral.

Contudo, devemos chamar a atenção que larga parcela do ecoturismo na Amazônia não está fundada no *turismo indígena* (no sentido de ter participação indígena na administração da coisa) e, nesses casos, mesmo se realizado através do rótulo de ecoturismo, as atividades costumam ser prejudiciais às comunidades indígenas no seu entorno. É o caso, por exemplo, de ecoturismo e de pesca esportiva promovidos por empresários em localidades na Amazônia com sérios danos às populações indígenas circundantes. De fato, também casos de hotéis de selva e mesmo enormes resorts que, promovendo ecoturismo, desrespeitam e discriminam modos de vida nativos, territorialidades, o uso tradicional do meio ambiente e seus recursos. Embora se note algumas tentativas governamentais, mesmo das próprias populações indígenas, para a implementação do turismo cultural e ecológico em áreas indígenas com proveito para a população nativa em termos de sustentabilidade, esses planos geralmente não são concluídos com êxito e o que tem mesmo prevalecido é ecoturismo capitalista – termo contraditório e com resultados igualmente contraditórios e com prejuízos para os índios.

Em geral, ainda, qualquer desenvolvimento com base no turismo é visto com desconfiança no Brasil na medida em que: a) a ideolo-

gia nacional é preservacionista da cultura prístina em áreas indígenas; b) o regime tutelar do Estado impede a livre negociação empresarial para a formação de arenas turísticas indígenas; c) há nas arenas formadas por índios de aldeias aculturadas uma contradição entre o turista ansioso pelo exótico e a promoção de um suposto simulacro do primitivismo.

Neste texto partimos de breves considerações sobre turismo envolvendo populações indígenas no Brasil e avançamos expondo o caso Pataxó, que teve seu turismo recentemente alterado em algumas localidades. Com base nessas mudanças extraídas do caso Pataxó, terminaremos por apontar novas tendências para o desenvolvimento de arenas turísticas entre aquele povo.

## TURISMO E POPULAÇÕES INDÍGENAS NO BRASIL

As imagens construídas no imaginário nacional sobre as populações indígenas, tanto ao longo da colonização quanto na modernidade, fazem desses nativos contrapontos estratégicos para a “civilização”. As terras dessas populações tem sido também alvo de interesses econômicos os mais diversos, dentre os quais destacamos o turismo: atividade esta que tem contado com um crescente interesse indígena. Contudo, o *turismo indígena* ainda carece de regulamentação por parte da Fundação Nacional do Índio (FUNAI), que tem protelado tal demanda uma vez que o indigenismo brasileiro é notoriamente avesso a essa atividade em terras indígenas.

O turismo como alternativa econômica para membros de sociedades indígenas no Brasil se assinala desde o início da década de 1970 através do *turismo indireto* (ASPELIN, 1977), com a comercialização de artefatos em lojas (aeroportos, feiras etc) distantes das aldeias e onde não há uma aproximação do turista com os indígenas. De fato, essa forma de turismo há décadas vem sendo uma alternativa econômica para diversas famílias indígenas.

Outra forma de interação mercantil entre índios e pessoas interessadas em sua cultura é a participação em eventos. Neste caso, os índios se deslocam para cidades onde grandes feiras estão acontecendo e nas quais fazem exposições de sua cultura e história através da venda de cultura material (artesanato), *performance* de danças e cantos e palestras sobre suas vidas, seus hábitos, suas lutas, seus xamanismos etc.

Porém, o turismo para as aldeias indígenas é ainda modesto e de difícil planejamento. O Instituto Brasileiro do Turismo (EMBRATUR) já estabeleceu contatos com a FUNAI e com populações indígenas das regiões Norte e Centro-Oeste do Brasil para averiguar a possibilidade de atividades turísticas para as aldeias indígenas. Apesar dos planos de ecoturismo para o Pantanal ou a Amazônia (neste caso com grande interesse do Programa de Desenvolvimento do Ecoturismo da Amazônia Legal – PROECOTUR), houve uma dificuldade para se levar essas atividades para as áreas indígenas – um tanto pelo desinteresse de indígenas (baseados geralmente no contato de um turismo predatório nas adjacências de suas terras), um tanto pela falta de apoio da FUNAI e um tanto pela dificuldade de acesso às aldeias (na maioria das vezes, só possível através de longa e desconfortável viagem em pequenos barcos ou lanchas), acomodações etc.

Mas, por outro lado, em todas as regiões do Brasil os índios começam cada vez mais a se interessar pelo turismo. E é nas Terras Indígenas Pataxó no litoral do Extremo Sul do estado da Bahia que podemos encontrar um conjunto de experiências turísticas já em curso há 40 anos.

## O TURISMO ENTRE OS PATAXÓ

Pataxó é um grupo falante do Português que, expropriados de suas terras durante momentos de expansão da sociedade Brasileira (ou, muito marcadamente, pela situação da criação do Parque Nacional do Monte Pascoal em 1961), passaram por diásporas e tiveram, depois, que reconquistar seus territórios. Ainda hoje esse povo luta por terras na região e já estão de posse de cerca de dez aldeias espalhadas pelos municípios de Santa Cruz Cabrália, Porto Seguro, Prado e Monte Pascoal. Embora praticamente todas as suas aldeias estejam direta ou indiretamente envolvidas com atividades geradas pelo turismo na região, duas delas têm suas economias movidas, sobretudo, pelo turismo realizado dentro dos seus limites. É sobre estas que vale uma atenção especial.

Barra Velha é tida como a “aldeia-mãe” Pataxó. Trata-se do aldeamento original de índios das etnias Pataxó, Maxacali, Botocudo, Tupiniquim e Camacã em 1861. A reunião destes índios promoveu a composição étnica do atual povo Pataxó. Proibidos de caçar, coletar e ter agricultura devido à criação do citado Parque Nacional, os

Pataxó viveram momentos de extrema carência de meios para sua subsistência. Com a criação de um polo turístico na cidade de Porto Seguro no início da década de 1970, os índios foram informados que a venda de artesanato poderia se transformar numa importante alternativa econômica para eles. Foram ensinados a fazer colares e depois criaram outras peças de modo que constituíram uma importante tradição em peças de madeira, sementes e palha que é hoje a principal fonte monetária para o grupo. De fato, suas atividades agrícolas e pesqueiras são em pequeníssima escala e apenas para o difícil sustento das famílias.

Barra Velha começou a ser visitada por mochileiros muito esporádicos ainda no final dos anos 70, a partir da vila de pescadores de Caraíva que ainda no século XXI permanece um lugar com ruas de areia, sem movimentação de carros ou motos, sem calçamento etc, mas com pousadas para receber principalmente jovens casais atrás de relaxamento. Para chegar a Caraíva é necessário atravessar o rio homônimo de canoa. Ao sul desta vila, numa caminhada de 6 km, se localiza a Terra Indígena Pataxó de Barra Velha, que, com cerca de 3000 habitantes, se estende do Oceano Atlântico ao Monte Pascoal no sentido Leste-Oeste.

Na aldeia, as pessoas podiam ver até a virada para o século XXI os índios confeccionando artesanato na frente de suas casas. Como nem todos viajantes iam até Barra Velha, havia ainda a venda de artesanato em Caraíva por meio de intermediários. Não havia planejamento de turismo para Barra Velha e a maioria dos visitantes que ia ao lugar não sabia da presença indígena. Esta interação com os turistas foi sempre vista pelos indígenas como importante para eles na medida em que forneceu um modo de eles terem um dinheiro para bens básicos como roupas ou mesmo alimentos ou remédios. Muitas vezes, inclusive, as peças artesanais não eram vendidas, mas trocadas por roupas, óculos escuros, biscoitos e outros bens que os turistas tinham à mão.

Se o artesanato Pataxó para comercialização começou a ser confeccionado no início dos anos 70, isso foi devido ao governo federal estar na época facilitando o acesso à região com a inauguração de importantes estradas em 1974, que permitiram o acesso de carros a Porto Seguro e também ao município de Santa Cruz Cabralia – ao norte daquele. Juntamente com a estrada, foram inaugurados, também na localidade de Coroa Vermelha (em Santa Cruz Cabralia), os marcos históricos do Descobrimento e da Primeira Missa celebrada no Brasil.

Desde novembro de 1972, famílias indígenas iniciaram um processo de mudança de Barra Velha para esta localidade, onde se estabeleceram visando inclusive o desenvolvimento de atividade comercial junto ao turismo que se anunciava. De fato, Coroa Vermelha foi crescendo demograficamente durante os anos 70 e 80, seguindo o ritmo imposto pelo crescente turismo direcionado a Porto Seguro, o qual teve seu grande boom no início dos anos 80. Trata-se de um turismo recreativo e histórico. Recreativo pelas belíssimas praias e pela curtição de uma *baianidade* expressa nos ritmos musicais e danças sensuais. Histórico pela visitação aos vários prédios coloniais e ao sítio do Descobrimento. Vale notar que, apesar da contínua presença Pataxó na região, nunca houve interesse (ideológico inclusive) de promovê-los como atração turística. Os Pataxó sempre figuraram como uma atração casual nos passeios dos turistas.

Assim, se até meados dos anos 70 a região era visitada quase que exclusivamente por *hippies*, durante os anos seguintes houve uma concentração de investimentos no turismo de forma que, em 1996, Porto Seguro contava com uma população de 65.000 indivíduos e era a sétima cidade mais visitada de todo o país, tendo recebido 600.000 turistas. Neste verão, a média diária de pessoas visitando Coroa Vermelha chegava a 700, sendo a grande maioria de brasileiros.

A aldeia de Coroa Vermelha se desenvolveu como um polo turístico. Sua demografia costumava variar muito entre inverno e verão, quando a população dobrava pela chegada de parentes dos índios vindos de outras aldeias para fazer algum dinheiro seguindo a sazonalidade turística. Os indígenas nesta aldeia viviam quase que exclusivamente do artesanato vendido a turistas *charter* ou *de massa* que chegavam geralmente em ônibus de excursão (mas também de carro) como parte de passeio histórico ao lugar do Descobrimento do Brasil ou também como *tour* recreativo na belíssima praia bem provida de várias barracas, que funcionavam como bares e restaurantes. Nesta aldeia, alguns índios ainda mantêm uma forma rústica de artesanato com produtos exclusivos da mata, mas a grande produção de gamelas domina o comércio indígena desde fins dos anos 80, quando começaram a ser feitas não mais com lixas de folhas, mas com máquinas elétricas. No verão de 1998, os índios calculavam uma comercialização de cerca de 35.000 gamelas em Coroa Vermelha e arredores, pois os Pataxó também vendem esse artesanato na beira das estradas, em feiras *hippies* e como ambulantes em praias movimentadas. Por fim, embora esta

seja uma aldeia indígena, muitos pontos de venda de artesanato foram arrendados para comerciantes não-indígenas que vendem uma enorme diversidade de *souvenirs* e outros itens artesanais ou não. Os índios assumiram também o comércio mais amplo e vendem, além de suas peças, muitos itens que não pertencem à sua “tradição”, provocando nos turistas a nítida sensação de pobreza, malandragem e aculturação.

Apesar dessa aparência comercial mista, uma renovação cultural correu de maneira muito mais ampla do que simplesmente para comercialização de peças para turistas, fortalecendo a etnicidade Pataxó no local. De fato, nos passos do artesanato, outras tradições foram atualizadas pelos Pataxó, tais como nomes indígenas, língua, danças e música, pintura corporal e xamanismo.

Essa produção cultural foi muito importante para os Pataxó dessa aldeia que, pelo fato de se constituírem como uma aldeia urbana e comercial, relegavam à aldeia-mãe de Barra Velha a referência a uma vida indígena típica. Em Coroa Vermelha, eles dividiam os espaços sociais com a sociedade brasileira, eram discriminados e muitos de seus jovens evitavam se afirmar como índios nas escolas e nos empregos, desvalorizando seu pertencimento étnico. Mesmo, porém, com a reurbanização desta aldeia para as comemorações dos 500 anos de Brasil no ano 2000, quando passaram a ter seus espaços separados dos não-índios, a localidade de Coroa Vermelha continuou como um lugar de comércio indígena e com muitos problemas interétnicos e com venda de diferentes tipos de produtos concorrentes com os tipicamente indígenas e com arrendamento de lojas comerciais entre outras ações que não contribuíram em nada para um turismo étnico e muito menos para a sustentabilidade do povo Pataxó, pois naquela localidade, os indígenas se mantêm sob o sistema capitalista.

Mas se por mais de vinte anos os Pataxó de Coroa Vermelha limitaram-se a ser atrativos em pontos de venda de artesanato no passeio histórico ao marco do Descobrimento e da Primeira Missa, com o crescimento desta aldeia sua população precisou de terra para agricultura e de madeira para o artesanato. Assim, ocuparam duas faixas de floresta próxima à praia: uma que se destina à agricultura, e outra que seria para preservação ambiental e renovação de seus recursos naturais.

Em abril de 1998, a Terra Indígena da Coroa Vermelha foi demarcada em duas glebas: Praia (contendo área do Descobrimento, residências e comércio indígena) e Mata (contendo as duas florestas ocupadas), sendo que a segunda parcela de floresta, ocupada em 1997,

foi preparada para o desenvolvimento do que os Pataxó chamaram de “ecoturismo”. Criaram a Associação Pataxó de Ecoturismo (ASPECTUR) e fundaram a Reserva Ecológica da Jaqueira no ano de 1999, com o objetivo explicitado de “vivenciar e demonstrar a beleza da nossa cultura e preservar o meio ambiente” e a qual está aberta para visitação de turistas, estudantes e pesquisadores com acompanhamento de guias Pataxó da ASPECTUR.

L a o visitante entra a põe por um portão com instru es sobre a visita o. O visitante pode ver o rio sagrado e caminhar por uma estreita trilha na mata at e o centro da Jaqueira, onde estão as cabanas turísticas – incluindo um museu indígena (quadros e artefatos) e a cabana de comercializa o de artesanato. Há também cabanas de moradia e outra usada para rituais sagrados em um lugar mais reservado. A visita começa com uma palestra sobre a Jaqueira e a história Pataxó. Durante caminhada em outras trilhas na mata, os turistas escutam palestras sobre árvores, replantio, plantas medicinais, armadilhas de caça. Há um campo para jogos intertribais, como futebol, corrida de toras e luta corporal. Há uma escola para o ensino da nova língua (Patxoh ) e ainda outras constru es para o ensino infantil regular. Há uma cabana em exposi o para mostrar como era uma típica moradia indígena na floresta. Os visitantes v o ainda para outra cabana para provar peixe e chá tradicionais. Por fim, há a cabana de rituais públicos, onde eles podem compartilhar alegremente das danças indígenas. E há ainda momentos xamânicos (como sessão com uma rezadeira) e diversão com arco e flecha. Durante a visita o o discurso indígena se remete   busca, entre os mais velhos, por tradi es há muito esquecidas. Finalmente, eles mostram aos turistas o símbolo da Jaqueira: o tronco caído de uma jaqueira aparentemente morta, do qual quatro novas jaqueiras cresceram representando a revitaliza o indígena depois da coloniza o.

Vejo a din mica turística realizada na Jaqueira não como a apresenta o de um simulacro, pois sua autenticidade cultural se processa no próprio  mbito criativo da renova o das tradi es. Ainda, o desenvolvimento turístico sustentável pode muito bem ser esse momento de criatividade, quando o patrim nio cultural indígena   renovado, revigorado e sua identidade fortalecida de forma a configurar um nítido quadro de *etnodesenvolvimento* face ao fen meno específico do turismo. A Jaqueira   agora a arena dos Pataxó de Coroa Vermelha onde novas tradi es construídas através de intenso trabalho de “resgate da cultu-

ra” indígena estão sendo exibidas para turistas através de um projeto de ecoturismo (ou etnoturismo), o qual se compõe por um sistema de ideias e ações para orientar o desenvolvimento sustentável de parcela da comunidade indígena.

Dez anos depois de criada a Jaqueira, nos salta à vista seu sucesso devido ao desenvolvimento, ali, de uma ética de sustentabilidade com relação à natureza e à cultura Pataxó.

O vigor do trabalho de turismo étnico realizado na Jaqueira é tão expressivo que notamos também sua recente difusão para outras aldeias Pataxó. De fato, a Jaqueira recebeu índios de outras aldeias, que ali aprenderam a gerir o turismo naqueles moldes. Assim foi para as aldeias de Imbiriba e Aldeia Velha, que antes eram aldeias agrícolas e que agora contam com uma *performance* turística da indianidade. Ainda, e mais importante, a própria aldeia-mãe de Barra Velha mudou bastante sua relação com o turismo nos últimos 10 anos. Ali os visitantes iam a pé a partir da vila de Caraíva conhecer a vida na aldeia, lá os Pataxó confeccionavam e vendiam seu artesanato. Atualmente, os turistas que visitam a vila de Caraíva, não mais se interessam em ver uma “aldeia de índios aculturados” e, por isso, quase não há mais confecção e venda de artesanato a visitantes. Percebendo a mudança de orientação no turismo na área, os indígenas fizeram uma associação e compraram 16 *buggys*, que utilizam para promover passeios recreativos dos turistas entre as vilas de Caraíva e de Corumbau, um roteiro litorâneo que incide sobre a terra Pataxó controlada pelos indígenas, mas que muitos turistas nem se dão conta de tratar-se de índios. Afóra isso, numa localidade da Terra Indígena de Barra Velha, chamada Porto do Boi, um índio, que também aprendeu na Jaqueira o modelo performático do turismo indígena, implantou com seus familiares uma arena similar para receptivo dos visitantes de Caraíva. Somente aí a cultura indígena tem sido exposta comercialmente. Houve outro projeto de fazer uma arena do tipo na localidade Muriã, por onde os *buggys* passam pela praia em Barra Velha, mas não foi levado adiante. Os indígenas tem se transformado inclusive em empreendedores de diversas ordens, como um antigo cacique vendedor de artesanato que agora tem um *camping* para pessoas de cidades vizinhas, pois há agora uma estrada que vai do Monte Pascoal a Barra Velha sem passar por Caraíva. Além de Nova Coroa, aldeia que se constrói junto à Coroa Vermelha urbana, no contexto do turismo de massa, e onde se faz também uma *performance* para turistas.

Essas cinco novas arenas turísticas Pataxó replicam o modelo da Jaqueira em tudo o que podem: aprendizado de uma língua em construção, nomes indígenas, danças e música, pintura corporal, adornos, explicações sobre meio ambiente e cultura indígena. Há inclusive um projeto de interligar todas essas arenas num roteiro (pacote) turístico da cultura Pataxó.

#### CONCLUSÃO: UM NOVO PADRÃO DE TURISMO PATAXÓ

Ao final dos nos 90 eu costumava estabelecer um paralelo do turismo realizado entre os Pataxó e os Ainu do Japão (GRÜNEWALD, 2001). Se os Pataxó precisavam exibir uma cultura distintiva para se mostrar como índios no cenário brasileiro, os Ainu, para se afirmar como um povo legítimo mas descontínuo com relação aos demais habitantes do território japonês, criaram uma arena turística para exibir seus modos de vida tradicionais. Mas ambos encontravam na produção artesanal um meio de “[...] enfatizar o conteúdo distintivo de sua cultura para turistas” (SJÖBERG, 1993, p. 187) – o que se tornou processo central na reconstrução consciente de suas identidades.

Com os desenvolvimentos recentes no turismo Pataxó, acho que eles não se afastam dessa perspectiva, porém a especializam cada vez mais nas arenas do turismo étnico. Esse movimento de recriar e exibir a turistas tradições que satisfaçam ao imaginário destes acerca de uma indianidade pode ser encontrado em outros lugares do mundo, sendo que em alguns casos, percebe-se, como vimos, até o estabelecimento de empresas indígenas para gerenciar esse turismo. Este é o caso, por exemplo, dos Cherokees (situados no estado americano da Carolina do Norte), os quais, e ao contrário dos Ainu, desempenham uma indianidade para turistas em arenas públicas, mas reservam seu modo de vida longe dos olhares dos turistas.

Os Pataxó parecem cada vez mais se afastar de uma perspectiva tal como a dos Ainu e se aproximar da profissionalização (ou especialização Cherokee), conduzindo as atividades turísticas cada vez mais para longe de sua intimidade e para espaços sociais próprios para o desempenho de uma *indianidade encenada* própria do turismo étnico

Aqui, quero destacar o vigor de um padrão que parece sobressair: o modelo *palco*, onde fica em evidência a encenação de uma indianidade longe da intimidade indígena cotidiana. Percebemos que esse modelo encontrado na arena turística da Jaqueira é de grande sucesso

e tem se difundido para outras aldeias e é o único de sucesso e o que prevalece em termos da promoção do turismo étnico gerenciado pelos próprios índios. Esse modelo, deve-se ressaltar, não é um construto abstrato do pesquisador para fins analíticos, mas uma forma de desenvolvimento turístico configurada na prática pelos próprios atores sociais. Portanto, é um modelo que está se difundindo e se fixando como um padrão performático do turismo étnico Pataxó em arenas preparadas especificamente para tal atividade profissional. Acredito que a *antropologia da performance* pode ainda vir a contribuir para a análise desse modelo que, como no palco do teatro, deve ser enfatizada a criatividade dos atores indígenas envolvidos. Não temos registros acadêmicos minimamente suficientes para envidar esforços no sentido de uma averiguação da sua recorrência entre outras populações indígenas brasileiras de modo a podermos sugerir uma maior generalização do padrão. Muito menos seria nossa intenção propor a sua replicação como um modelo apropriado para o desenvolvimento do turismo sustentável entre povos indígenas.

De qualquer forma, fica a conclusão de que, seja lá em que região for onde se desenvolvam atividades turísticas em terras indígenas, não se deve perder de vista o planejamento de algum padrão de turismo indígena auto-sustentável. Pois, não se deve receber turistas de qualquer maneira, deixando que eles apenas entrem nas aldeias e observem e desfrutem do cotidiano dos indígenas e seus modos inconscientes de ser (costumes, modos de vida). Isso seria um turismo no qual os visitantes sujeitariam os indígenas em tudo, que ali os deixariam entrar apenas para ganhar um dinheiro. O turismo indígena de que falamos é um modelo consciente, que envolve planejamento do que se quer exibir ao turista. Então envolve seleção e até invenção cultural. A cultura e a natureza (no caso do ecoturismo) devem, portanto, ser necessariamente refletidas, manipuladas e ainda negociadas (não especificamente no sentido econômico, mas em variadas perspectivas e tanto internamente quanto com relação aos agentes externos) a fim de se levar a efeito o turismo em terras indígenas.

## REFERÊNCIAS

ASPELIN, Paul L. Anthropological analysis of tourism: indirect tourism and political economy in the case of the Maimainde of Mato Grosso, Brazil. *Annals of Tourism Research*, v. 4, n. 3. p. 135-160, 1977.

BUNTEN, Alexis C.; GARBURN, Nelson. Guest Editorial: current themes in indigenous tourism. *London Journal of Tourism, Sport and Creative Industries*, v. 2, n. 1. p. 2-11, 2009.

COMAROFF, Jonh L.; Jean. *Ethnicity, Inc.* Chicago: the University of Chicago Press, 2009.

GLEACH, Frederic W. Pocahontas at the fair: crafting identities at the 1907 Jamestown exposition. *Ethnohistory*, v. 50, n. 3, p. 419-445, 2003.

GRABURN, Nelson H. H. Tourism: the sacred journey. Hosts and guests: the anthropology of tourism. In: SMITH, V. (Ed.). *Philadelphia: University of Pennsylvania Press*, 1989, p. 21-36.

GRÜNEWALD, Rodrigo de A. *Os índios do descobrimento: tradição e turismo.* Contra Capa: Rio de Janeiro, 2001.

HINCH, Tom; BUTLER, Richard. Indigenous tourism: a common ground for discussion. In: BUTLER, R; HINCH, T. (Ed.). *Tourism and indigenous peoples.* London: International Thomson Press, 1996. p. 3-19.

NASH, Dennison. Tourism as a form of imperialism. Hosts and guests: the anthropology of tourism. In: SMITH, V. (Ed.). *Philadelphia: University of Pennsylvania Press*, (second edition), 1989. p. 37-52.

NASH, Dennison. *Anthropology of tourism.* Kidlington: Pergamon, 1996.

NESPER, Larry. Simulating culture. Being Indian for tourists in Lac du Flambeau's Wa-Swa-Gon Indian bowl. *Ethnohistory*, v. 50, n. 3, p. 447-472, 2003.

SJÖBERG, Katarina. *The return of the Ainu: cultural mobilization and the practice of ethnicity in Japan.* Chur: Harwood Academic Publishers, 1993.

PARTE II

Relatos de experiências de  
turismo comunitário na  
Amazônia



## A experiência da Comunidade Bela Vista do Jaraqui (Manaus-AM)

*Francisco Carlos Borges de Souza*<sup>33</sup>

**Foto 1:** Comunidade Bela Vista do Jaraqui.



Fonte: Costa Novo (2013).

- **Localização:** A comunidade Bela Vista do Jaraqui está localizada na margem esquerda do rio Negro no Parque Estadual Rio Negro – Setor Sul.
- **Número de famílias:** Hoje a comunidade possui 94 famílias, sendo 14 famílias do povo indígena Munduruku.
- **Número de pessoas:** Totalizando 349 pessoas entre adultos e crianças.
- **Número de famílias envolvidas com o turismo:** São 10 famílias aproximadamente envolvidas na atividade de turismo comunitário.
- **Acesso:** O acesso a Comunidade Bela Vista do Jaraqui é via barco e lancha. Dura em média 1h30 de barco e 40min de lancha no motor 40 HP. Saindo da praia do Açutuba leva 15min.

<sup>33</sup> Presidente da Comunidade Bela Vista do Jaraqui. [pebafopec@hotmail.com](mailto:pebafopec@hotmail.com).

## CONTEXTO HISTÓRICO DO TURISMO NA COMUNIDADE

Em 2001, Decreto No. 16.497 de Abril e 1995 cria o Parque Estadual do Rio Negro, sem respeitar as comunidades já existentes no seu perímetro. A única atividade legalmente permitida é o Turismo, o qual já vinha sendo praticado de maneira desordenada e sem retorno financeiro para a comunidade. Ele adentrou a comunidade, principalmente, por barcos regionais que buscavam a beleza cênica do lugar.

Segundo os líderes da comunidade Bela Vista do Jaraqui já aconteceram algumas ações relacionadas ao turismo como: o Inventário Turístico realizado em 2003 por alunos do curso de Turismo de uma universidade particular de Manaus e uma Oficina de Sensibilização para o Turismo realizada pelo SEBRAE-AM. Em 2006 foi realizada o Roteiro Turístico para Visitação no Parque Estadual Rio Negro – Setor Sul organizado pela Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SDS) e, mais recentemente, em 2011, uma Oficina de Planejamento do Turismo de Base Comunitária na Comunidade Bela Vista do Jaraqui coordenado pelo Instituto de Pesquisas Ecológicas (IPÊ).

A Lei Estadual No 4.015 de 24 de março de 2014 alterou os limites do Parque Estadual do Rio Negro Setor Sul e criou a Reserva de Desenvolvimento Sustentável Puranga Conquista e isso possibilita a realização de outras atividades em nossos territórios.

## PLANEJAMENTO DO TURISMO NA COMUNIDADE

Em 2006 a comunidade quase vencida adormeceu até o ano de 2010 com iniciativas próprias.

Encontramos nas instituições: Universidade do Estado do Amazonas (UEA), Instituto de Pesquisas Ecológicas (IPE), SDS/CEUC, Fundação Vitória Amazônia (FVA), ICMBio, AmazonasTur, Nimuendaju.

Chegamos a Central de Serviços de Turismo de Base Comunitária, em 2011.

Vitórias e Aprendizagens

Próximo Passo: Descobrir ações que possibilitem alcançar as Políticas Públicas para o fomento da atividade.

Os benefícios estão sendo alcançados com a implantação da Central de Turismo Comunitário da Amazônia.

## ATIVIDADES TURÍSTICAS OFERECIDAS PELA COMUNIDADE

- Artesanato;
- Balas e compotas na comunidade;
- Caminhada em trilha (a pé ou de canoa);
- Focagem de jacaré;
- Cachoeira;
- Hospedagem na casa de morador;
- Acompanhamento na floresta;
- Culinária regional.

## PRINCIPAIS IMPACTOS ADVINDOS DO TURISMO

- Favoráveis
  - Intercâmbio de experiências;
  - Recursos financeiros;
- Desfavoráveis
  - A existência ainda do “turismo desordenado”;
  - “Turismo de prostituição”.

## PARCEIROS DA COMUNIDADE

- Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
- Empresa Estadual de Turismo do Amazonas
- Instituto de Pesquisas Ecológicas
- Ong Nimuendaju.
- Universidade do Estado do Amazonas

## CONTATOS

pebafopec@hotmail.com

(92) 9479-3335

[www.amazoniacomunitaria.org/roteirotucorin](http://www.amazoniacomunitaria.org/roteirotucorin)



## Turismo Comunitário (Tucorin) – Baixo Rio Negro na Comunidade São João do Tupé (Manaus-AM)

*Nidoval Souza dos Santos*

**Foto 1:** Comunidade São João do Tupé.



Fonte: Ivan Bursztyn.

- Localização: Comunidade São João do Tupe (RDS Tupé) Município Manaus/AM.
- Número de famílias: 64
- Número de pessoas: 256
- Número de famílias envolvidas com o turismo: 30
- Acesso: Fluvial lancha e barcos regionais.
- Quantas horas de Manaus: lancha 30 minutos Marina do David (Ponta Negra), 50 minutos do Centro.
- Barco regional 1h da Marina do David e 2h do Centro de Manaus.

## CONTEXTO HISTÓRICO DO TURISMO NA COMUNIDADE

O turismo entrou em nossa comunidade na década de 80, um empresário que frequentava as beiras do rio negro conversando com o Sr. Jaumir Magalhães morador da comunidade dizendo que aquela praia limpa poderia gerar renda, então o Jaumir começou a limpar a praia em pouco tempo ficou uma linda praia que outros começaram a frequentar. Logo o Sr. Jaumir fez algumas barracas e frequência dos barcos e lanchas aumentaram e ficou como está hoje.

## PLANEJAMENTO DO TURISMO NA COMUNIDADE

A partir de 2003 os exploradores da praia começaram a se organizar com a criação da associação dos barraqueiros, com a Judá da SEMMAS, depois a direção da associação dos moradores sentindo a necessidade de se organizar para explorar o turismo pediu ajuda do professor Claudio Costa, Edsa Nasara, Simone e outros que na época estavam no projeto bio Tupe foi quando eles escreveram o projeto de turismo com base comunitária e que a próprio comunidade viesse a gerir, logo começou as capacitação, oficinas, em 2008 em parceria com a ONG Nimuendaju, UEA, UFAM, ADEST, ABAP, recebemos um número maior de capacitação e começamos a receber os grupos de turistas de diversas localidades do mundo, do Brasil, de Manaus e os estudantes de Turismo das diversas universidades.

## ATIVIDADES TURÍSTICAS OFERECIDAS PELA COMUNIDADE

- Transporte;
- Souvenir na comunidade;
- Café regional
- Caminhada na trilha;
- Trilha aquática com Visita ao tanque rede;
- Almoço Tambaqui Curumim (criação própria);
- Apresentação de ritual Indígena do Povo Desana.

## PRINCIPAIS IMPACTOS ADVINDOS DO TURISMO

- Favoráveis
  - Organização e preservação ambiental;
  - Geração de trabalho e renda;
  - Garantia de melhoria da qualidade de vida das famílias.
  - Desenvolvimento sócioeconômico e dos atrativos do local;
  - Valorização do etnoconhecimento;
  - Participação comunitária.
- Desfavoráveis
  - Tempo de frequência muito longo;
  - O distanciamento do poder público municipal e estadual.

## PARCEIROS DA COMUNIDADE

- Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Sustentabilidade
- Projeto Bio-Tupé
- Organização Não-governamental Nimuendaju
- Instituto de Pesquisas Ecológicas
- Universidade Federal do Amazonas
- Universidade do Estado do Amazonas

## CONTATOS

doval.fopec@hotmail.com

ssnidoval@gmail.com

(92) 9184-8799 e (92) 8836-9384 Nidoval Santos

[www.amazoniacomunitaria.org/roteirotucorin](http://www.amazoniacomunitaria.org/roteirotucorin)



# A experiência da Comunidade Indígena Nova Esperança no Rio Cuieiras (Manaus-AM)

*Joarlisson Garrido Melo*

**Foto 1:** Comunidade indígena Nova Esperança (rio Cuieiras).



Fonte: IPÊ.

## CARACTERIZAÇÃO DA COMUNIDADE

- Localização: Nova Esperança está localizada a margem esquerda do rio Cuieiras um dos afluentes do rio Negro (Manaus/AM).
- Número de famílias: Hoje a comunidade possui 22 famílias.
- Número de pessoas: Totalizando 109 pessoas entre adultos e crianças.
- Número de famílias envolvidas com o turismo: São 08 famílias envolvidas na atividade de turismo comunitário.
- Acesso: O acesso a Comunidade Indígena Nova Esperança acontece por meio de barco e lancha, durando em média cinco horas de barco e uma hora e meia de lancha no motor 40 HP.

O povo Baré habitava a região do baixo rio Negro, deslocou-se para o Médio e Alto rio Negro na época da colonização. A população da comunidade Nova Esperança vivia em sítios na ilha da Maricota (10 km do município de Santa Isabel do rio Negro). Em 1990, migraram de lá para a região do rio Cuieiras, pois o povo Baré não tinha a devida assistência a saúde, educação nem mesmo por parte do município. Portanto, deslocaram-se em busca de melhores condições de saúde, educação e qualidade de vida. E foi escolhida uma região próximo a Manaus por ter o melhor amparo das instituições governamentais e não governamentais como ONGS, FUNAI, FUNASA e e outras organizações. E também pelo processo de reconhecimento dos direitos indígenas que estavam acontecendo.

O povo Baré ainda mantém suas práticas culturais como danças, costumes, jogos, comidas tradicionais. Trabalham em mutirões-ayurí e dividem os alimentos como é o seu costume. Ainda há pessoas na comunidade falantes do nheengatu.

O turismo chegou na comunidade no ano de 2005, por meio de uma demanda de alternativa de renda da venda exclusiva de artesanato. Onde barcos de Manaus como: Iberostar e Vitória Amazônica traziam turistas para conhecer a comunidade e comprar artesanato.

Motivados por trabalhar um turismo mais inclusivo e justo, em 2010, a comunidade resolveu se mobilizar e procurar ajuda para um melhor entendimento desta atividade. Por meio do Instituto de Pesquisas Ecológicas começaram a receber oficinas de sensibilização para turismo em Unidade de Conservação e turismo comunitário.

Os comunitários já entendendo melhor sobre turismo em comunidade começaram a vislumbrar a possibilidade da melhoria dos serviços turísticos na comunidade como uma forma de diversificar a experiência do visitante. Isso seria possível por meio de atividades como: trilhas, farinhada, oficina de artesanato e canoagem. Convivendo assim, mais tempo na comunidade através de uma experiência de valorização da cultura e de divisão mais justa de benefícios.

No ano de 2011 foram realizadas oficinas de capacitação para as pessoas interessadas em trabalhar com turismo na comunidade além de um planejamento participativo sobre os serviços e produtos turísticos potenciais para esta atividade na comunidade. A comunidade passou a

oferecer estadia de um a três dias de convivência com os turistas, com mais diversidade de atividades e serviços turísticos.

Em 2012, a comunidade passou a fazer parte do Roteiro TUCORIN Turismo Comunitário no Rio Negro. Onde uma parceria com a Central de Turismo Comunitário da Amazônia foi firmada como importante meio de divulgação do turismo comunitário em Nova Esperança, que se faz por meio de uma página na internet: [www.amazoniacomunitaria.org](http://www.amazoniacomunitaria.org)

## PLANEJAMENTO DO TURISMO NA COMUNIDADE

Foi realizado em 2011 um planejamento participativo com os comunitários mediado por técnicos do Instituto de Pesquisas Ecológicas com oficinas sobre Turismo, organização comunitária, artesanato, alimentos e bebidas, como receber visitantes e também foram realizados intercâmbios em outras iniciativas que já trabalham com turismo: Projeto Saúde Alegria (Santarém-PA) e Almerinda Malaquias (Novo Airão-AM). Além de fazer parte de um Fórum de discussão no estado do Amazonas sobre turismo comunitário no Rio Negro.

A gestão das atividades é realizada por um grupo dentro da comunidade que está diretamente ligado como os serviços oferecidos para os turistas.

## ATIVIDADES TURÍSTICAS OFERECIDAS PELA COMUNIDADE

- Canoagem;
- Trilhas terrestres e aquáticas;
- Farinhada;
- Oficina de artesanato;
- Jogo de futebol com a comunidade;
- Almoço comunitário;
- Banho de rio no pôr do sol;
- Conversas com os moradores da comunidade.

## PRINCIPAIS IMPACTOS ADVINDOS DO TURISMO

- Favoráveis

- Reconhecimento da comunidade pela sociedade e governo;
- Maior preocupação com a conservação do meio ambiente;
- Melhor divisão de renda nas famílias da comunidade;
- Melhoria na organização comunitária;
- Melhoria de infraestrutura de apoio ao turista com: barracão comunitário, posto de saúde, restaurante comunitário, espaço de exposição de artesanato e construção de um espaço para receber visitantes.

- Desfavoráveis
  - Lixo;
  - A possibilidade de substituição das atividades cotidianas, por atividades turísticas.

## PARCEIROS DA COMUNIDADE

Instituto de Pesquisas Ecológicas (IPÊ) com o Projeto turismo comunitário.

ICEI Central de Turismo Comunitário da Amazônia.

Centro Estadual de Unidades de Conservação do Estado (CEUC).

Fundação Nacional do Índio (FUNAI).

## CONTATOS

joarlisongarrido@bol.com.br

(92) 9129-5813 Joarlisson Garrido

[www.amazoniacomunitaria.org/roteirotucorin](http://www.amazoniacomunitaria.org/roteirotucorin)

## A experiência do Povo Tenharin Terra Indígena Marmelos com o turismo (Humaitá-AM)

*Zelito Tenharin  
Jurandir Tenharin*

### CONTEXTUALIZAÇÃO

A Terra Indígena Tenharin está localizada na BR 230 Transamazônica, entre os municípios de Humaitá e Manicoré, ao sul do Estado do Amazonas. Possui aproximadamente 400 famílias, totalizando 1.600 pessoas.

Partindo de Manaus o acesso se dá por via fluvial através do Rio Madeira até o Distrito de Auxiliadora. Nesse percurso contabiliza-se, pelo menos, três dias e meio de Manaus até a T.I. Tenharin do Marmelos, onde as atividades turísticas são realizadas.

O povo se auto denomina Kawahiwa, pertencente à família linguística Tupi Guarani e possui uma forma de organização social própria que indica a cada indivíduo Tenharin ou Kawahiwa o seu lugar, suas possibilidades de casamento, moradia e descendências dos filhos, ou seja, a organização social e cosmológica.

Obedecendo esta organização encontramos um sistema de metades exogâmicas: Mutum-Nanguera e Kawandu-Tarawe. Na primeira, a Mutum (também “mutum” em português, nome incorporado em português para a ave), associa-se a palavra Nanguera, que não refere a nenhuma ave, significando, segundo o povo Tenharin, algo do passado. Na segunda, a Kwandu (gavião-real), associa-se a palavra Tarawe, que significa maracanã, a ave.

No contexto atual vivem agrupados em 13 comunidades e, apesar, das influências de outros povos, mantêm preservadas as suas tradições e língua, que são externas nas suas relações sociais, demonstrando a história, trajetória e identidade do povo. É válido assinalar que os Tenharin tem escrito a sua história com objetividade e determinação, fazendo com que sejam reconhecidos pelo modo de atuação organizado e direto, traçando metas para obter alternativas econômicas e sociais que garantam a subsistência sem prejudicar a natureza e, acima de tudo, preservando suas tradições.

Em termos de atividades de subsistência, o povo Tenharin tem como principal fonte a comercialização de produtos agroextrativistas como a castanha, a copaíba e a farinha de mandioca, escoados pela Transamazônica para as sedes dos municípios mais próximos.

A abertura da BR 230 em seu território e a possibilidade de seu asfaltamento tem provocado nos Tenharin do Rio Marmelos profundas inquietações, levando-os a se posicionarem e a lutarem em torno da implementação de um modelo de desenvolvimento próprio expressando sua resistência para não apenas aceitar o modelo de desenvolvimento regional em vigor que causou e causa muitos impactos desastrosos ao modo de vida indígena. A conservação do meio ambiente, ou melhor, o uso sustentável visando a geração de trabalho e renda, tem sido o modelo de desenvolvimento procurado pelos Tenharim e esse modelo tem sido considerado por eles como uma forma de manter vivas suas tradições e costumes.

Em 2000 foi constatado que a T.I. Marmelos estava sendo usada indevidamente por terceiros para a realização de atividades turísticas, o que gerou, por parte dos Tenharin, uma mobilização para coibir essa prática, sendo solicitada uma ação da Polícia Federal para expulsar os intrusos.

No mês de abril de 2001 foi realizada uma Assembleia Geral para discutir a legalização das atividades turísticas, desta vez pelos donos da terra. No ano de 2002, o Ministério Público Federal aprovou a solicitação de legalização das atividades turísticas na T.I Tenharin do Marmelos com gestão do próprio povo. Assim, a primeira atividade turística conduzida pelo povo Tenharin realizou-se na segunda quinzena do mês de Junho de 2005 com a participação de grupos de turistas de diversos lugares do mundo.

#### AS ATIVIDADES TURÍSTICAS

Na T.I. Marmelos está sendo desenvolvida a modalidade de Pesca Esportiva Fotográfica Pesque & Solte, praticada no rio Marmelos, afluente da margem esquerda do rio Madeira. Esse rio apresenta grande potencial para a prática da pesca esportiva, além de ser navegável em toda sua totalidade, possuindo cachoeira em pontos isolados de seu curso. O rio Marmelos é para os Tenharim Kagwahiva um rio sagrado, pois dele se manifestam várias histórias que originalmente definem o povo.

Essa modalidade de ecoturismo teve início na T.I. Marmelos em 16 de agosto de 2005, por meio da Portaria 392/PRES onde a Associação do Povo Indígena Tenharin Morogitá (APITEM) e a empresa Liga de Eco Pousadas da Amazônia Ltda. estabeleceram as diretrizes para a consolidação da atividade de Pesca Esportiva Fotográfica Pesque & Solte na T.I. Marmelos. Desde então, a atividade é realizada no período da vazante que ocorre entre os meses de julho e outubro e o principal peixe é o tucunaré, beneficiando 11 comunidades da terra indígena.

O desenvolvimento desta prática turística, assim como outras desta natureza, destaca pontos positivos e negativos. Dentre os pontos positivos podem ser destacados a obtenção de recursos financeiros com os quais é possível fiscalizar a T.I.; a preservação do meio ambiente; a estruturação de moradias nas comunidades; reformas do posto de saúde e da escola comunitários; aquisição de veículos; aquisição de motores geradores e eletricidade na comunidade; a construção de casa de reuniões para o fortalecimento político e da casa de trânsito por meio da qual é possível acolher os parentes indígenas; repasse de recursos em conformidade com os acordos pré-estabelecidos; recursos depositados diretamente na conta das comunidades demonstrando transparência e assegurando que o benefício seja direto.

O turismo praticado na modalidade de pesca esportiva foi escolhido por ser uma das alternativas econômicas disposta ao potencial da região. Entretanto, a sua implementação se deu com severa precaução por parte das lideranças Tenharin que foram preparadas ao longo de todo o processo e isto lhes permitiu um acompanhamento e envolvimento participativo. Entende-se que os ganhos são significativos para todas as comunidades da TI Tenharin do Marmelos, há, entretanto alguns pontos a serem trabalhados para que a atividade seja de fato sustentável, dentre as quais, destaca-se a formação continuada de guias indígenas em diversas áreas, o estabelecimento de estratégias de trabalho a longo prazo e a conclusão do relatório de impacto ambiental realizado pelo IBAMA.

É importante destacar que as ações em torno dessa atividade compreendem uma demanda apoiada pelos Tenharin que, em consenso, votam pela manutenção da mesma. No contexto atual, busca-se a celebração de novos acordos de cooperação com empresas

que atuam no segmento de pesca esportiva, que garantam repasses de recursos decorrentes da operacionalização de grupos de turistas que ingressem no Rio Marmelos na temporada anual de pesca esportiva. Além disso, a empresa deve se comprometer a elaborar relatórios técnicos do acordo da atividade de pesca esportiva durante a vigência do programa.

## PARTE III

# Contribuições das organizações sociais e governamentais para o turismo comunitário

Foto: Barco do Projeto Saúde Alegria em Santarém (PA).



Autor: Sérgio Amaral, 2010.



# Turismo de Base Comunitária: a experiência do Instituto de Pesquisas Ecológicas (IPÊ) na Região do Baixo Rio Negro

*Nailza Pereira Porto*<sup>34</sup>  
*Marco Antônio Vaz de Lima*<sup>35</sup>

## HISTÓRICO INSTITUCIONAL

Criado em 1992, o Instituto de Pesquisas Ecológicas (IPÊ) tem como sua missão institucional desenvolver e disseminar modelos inovadores de conservação da biodiversidade que promovam benefícios sócio-econômicos por meio de ciência, educação e negócios sustentáveis.

Trabalhando a vinte anos para a conservação da biodiversidade, tornou-se uma das maiores ONG's socioambientais do Brasil. Desenvolve cerca de 40 projetos de conservação e desenvolvimento socioambiental, em diferentes locais do Brasil: Ariri (PR), Pontal do Paranapanema(SP), Nazaré Paulista(SP) aonde está localizada a sede do IPÊ, Região do Baixo Rio Negro (AM) e Pantanal (MS).

O IPÊ atua com pesquisa de espécies ameaçadas, educação ambiental - buscando harmonizar as relações dos seres humanos e natureza - restauração de *habitats*, extensionismo rural, ecoturismo com base comunitária e geração de renda por meio de práticas sustentáveis. A figura 1 apresenta o “modelo IPÊ de conservação da biodiversidade”, desenvolvido a partir das experiências adquiridas pelos pesquisadores do Instituto.

---

34 Turismóloga. Mestranda do Programa de Gestão de Áreas Protegidas da Amazônia do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA). Especialista em Gestão Ambiental e Desenvolvimento Sustentável. Atualmente é coordenadora de projeto de turismo do Instituto de Pesquisas Ecológicas. [nailza@ipe.org.br](mailto:nailza@ipe.org.br).

35 Tecnólogo Florestal. Coordenador de Projetos no Instituto de Pesquisas Ecológicas. [marcoantonio@ipe.org.br](mailto:marcoantonio@ipe.org.br).

**Figura 1:** Modelo IPÊ de Conservação da Biodiversidade.



Fonte: Baseado em Valladares-Padua; Cullen Jr.; Padua, Martins e Lima (2002).

Se no início de suas atividades o foco do IPÊ era trabalhar na pesquisa com espécies ameaçadas de extinção, com o passar dos anos os projetos passaram a incorporar os programas de educação ambiental. Como resposta às novas demandas geradas pelos trabalhos de educação ambiental realizado junto às populações pouco privilegiadas residentes em áreas prioritárias à conservação, criou-se, em 2003, a Unidade de Negócios Sustentáveis cujo objetivo é desenvolver programas de geração de renda em parceria com estas comunidades. Os principais beneficiários dos projetos de geração de renda são as comunidades localizadas nas áreas de alta prioridade para conservação ambiental em que o IPE desenvolve suas pesquisas científicas.

### O IPÊ NA AMAZÔNIA

Desde 2002 o IPÊ desenvolve projetos no Mosaico do Baixo Rio Negro, no estado do Amazonas, região que apresenta rica biodiversidade e considerável sociodiversidade, e está inserido no Corredor Central da Amazônia e na Reserva da Biosfera da Amazônia Central, maior área de proteção ambiental contínua do mundo.

Esta área abrange os municípios de Manaus, Iranduba, Manacapuru, Novo Airão, Barcelos e Presidente Figueiredo e é composta



se denotar uma forte dependência em suas atividades cotidianas: agricultura, extrativismo, caça e pesca.

No entanto, nas últimas décadas verifica-se a prática de atividades como exploração madeireira e comercialização de caça que, embora desenvolvidas em baixa escala, geram impacto na paisagem e na biodiversidade local. Apesar disto, as comunidades percebem que uma convivência mais harmônica com o ambiente, poderia criar maiores condições de permanência no local e face a esta situação, vêm buscando parcerias e apoio para a implementação de iniciativas sustentáveis de uso dos recursos naturais.

A atuação do IPÊ na região tem como objetivo aliar a conservação da biodiversidade à qualidade de vida das populações locais e valorização deste conhecimento, por meio do fortalecimento destas organizações, fortalecendo as cadeias produtivas da sociobiodiversidade e o turismo de base comunitária (TBC), com foco na geração de renda e com perspectiva de gênero, educação ambiental e conservação de espécies ameaçadas de fauna.

Os projetos desenvolvidos pela instituição são:

- Turismo de Base Comunitária
- Sociobiodiversidade
- Mosaico de Áreas Protegidas do Baixo Rio Negro
- Conservação do peixe-boi da Amazônia (*Trichechus inunguis*)
- Conservação do sauim de coleira (*saguinus bicolor*) e
- Educação Ambiental.

#### O PROJETO TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA

Tem como objetivo contribuir para a conservação socioambiental da região do baixo Rio Negro (AM) através do apoio ao ordenamento do turismo de base comunitária. Atua nas comunidades com iniciativas comunitárias nesta região, baseando-se nas boas práticas do turismo em unidades de conservação.

**PÚBLICO-ALVO ATENDIDO:** Comunidades ribeirinhas e indígenas do Rio Cuieiras e margem esquerda do Rio Negro – área rural de Manaus.

## DESCRIÇÃO DE ALGUMAS AÇÕES:

- Capacitação em Turismo nas Unidades de Conservação;
- Capacitação em trilhas e boas práticas em ferramentas de interpretação ambiental.
- Planejamento do turismo de base comunitária, por meio do Roteiro TUCORIN- Turismo Comunitário do Rio Negro.
- Realização de intercâmbios entre iniciativas comunitárias com experiência em turismo de base comunitária.
- Coordenação do Fórum de Turismo de Base Comunitária do baixo Rio Negro.
- Monitoramento do fluxo de visitantes na região do baixo Rio Negro.

## RESULTADOS ESPERADOS

Consolidar uma iniciativa de turismo de base comunitária na região do baixo Rio Negro. E a possibilidade de replicar esta metodologia nas comunidades ribeirinhas do Amazonas. O que poderá encorajar outras iniciativas comunitárias a desenvolver turismo de base comunitária em outras regiões do Estado.

## O TURISMO NA REGIÃO DO BAIXO RIO NEGRO

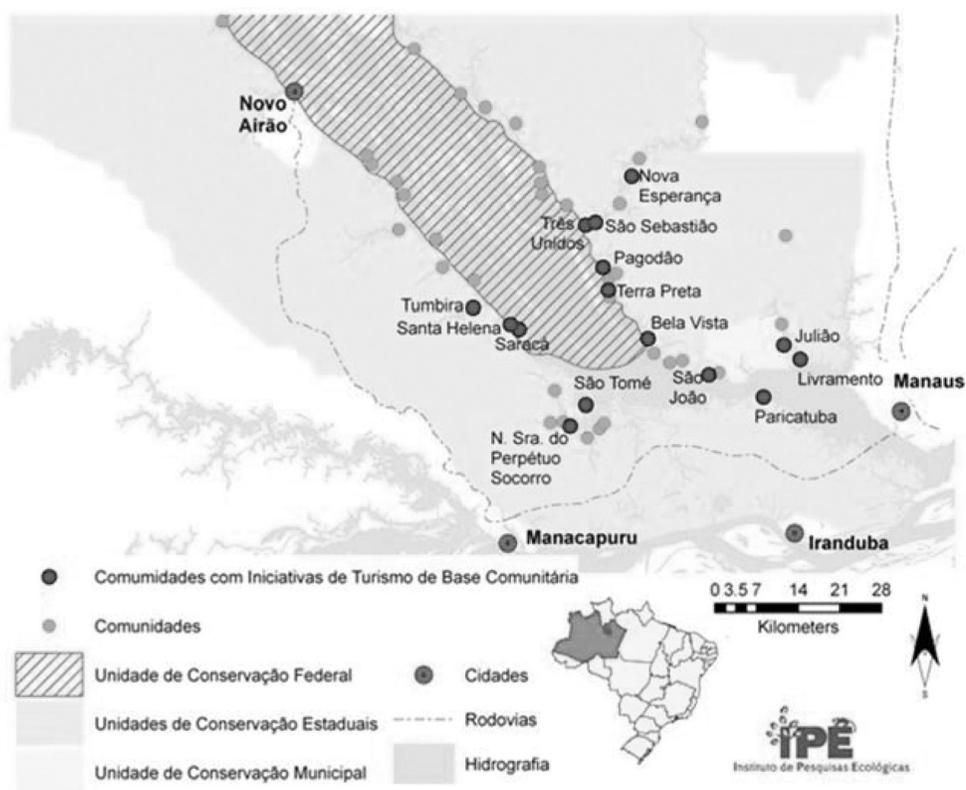
A região do entorno do Parque Nacional de Anavilhanas, principalmente a região sul, vem se firmando nos últimos anos como importante polo turístico, devido às belezas naturais e proximidade da cidade de Manaus, o que permite um rápido deslocamento dos turistas e estabelecimento de hotéis de selva. No entanto, o envolvimento das comunidades locais na atividade turística, dentro deste modelo instalado é ínfimo e a repartição de benefícios gerados está concentrada nas agências e hotéis.

Atualmente o turismo embarcado é o mais frequente na região, onde as agências vendem pacotes fechados e os benefícios das comunidades locais restringem-se a comercialização de artesanato e apresentação de rituais indígenas. No entanto, uma série de iniciativas familiares e comunitárias direcionadas à recepção, hospedagem, alimentação e oferta de atrativos aos turistas e visitantes nas comunidades mais próximas à cidade de Manaus vêm se desenvolvendo. Além destes

serviços, destacam-se os produtos da sociobiodiversidade<sup>36</sup>, da região como: artesanato com sementes, fibras vegetais e reaproveitamento de madeira; e a culinária local, com a farinha, tapioca, peixe e doces de frutas regionais. Tais produtos podem ser destinados ao mercado do turismo, uma vez que há dificuldade no escoamento e acesso a outros mercados, constituindo em mais uma oportunidade de geração de renda e valorização da cultura local vinculada a esta atividade.

O mapa abaixo mostra o mapeamento das iniciativas existentes no entorno Sul do Parque Nacional de Anavilhanas, que abrange três municípios – Manaus, Iranduba e Novo Airão, como apresenta a figura abaixo:

**Figura 3:** Mapa das iniciativas de TBC.



Fonte: Ipê (2012).

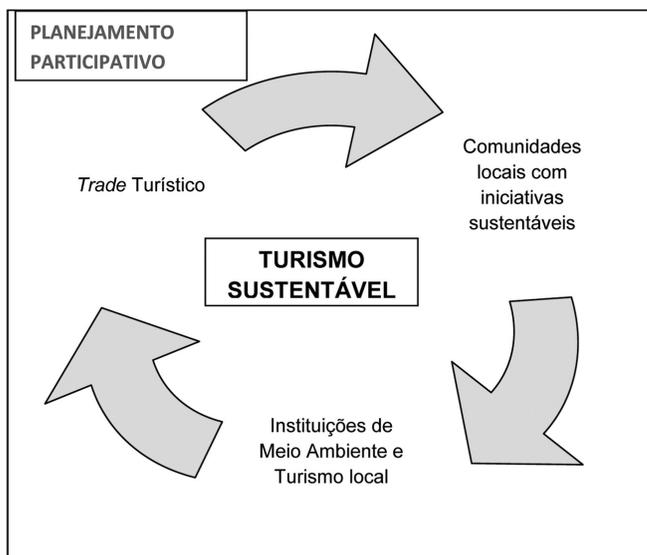
36 “Bens e serviços (produtos finais, matérias primas ou benefícios) gerados a partir de recursos da biodiversidade, voltados à formação de cadeias produtivas de interesse de povos e comunidades tradicionais e de agricultores familiares, que promovam a manutenção e valorização de suas práticas e saberes, e assegurem os direitos decorrentes, gerando renda e promovendo a melhoria de sua qualidade de vida e do ambiente em que vivem” (Plano Nacional de Promoção das Cadeias de Produtos da Sociobiodiversidade - MDA/MMA/MDS).

Ao longo das últimas décadas, os envolvidos na atividade do turismo tiveram muitas dificuldades para interagir, o que levou a práticas isoladas. O IPÊ começou a promover diálogos entre os diferentes setores e membros das comunidades regionais, em 2002, com o intuito de redirecionar este quadro para uma atividade mais sustentável. Algumas oficinas foram realizadas para o ordenamento da atividade turística no baixo Rio Negro no Estado do Amazonas, tornando-a mais sustentável por envolver representantes dos segmentos sociais, incluindo comunidades, guias, donos de barcos, operadores, ONGs e entidades governamentais de turismo e meio ambiente, universidades e também por ampliar o conhecimento destes protagonistas em relação à biodiversidade local. Percebeu-se a melhoria das habilidades de interpretação ambiental, que ampliou o conhecimento dos guias e os níveis de empenho, além de iniciativas comunitárias para desenvolver produtos sustentáveis.

O IPÊ parte do pressuposto que os temas turismo e meio ambiente no baixo Rio Negro, como em muitos outros lugares, precisam ser trabalhados de maneira integrada: o êxito do turismo depende de um meio ambiente conservado onde fundos derivados desta atividade econômica devam ser aplicados tanto para a conservação como também para promover benefícios diretos para as comunidades locais. A atividade turística de base comunitária consiste em uma alternativa sustentável de incremento de renda, fortalecimento de cultura e conservação ambiental para a população da região.

Considerando o contexto apresentado do turismo, os principais resultados esperados visam fortalecer e valorizar as iniciativas de turismo de base comunitária do baixo Rio Negro, promovendo o empoderamento, a repartição de benefícios e a valorização da sociobiodiversidade local. Por meio da consolidação do roteiro TUCORIN (Turismo Comunitário no Rio Negro). Divulgado pela iniciativa do ICEI-Brasil através do site [www.amazoniacomunitaria.org](http://www.amazoniacomunitaria.org) e o site [www.ipe.org.br](http://www.ipe.org.br).

**Figura 4:** Ilustra um ciclo de relação entre os protagonistas da atividade turística com planejamento participativo.



Fonte: Ipê (2011).

**Foto 1:** Oficina de criação do Fórum de Turismo de Base Comunitária do Rio Negro.



Acervo: IPÊ (2011).

**Foto 2:** Frente da comunidade Nova Esperança do Rio Cuieiras.



Acervo: IPÊ (2011).

**Foto 3:** Comunidade Nova Esperança do Rio Cuieiras, local de exposição de artesanato.



Acervo: IPÊ (2011).

**Foto 4:** Comunitários recebendo grupo de turistas no Roteiro Tucorin



Acervo: IPÊ (2011).

**Foto 5:** Comunitários recebendo grupo de turistas no Roteiro Tucorin



Acervo: IPÊ (2011).



## O lugar do turismo de Base Comunitária na Legislação, nas políticas públicas e no mercado, a partir da experiência do Projeto Saúde & Alegria

*Davide Pompermaier<sup>37</sup>*

**R**eceber visitantes já fazia parte da rotina do Projeto Saúde e Alegria (PSA) e de algumas de suas comunidades parceiras, desde o início de suas atividades em 1987, com a prática constante de receber parceiros e financiadores para viagens de trabalho.

Desde 2002, o PSA desenvolve ações de turismo de base comunitária e, desde 2008, com apoio do Núcleo Oikos, do Ministério do Turismo e da Cooperação para o desenvolvimento do Governo Alemão, implantou um programa demonstrativo com 04 comunidades, que se concretizou em um roteiro de barco de 05 cinco dias de duração, comercializado com frequência mensal, desde julho de 2010. O roteiro inclui visitas e encontros com as quatro comunidades. A viagem é realizada com barcos regionais onde os visitantes dormem em redes e dispõem de banheiros. No barco são produzidas e servidas boa parte das refeições. Em cada uma das quatro comunidades é oferecido um almoço preparado e servido por elas. O PSA, em parceria com uma agência de viagem, se ocupa da promoção, da venda, da logística e do acompanhamento das viagens.

As comunidades são responsáveis pela recepção e condução das visitas. Em cada comunidade, os visitantes pagam uma contribuição por pessoa por dia, com valores variáveis, dependendo das atividades realizadas.

Nas quatro comunidades, com uma população de 226 famílias, 1048 pessoas, estão diretamente envolvidas nas atividades 77 famílias.

Só neste ano de 2012, até novembro, já recebemos 15 grupos, 166 visitantes, 81 brasileiros e 85 estrangeiros; repassamos para as 04 comunidades R\$ 27.703,00.

<sup>37</sup> Coordenador do Programa de Turismo de Base Comunitária do Centro de Estudos Avançados de Promoção Social e Ambiental (CEAPS), PROJETO SAÚDE & ALEGRIA, Santarém, Pará, Brasil. [davide.pompermaier@gmail.com](mailto:davide.pompermaier@gmail.com), [davide@saudeealegria.org.br](mailto:davide@saudeealegria.org.br).

A viagem de barco é uma experiência especial, mas ela é destinada a um pequeno nicho de mercado, com poucas possibilidades de expansão e não consegue transferir mais de 20% do custo total da viagem para as comunidades.

Para superar os limites desta fórmula e poder expandir a experiência, planejamos, como segunda etapa do nosso programa, um **circuito de visitação dos territórios** da FLONA Tapajós, da RESEX Tapajós Arapiuns e do Projeto de Assentamento Extrativista Lago Grande, apoiado em pequenas estruturas receptivas comunitárias, que leve em consideração as peculiaridades do território, a complexidade da logística de transporte, comunicação e abastecimento e possa ser um modelo replicável para região amazônica.

O elemento central do circuito são as “casas de hóspedes/pousadas comunitárias”, estruturas receptivas de pequeno porte. O conceito de circuito é construído a partir da necessidade de receber simultaneamente visitantes autônomos e pequenos grupos, realizando itinerários variáveis entre 03 e 07 dias, que ofereçam experiências, atividades, ecossistemas variados, sem excessivos tempos e custos de deslocamento.

O território contemplado tem uma população de mais de 50.000 pessoas, distribuídas em mais de 240 comunidades, uma extensão de mais de um milhão e meio de hectares, onde não existe uma única estrutura receptiva.

Em agosto de 2011, com o Apoio Socioambiental da TAM, iniciou a construção da primeira casa de hóspedes, na comunidade de Atodi, no PAE Lago Grande. Em seguida, outras parcerias foram surgindo (Instituto IDEAAS de Porto Alegre, Lorenzetti S. A. Indústrias Brasileiras Eletrometalúrgicas, Instituto Gerdau). No final de dezembro de 2011 a casa recebeu os seus primeiros visitantes para o almoço. No final de maio de 2012 o primeiro grupo se hospedou na casa por três dias. Em julho de 2012 foi instalado o sistema solar que garante iluminação, recarga de celulares e máquinas fotográficas, além do funcionamento de um freezer. Mais recentemente, com apoio da Cooperação Alemã para o Desenvolvimento – GIZ e algumas doações particulares, arrecadamos recursos suficientes para iniciar a construção da segunda casa de hóspedes, na comunidade de Anã, na RESEX Tapajós Arapiuns, que esperamos possa entrar em funcionamento no primeiro semestre de 2013.

Ao longo desta experiência, percebemos que o turismo de base comunitária tem contribuindo com os processos de organi-

zação e desenvolvimento comunitário. É uma oportunidade de complementação da renda, que contribui para manter a floresta em pé, atrai a participação dos jovens e promove o resgate da cultura e dos saberes tradicionais. Além de ser uma oportunidade de geração de renda por meio da prestação de serviços, tem se revelado um vetor importante para comercialização de artesanato e tem demandado o fornecimento de alimentos regionais genuínos, abrindo enormes perspectivas de integração com atividades agroecológicas.

Para a consolidação e expansão da experiência iniciada, entendemos que existem algumas questões importantes a serem resolvidas.

As reflexões a seguir consideram o turismo de base comunitária no contexto amazônico, como atividade coletiva de complementação de renda, com foco prioritário nas populações tradicionais, agroextrativistas, residentes em unidades de conservação, assentamentos e seu entorno.

É de extrema importância compreender e evidenciar as razões e as implicações da complementariedade da atividade turística e de seu caráter coletivo.

Defendemos que o turismo de base comunitária seja uma atividade complementar porque quando o turismo se transforma na atividade principal de uma comunidade, está comprometido o que consideramos ser o interesse principal da visitação, que é o modo de vida tradicional e porque uma comunidade fortemente dependente de uma única atividade, cujo sucesso está relacionado a inúmeros fatores externos, se torna vulnerável e dependente economicamente.

Entendemos que uma estratégia econômica diversificada, com a manutenção de uma componente agroextrativista que garanta a autossuficiência alimentar, é a escolha mais prudente para comunidades isoladas com dificuldade de acesso aos mercados.

Em relação à questão da coletividade da atividade existem também diversos argumentos em favor desta posição. O fato mais significativo, para no presente distinguir os povos tradicionais de outros segmentos camponeses, é a forma como aqueles se relacionam com o território, numa condição de grande diversidade ecológica e socioeconômica, assim como no grau de coletivização no processo de trabalho (BENATTI, 2003)<sup>38</sup>. O controle dos recursos básicos não é exercido livre e individualmente por uma determinada unidade familiar, mas sim por normas específicas instituídas nas relações sociais estabelecidas entre vários grupos familiares. Há nestes grupos sociais

---

38 BENATTI, J. H. Posse agroecológica e manejo florestal. Curitiba: Juruá, 2003.

uma forte noção de território (ALMEIDA, 2006)<sup>39</sup>. Considerando que a visitação turística de uma comunidade implica na utilização do conjunto do seu território, na apresentação do modo de vida e da cultura de sua população, fica complicado pensar nesta atividade como atividade individual que não envolve a comunidade no seu conjunto e não gera benefícios coletivos. Levando em consideração também as dificuldades de acesso e comunicação e a escassez de infraestrutura, a organização coletiva é um elemento importante para fortalecer as iniciativas. Finalmente, considerando as unidades de conservação como ambientes naturais delicados, o desafio de estabelecer limites de carga e controle de fluxos de visitantes, a opção para empreendimentos coletivos minimiza os conflitos entre os interesses individuais.

A partir destes pressupostos podemos então dizer que estamos tratando de empreendimentos coletivos de comunidades tradicionais agroextrativistas, onde o turismo é uma das atividades que compõem uma estratégia econômica mais complexa.

Nos perguntamos então como classificar legalmente esta atividade e como ela se enquadra do ponto de vista tributário e trabalhista.

Os agricultores familiares, tem tratamento tributário simplificado e diferenciado além de serem segurados especiais da previdência social. Constituindo formalmente empreendimentos de outra natureza, para se enquadrarem no contexto da lei nacional de turismo, estariam correndo o risco de perderem seu tratamento tributário simplificado e seu estado de segurados especiais da previdência.

Sugerimos, como solução mais apropriada, que sejam devidamente definidos o contexto, as modalidades e os limites que caracterizam o TBC enquanto “**cadeia de serviços da sociobiodiversidade**” e que nesta perspectiva seja estabelecido um marco legal apropriado.

Nesta linha de pensamento agregamos o TBC ao Plano Nacional de Promoção das Cadeias de Produtos da Sociobiodiversidade. Por Produtos da Sociobiodiversidade se entendem:

[...] bens e serviços (produtos finais, matérias primas ou benefícios) gerados a partir de recursos da biodiversidade, voltados à formação de cadeias produtivas de interesse dos povos e comunidades tradicionais e de agricultores familiares, que promovam a manutenção e valorização

---

39 ALMEIDA, A. W. B.; MARIM, R. E. A. Populações tradicionais: questões de terra na pan-Amazônia. Belém: UNAMAZ, 2006. 104 p.

de suas práticas e saberes, e assegurem os direitos decorrentes, gerando renda e promovendo a melhoria de sua qualidade de vida e do ambiente em que vivem.

O Plano tem entre seus objetivos específicos “adequar o marco legal de maneira a atender as especificidades dos produtos e serviços da sociobiodiversidade”.

A partir desta abordagem sugerimos que, no campo das políticas públicas, não sendo o TBC reconhecido pelo Ministério do Turismo como atividade turística convencional e formal, e se identificando mais claramente como parte dos serviços e produtos da sociobiodiversidade, seja mais apropriado vincular esta atividade aos principais atores do Plano Nacional de Promoção das Cadeias de Produtos da Sociobiodiversidade, que são o Ministério do Meio Ambiente, o Ministério do Desenvolvimento Agrário e o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

Em relação aos mecanismos de promoção e comercialização do Turismo de Base Comunitária, entendemos que existem vários aspectos a serem considerados para construir uma solução apropriada.

A rápida e massiva difusão do uso de computadores, *smartphones* e *tablets* e do acesso à internet tem contribuído para transformar radicalmente a maneira como as pessoas planejam, compram e realizam suas viagens. A facilidade de comunicação entre os prestadores de serviços nos locais a serem visitados e os viajantes têm reduzido drasticamente a necessidade de intermediação. O fenômeno das redes sociais tem produzido novos meios e hábitos para procurar informações, sugestões e referências. Os dados do Ministério do Turismo confirmam que o número de turistas que utilizam os serviços de operadores e agências de viagem é cada ano menor.

A proposta do turismo de base comunitária se direciona a segmento de público muito específico que dificilmente procura sua viagem nas prateleiras de uma agência de turismo. A mensagem social, política e ambiental do turismo de base comunitária conflita profundamente com os estereótipos propostos pelo turismo convencional de massa.

O modelo de relações econômicas justas e solidárias incorporado pelo turismo de base comunitária demanda práticas e canais de comercialização diferenciados.

Os diferentes atores que promovem experiências de turismo de base comunitária na Amazônia são quase todos sem fins lucrativos

e precisam, articulados em rede, do apoio de programa e políticas públicas para alavancar esta atividade, que pode desenvolver um papel transversal estratégico no fortalecimento dos produtos da sociobiodiversidade e consequentemente das populações tradicionais.

#### REFERÊNCIAS

ALMEIDA, A. W. B; MARIM, R. E. A. *Populações tradicionais: questões de terra na pan-Amazônia*. Belém: UNAMAZ, 2006. p. 104.

BENATTI, J. H. *Posse agroecológica e manejo florestal*. Curitiba: Juruá, 2003.

## Uso público nas unidades de conservação estaduais do Amazonas

*Alcilene de Araújo Paula<sup>40</sup>  
Nayara Mello Deidda<sup>41</sup>*

No Brasil grande parte dos atrativos naturais está localizada dentro de unidades de conservação, os administradores dessas áreas tem grandes dificuldades em conciliar esse uso com a conservação dos recursos naturais e culturais sem degradar o meio ambiente (TAKAHASHI, 2004).

Segundo Machado (2010) para uma melhor compreensão do Turismo, não apenas como um instrumento de geração de emprego e renda, mas, principalmente como uns elementos de integração dos indivíduos à vida social, devem considerar o espaço e o conjunto de práticas socioculturais como elementos de um processo sensível e importante desse desenvolvimento.

Considerando que a atividade turística é capaz de provocar profundas transformações na forma de apropriação e uso do espaço pelos grupos sociais, quando redefine as singularidades e reorienta os usos desse espaço, torna-se necessário a adoção de modelos que considerem as características endógenas como principal subsídio para a implementação de estratégias e ações (CORIOLANO, 2005).

O crescimento da atividade turística, assim como de outras atividades econômicas, requer planejamento e ordenamento para minimizar os impactos negativos e, principalmente, potencializar os positivos (SILVA, 2010).

Tendo em vistas tais aspectos e considerando que o desenvolvimento desordenado da recreação em unidades de conservação pode comprometer os objetivos para os quais foram criadas é essencial destacar a necessidade de se estabelecer diretrizes que subsidiarão as decisões de manejo, assegurando elevada qualidade nas oportunidades de recreação e uso público em geral, nas unidades de conservação estaduais.

40 Engenheira de Pesca, Especialista em Turismo em Desenvolvimento Local, Chefe de Unidade de Conservação na SDS/CEUC e-mail: [alcilenepaula@hotmail.com](mailto:alcilenepaula@hotmail.com).

41 Engenheira Florestal, Mestre em Arquitetura da Paisagem, Coordenadora do Núcleo de Uso Público na SDS/CEUC, e-mail: [nyr.mello@gmail.com](mailto:nyr.mello@gmail.com).

No Estado do Amazonas 24% do seu espaço são destinados as Unidades de Conservação federais e estaduais em diferentes categorias, com área de 36.520,440 milhões de hectares, sendo 11,92% do Governo Federal e 12,19% do Governo do Amazonas (AMAZONAS, 2009).

O Sistema Estadual de Unidades Conservação do Amazonas - SEUC possui atualmente 41 unidades de conservação, sendo 33 de uso sustentável com área de 15.311.171,77 ha e 08 de proteção integral com área de 3.497.170,83, correspondendo um total de 18.808.342,60 hectares (AMAZONAS, 2012), como mostra a tabela 01.

**Tabela 1:** Unidades de Conservação por categoria

<b>Categoria de UC</b>	<b>Nº UC</b>	<b>Área (ha)</b>
APA	6	1.760.226,82
FLORESTA	8	2.596.347,44
RDS	15	10.081.636,30
RESEX	4	872.961,21
PAREST	7	3.460.270,83
REBIO	1	36.900,00
<b>Total</b>	<b>41</b>	<b>18.808.342,60</b>

Fonte: Amazonas (2012).

O uso público em unidades de conservação é conceituado como conjunto das atividades recreativas, educativas e de interpretação ambiental realizadas em meio natural e em conformidade com os objetivos de manejo da unidade de conservação (IBAMA, 2005).

A visitação em unidades de conservação é conhecida pelo termo uso público, considerando os pesquisadores, estudantes, professores, turistas, voluntários e a própria população local como usuários da unidade de conservação.

De acordo com o SEUC todas as unidades de conservação são passíveis de visitação pública, entretanto, cada uma limita de que forma esta visitação deve ser feita, e desde que observadas as regras contidas no plano de manejo e no plano de uso público.

Em razão disto o Centro Estadual de Unidades de Conservação do Amazonas - CEUC vem trabalhando o ordenamento das atividades do Uso Público em Unidades de Conservação.

Uma das primeiras ações foi a publicação do decreto Nº 30.873/2010, que estabelece as diretrizes para o uso público em Unidades de Conservação sob a gestão do CEUC.

O decreto representa o esforço compartilhado do Governo do Estado, através da Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - SDS, com o objetivo de viabilizar a proteção e conservação de ecossistemas naturais significativos, assim como o seu manejo mais adequado, com vistas a atender às diretrizes e possibilitar, de maneira sustentável, a visitação as UC proporcionando ao visitante a oportunidade de interagir com o meio ambiente natural, através da implementação de atividades de recreação, ecoturismo e interpretação ambiental.

Outro processo importante se deu com a elaboração das diretrizes para a visitação em UCs estaduais, que balizarão os demais programas e projetos que envolvem turismo e recreação, fazendo-se necessária uma abordagem integrada dos diferentes nichos de atuação, para que se promova e consolide o ordenamento do uso público nas UCs estaduais do Amazonas.

A construção das diretrizes para visitação nas Unidades de Conservação do Estado do Amazonas se deu com a participação de vários órgãos e instituições, como: AMAZONASTUR, SEPLAN, UEA, IDESAM, FAS, IPÊ. Originando um documento em fase de regulamentação intitulado “Diretrizes para visitação em Unidades de Conservação Estaduais do Amazonas”, o mesmo tem por objetivos: Instrumentar a gestão das atividades de visitação nas UCs que não possuem Plano de Gestão; Orientar as ações de planejamento, gestão e implementação da visitação em Unidades de Conservação do Estado do Amazonas; e Apresentar um conjunto de princípios e diretrizes para ordenar a visitação nas Unidades de Conservação Estaduais do Amazonas, que assegurem a sustentabilidade das atividades de turismo nessas áreas.

No processo de ordenamento do uso público das UC estaduais, outro passo importante que vem sendo dado é o que tem o turismo de base comunitária (TBC) como foco de trabalho. O objetivo é contribuir para conservação da biodiversidade, trazendo benefícios diretos, econômicos, sociais e culturais para a coletividade.

Turismo comunitário ou de base comunitária pode ser definido como aquele onde as sociedades locais possuem controle efetivo sobre seu desenvolvimento e gestão. E por meio do envolvimento participativo desde o início, projetos de turismo devem proporcionar a maior parte de seus benefícios para as comunidades locais.

Em função disso, o CEUC vem trabalhando em conjunto com parceiros na definição dos princípios do TBC e elaboração das

diretrizes com a participação direta das comunidades interessadas, por meio da realização de oficinas participativas envolvendo comunitários das UCs onde já se desenvolvem atividades de TBC.

Hoje no Estado temos sete Unidades de Conservação em diferentes categorias de manejo onde o TBC tem contribuído para o estabelecimento de uma alternativa econômica, aumentando da renda familiar local, e colaborando para o fortalecimento da organização comunitária.

## REFERÊNCIAS

AMAZONAS. *Relatório de Gestão 2011*. Manaus: Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – SDS, 2012.

\_\_\_\_\_. *Coletânea de Unidades de Conservação: Leis, Decretos e Portarias*. Manaus: Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – SDS, 2009.

CORIOLOANO, L. N. M. A exclusão e a inclusão social e o turismo. *Revista de Turismo y Patrimônio Cultural*, v. 3, n. 2, 2005.

MACHADO, M. C. S.; VILLELA L. B. Turismo de base comunitária como alternativa para a inclusão social. In: SEMINÁRIO SOBRE ÁREAS PROTEGIDAS E INCLUSÃO SOCIAL, 2., *Anais...* 6 e 8 de dezembro de 2006, Rio de Janeiro.

MEDEIROS, R. et al. *Contribuição das Unidades de Conservação Brasileiras para a Economia Nacional*. Brasília: MMA, 2011.

SILVA, K.T.P et al. *Dinâmica e diversidade do turismo de base comunitária: desafio para a formulação de política pública*. Brasília: Ministério do Turismo, 2010.

TAKAHASHI, L. Uso Público em Unidades de Conservação. In: *Caderno de Conservação*. Curitiba: Fundação O Boticário de Proteção à Natureza, 2004.

## Fórum de Turismo de Base Comunitária da Região do Baixo Rio Negro: mobilização dos atores de turismo e meio ambiente

Marco Antônio Vaz de Lima<sup>42</sup>

Nailza Pereira Porto<sup>43</sup>

A possibilidade de aproveitamento das Áreas Protegidas para o turismo sustentável tem sido considerada, principalmente pelos gestores de políticas públicas, como uma estratégia para a conservação da biodiversidade local. Mas a realidade no baixo Rio Negro estava no sentido contrário, pois a maioria dos empresários da atividade turística não utilizavam tais informações para agregar valor ao destino turístico oferecido. E não procuravam envolver de forma satisfatória e justa os comunitários ali residentes.

Em 2002, pesquisadores do Instituto de Pesquisas Ecológicas (IPÊ) em parceria com alguns gestores públicos das Unidades de Conservação (UCs) do baixo rio Negro iniciaram um processo de ordenamento do turismo na região. Pesquisadores e gestores concordavam que era necessário encontrar uma solução que incluísse o turismo na pauta da conservação socioambiental do baixo rio Negro.

Em levantamentos preliminares realizados pelos técnicos do IPÊ foi constatado que grande parte dos protagonistas envolvidos não tinha este conhecimento. Desta forma, estabeleceu-se que haveria necessidade de se realizar encontros com o *trade* turístico, com os gestores governamentais de turismo e meio ambiente e com os comunitários residentes na região, de forma a debater e trocar informações sobre o baixo Rio Negro, suas unidades de conservação, sobre o turismo realizado nesta região com o intuito de torná-lo sustentável sob os aspectos ambientais e sociais.

---

42 Tecnólogo Florestal. Coordenador de Projetos no Instituto de Pesquisas Ecológicas. marcoantonio@ipe.org.br.

43 Turismóloga. Mestranda do Instituto de Pesquisa da Amazônia (INPA) em Gestão de Áreas Protegida da Amazônia. Especialista em Gestão Ambiental e Desenvolvimento Sustentável. Atualmente é coordenadora de projeto de turismo do Instituto de Pesquisas Ecológicas. nailza@ipe.org.br.

O IPÊ, uma organização sem fins lucrativos que por mais de uma década atua na região em programas socioambientais, começou, no ano de 2003, a promover diálogos entre os diferentes setores e membros das comunidades regionais, com o intuito de redirecionar este quadro para uma atividade mais sustentável. Desde então, diversas atividades foram desenvolvidas em busca destes objetivos.

O IPÊ parte do pressuposto que o tema turismo e meio ambiente no baixo Rio Negro, como em muitos outros lugares, precisa ser trabalhado de maneira integrada: o êxito do turismo depende de um meio ambiente conservado onde fundos derivados desta atividade econômica devam ser aplicados tanto para a conservação como também para promover benefícios diretos para as comunidades locais.

Oficinas de sensibilização para o turismo em unidade de conservação e cursos de interpretação ambiental em trilhas aquáticas e terrestres foram realizadas ao longo dos anos, para condutores locais, canoeiros e guias de turismo. Financiados principalmente por parceiros gestores das unidades de conservação do baixo Rio Negro, como por exemplo: ARPA<sup>44</sup>, Projeto Corredores Ecológicos e ajuda internacional da USAID<sup>45</sup>.

Ao longo da realização do projeto de turismo, no que diz respeito as sensibilizações e as capacitações percebeu-se a melhoria das habilidades de interpretação ambiental, que ampliou o conhecimento dos guias e os níveis de empenho, além de iniciativas de lideranças comunitárias para desenvolver produtos sustentáveis.

No ano de 2009 percebeu-se nas oficinas de sensibilização para o turismo realizada nas comunidades, que muitos comunitários teriam o interesse de se envolver mais na atividade turística. Com isso, foi necessário realizar estudos para levantar as iniciativas comunitárias que teriam potencial e interesse para trabalhar com o turismo comunitário.

Em 2010, o IPÊ foi contemplado por meio de um convênio junto ao Ministério do Turismo (MTur) com um projeto para o levantamento das iniciativas comunitários, e paralelo a isto, foram realizadas oficinas de planejamento turístico nas comunidades de Bela Vista, Nova Esperança e Julião.

Como resultado de ações previstas no Plano de Desenvolvimento do Turismo de Base Comunitária da Região Sul do Parque Nacional de Anavilhanas, elaborado em 2010, a partir do convênio celebrado entre o Instituto de Pesquisas Ecológicas e o

44 Áreas Protegidas da Amazônia.

45 Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional.

Ministério do Turismo, e no intuito de dar continuidade e fortalecer espaços para discutir o ordenamento do turismo na região, criou-se em 2011, um Grupo de Trabalho (GT) de Turismo de Base Comunitária, que posteriormente ganha a denominação de **Fórum de Turismo de Base Comunitária do baixo Rio Negro**. Esse Fórum é uma consequência do Plano citado, mais precisamente da oficina de elaboração do Diagnóstico e Plano de Ação para o desenvolvimento do TBC na região do entorno sul do Parque Nacional de Anavilhanas. O Fórum é formado por representantes de instituições governamentais, não governamentais, *trade* turístico, academia e lideranças comunitárias. O papel deste Fórum é incentivar e apoiar diretamente a implantação do Plano de Ação, viabilizando o diálogo entre os diferentes grupos de interesse.

Desde o ano 2011, ano de criação do Fórum, já foram realizadas atividades conjuntas, como a definição de diretrizes para o TBC no Amazonas, como também dezoito reuniões regulares para a definição de estratégias de melhoria da atuação do mesmo na região do baixo Rio Negro.

Neste contexto esta proposta tem contribuído com o fortalecimento desta iniciativa, uma vez que, todas as instituições e comunidades almejam melhorias para o fortalecimento e continuidade das ações do Fórum de TBC no baixo Rio Negro. Seguem os órgãos que o integram atualmente:

#### **Esfera Federal:**

- Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio)
- Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA)
- Fundação Nacional do Índio (FUNAI)
- Universidade Federal do Amazonas (UFAM)

#### **Esfera Estadual:**

- Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SDS) / Centro Estadual de Unidades de Conservação (SDS/CEUC)
- Empresa Estadual de Turismo do Amazonas (Amazonatur)
- Sindicato Estadual de Guias de Turismo do Amazonas (SINDGTUR)
- Universidade do Estado do Amazonas (UEA)

### **Esfera Municipal:**

- Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Sustentabilidade (SEMMAS)

### **Organizações do Terceiro Setor:**

- Instituto de Pesquisas Ecológicas (IPÊ)
- Fundação Amazonas Sustentável (FAS)
- Ong Nimuendaju
- Quinze (15) comunidades ribeirinhas<sup>46</sup>
- Fórum Permanente em Defesa das Políticas Públicas das Comunidades Rurais Ribeirinhas do Município de Manaus (FOPEC)
- Instituto Cooperação Econômica Internacional (ICEI) Brasil
- Central de Turismo Comunitário da Amazônia (CTCA)

### **Iniciativa Privada:**

- *Trade* Turístico de Manaus: agentes de turismo, donos de hotéis e de embarcações.

Um dos desafios encontrados para o fortalecimento do Fórum ainda é garantir a participação mais ativa e regular dos representantes das comunidades do baixo Rio Negro, bem como garantir a continuidade das ações do Plano. Uma vez que, é necessário um aporte de recurso para o deslocamento e a alimentação das comunidades nos dias de reuniões, que na maioria das vezes são realizadas na capital, Manaus. Uma das medidas encontradas para minimizar este desafio foi criar uma agenda anual de reuniões, que contemple inclusive reuniões nas comunidades. Outra medida é garantir aprovação de recursos financeiros em projetos com objetivo de manter tais despesas, principalmente, com a ajuda das instituições parceiras desta iniciativa.

---

<sup>46</sup> Colônia Central, São João, Julião, Bela Vista, Terra Preta, Pagodão, Três Unidos, São Sebastião, Nova Esperança, São Tomé, Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, Santa Helena, Saracá, Santa Maria e Tumbira.

## Criando espaços de reflexões e oportunidades de turismo em comunidades e terras indígenas

*Bonifácio José<sup>47</sup>*

A Secretaria de Estado para os Povos Indígenas (SEIND) é um órgão da administração direta do Governo do Amazonas idealizada a partir das reivindicações do movimento indígena e foi instituída pela Lei nº. 3.403 de 07 de julho de 2009. Como missão, a SEIND integra as ações governamentais através da formulação, implementação, execução e gestão de políticas públicas e etnodesenvolvimento para povos indígenas, preservando os valores culturais e históricos por eles defendidos.

A atuação da Seind decorre do Programa Amazonas Indígenas e tem sido acompanhada pelo Conselho Estadual dos Povos Indígenas do Amazonas, instituição formada por representantes indígenas de todo o Estado e instituições governamentais com o objetivo de discutir a situação indígena no Amazonas e buscar melhorias para as condições de vida dessa população.

Temas como o empreendedorismo estão na base dos estudos e ações desenvolvidos pela Seind em favor do desenvolvimento das comunidades indígenas. Nessa esteira, o turismo e a comercialização de produtos são as iniciativas com maior destaque por envolverem pelo menos dois elementos em comum: são temas que envolvem práticas com potencial complexo e correspondem à demandas direta dos próprios indígenas.

Neste artigo, apresentamos a experiência da Seind com atividades empíricas e analíticas sobre o turismo em comunidades e terras indígenas, destacando os pontos relevantes no fazer turismo em algumas localidades em favorecimento à iniciativa e a compreensão dos próprios indígenas sobre o processo.

---

47 Secretário de Estado para os Povos Indígenas do Amazonas (SEIND).

O Estado do Amazonas possui um grande potencial para o desenvolvimento de atividades voltadas ao turismo, com ênfase especial ao ecoturismo devido a riqueza de recursos naturais e a diversidade cultural que colocam o Amazonas em lugar de destaque no mundo todo. Estas características uma vez transformadas em benefícios sociais e econômicos para as pessoas que vivem no Estado tornam-se grandes aliadas do desenvolvimento do maior estado brasileiro. De acordo com levantamentos técnicos e científicos sabe-se também que o ecoturismo tem se mostrado uma atividade viável ambiental e economicamente (AMAZONAS INDÍGENA, 2009, p. 46).

Desta feita, a Seind compreende o turismo como uma iniciativa de empreendimento que, atualmente, vem sendo discutida no âmbito das câmaras *Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas e Sustentabilidade Econômica dos Povos Indígenas* que compõem o Comitê Gestor de Ação Integrada entre o Governo do Estado do Amazonas e Fundação Nacional do Índio, instituído em 2011.

A proposta da primeira câmara pressupõe a elaboração de uma rede de proteção e fiscalização formada por órgãos competentes como IBAMA, Polícia Federal, ICMBio, ABIN, IPAAM, FUNAI e SEIND, entre outros. O objetivo específico da rede será a proteção dos recursos naturais e dos conhecimentos tradicionais, priorizando a formação local para atuar na gestão.

A segunda câmara planeja o fomento das comunidades em infraestrutura e capacitação para desenvolver o turismo, investindo em atividades diretas – como a recepção e promoção do ecoturismo – e indiretas – como o fortalecimento de práticas tradicionais como o artesanato para que sejam comercializados aos turistas. Isto porque acredita que “[...] o turismo fomenta um processo de geração de renda com grande potencial rentável”, cabendo ao Governo investir e gerar as condições técnicas necessárias (AMAZONAS INDÍGENA, 2009, p. 46).

A experiência da Seind com o turismo refletem, na sua maioria, resultados obtidos das atividades realizadas pela Fepi, a qual substituiu em 2009, e foram desenvolvidas no âmbito da pesquisa, fomento, capacitação e/ou, infraestrutura.

No período de 2006 a 2009, a Fepi (e em 2009 a Seind), dividiu reflexões com o Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia e

Universidade Federal do Amazonas sobre as práticas de turismo realizadas nas comunidades indígenas do rio Cueiras e Tarumã Açu, na região do Baixo Rio Negro. Nesse trabalho, foram identificadas 10 comunidades com população total ou majoritária indígena que estavam desenvolvendo atividades diretas e indiretas de turismo. O projeto identificou ainda outras atividades correlatas à prática do turismo como a fabricação de artesanatos, cursos preparatórios de recursos humanos em técnicas e gestão de empreendimentos turísticos por agências externas e a revitalização de práticas tradicionais para atender o turismo, como iniciativas internas de revitalização da língua, danças e construção de moradias.

Como síntese, citamos que a execução desse projeto chamou a atenção da FEPI/SEIND e demais executores para três pontos importantes, dentre outros: 1 - a regularização do turismo em terras indígenas (embora a região do Cueiras não seja T.I), 2 - as práticas turísticas realizadas em áreas de proteção ambiental (a região está dentro do Parque Nacional de Anavilhanas e da Área de Proteção Ambiental Estadual Margem Esquerda do Rio Negro) e 3 - a participação indígena na gestão de empreendimentos turísticos.

Há que se destacar que as atividades realizadas somente foram possíveis pela parceria de diversas instituições interessadas na gestão do turismo. Assim, realizamos:

- O inventário turístico, socioeconômico e cultural na área do Rio Cuieiras em parceria com o INPA, Amazonastur, Manaustur, SEBRAE, FUNAI, IPHAN e COIAM;
- Elaboração do Projeto para o roteiro turístico em Manacapuru e Rio Preto da Eva;
- Projeto de pesquisa “Turismo e etnoconservação na Bacia do Baixo Rio Negro” em parceria com o INPA, UFAM, AMAZONASTUR e IPAAM;
- Elaboração de parecer técnico do Projeto Ecoturismo e Promoção da Cultura Sateré-Mawé, da Comunidade Sahu-Apé, localizada à margem Direita a do Igarapé Grande no Município de Manacapuru/AM em parceria com o Conselho de Desenvolvimento Humano (CDH);
- Curso de capacitação sobre Turismo em Terras Indígenas, em Borba;
- Curso de capacitação Gestão do Ecoturismo em Benjamin Constant;

- Gestão do Ecoturismo para o município de Benjamin Constant;
- Gestão do Ecoturismo em Terras Indígenas em São Gabriel da Cachoeira, Parintins, Barreirinha e Comunidades Terra Preta e Inhã-Bé;
- Curso de capacitação em Turismo em T.I para o desenvolvimento da pesca esportiva em Borba e
- Curso de capacitação em Desenvolvimento Sustentável do Turismo em Terras Indígenas em Parintins e São Gabriel da Cachoeira.

Atualmente, a Secretaria reflete sobre as iniciativas dos povos Tenharim do Rio Marmelos, povo Mura da T.I. Cunhã-Sapucaia no município de Borba, povo Sateré-Mawé das aldeias Sahu Apé (Irاندوبا) e Inhã-bé (rio Tarumã/Manaus), povo Desana da comunidade São João do Tupé (Manaus), povo Tukano da comunidade Santa Maria (rio Tarumã/Manaus) e de diversos povos que formam a aldeia Beija-Flor no município de Rio Preto da Eva/AM.

Observamos que nessas comunidades, os serviços consumidos pelo turismo são: contemplação e exploração da paisagem/natureza e das práticas tradicionais, como a fabricação de artesanato e a agricultura. As modalidades empreendidas são o ecoturismo, turismo de base comunitária e a pesca esportiva. Nessa perspectiva, o apoio primordial prestado às comunidades indígenas está na reflexão sobre a sustentabilidade dessas iniciativas, a fim de promover a interface entre os valores culturais, ambientais e econômicos. Desde o ano de 2005, a FEPI e agora a Seind, realiza oficinas, projetos e outras atividades onde esta reflexão é experimentada.

A experiência com a realização dessas atividades culminou na elaboração das *Diretrizes orientadoras do comportamento adequado de turistas e prestadores de serviços de turismo em comunidades indígenas*. Para conhecer, é esperado do turista e do prestador de serviços:

- Respeitar e conservar os ambientes naturais;
- Respeitar a cultura e tradições indígenas;
- Envolver as organizações indígenas nas atividades;
- Não coletar amostras da natureza ou informações da cultura indígena sem autorização previamente informada e esclarecida;

- Utilizar serviços e mão-de-obra das aldeias;
- Deixar divisas nas comunidades indígenas;
- Respeitar o roteiro estabelecido pela comunidade;
- Não atentar contra a moral e o pudor;
- Registrar imagens somente com autorização;
- Não utilizar e/ou incentivar o alcoolismo e consumo de drogas nas comunidades;
- Respeitar as lideranças indígenas.

Percebemos que mesmo com a aplicação das Diretrizes e das reflexões feitas com os povos indígenas e prestadores de serviços sobre o turismo em terras e comunidades indígenas, estamos longe de ter uma prática satisfatória capaz de garantir a sustentabilidade econômica, ambiental e cultural dos povos indígenas. A Seind identifica algumas possibilidades capazes de, a médio e longo prazo, melhorar estas práticas. Elas consistem em:

- Incentivar a união das lideranças e dos povos indígenas;
- Estabelecer convênios entre o governo e organizações indígenas;
- Fortalecer parcerias com as comunidades;
- Criar projetos de infraestrutura básica e turística;
- Buscar captação de recursos;
- Organizar seminários sobre a organização do território para o turismo;
- Envolver as lideranças;
- Aplicação de oficinas de sensibilização turísticas;
- Profissionalizar os indígenas;
- Implementar projetos de promoção da cultura;
- Implementar projetos de educação ambiental;
- Articular parcerias para garantir a venda dos artesanatos;
- Programa de certificação da originalidade indígena dos artesanatos.

As atividades turísticas em áreas indígenas apresentam grande potencial econômico e as comunidades têm mostrado seu interesse pela adesão, como ocorre com entre os povos Parintintin (Humaitá), Ticuna (Tábatinga), Marubo (Atalaia do Norte), Baniwa (Barcelos) e Baré (São Gabriel da Cachoeira) que têm formatado projetos e os

apresentado à diferentes órgãos em busca de apoio. Entretanto, a implementação dessa atividade ainda possui um entrave administrativo: a falta de legalização para que seja realizado em terras indígenas. Por esta razão, o desafio colocado às instituições competentes é refletir sobre a sua regularização.

A Seind, por meio de fóruns e outras atividades onde os direitos indígenas à um pleno desenvolvimento é discutido, tem buscado esclarecer os indígenas sobre as vantagens, desvantagens e a situação jurídica das atividades turísticas em terras indígenas. Desses encontros, extraímos as falas seguintes, que asseguram que os povos indígenas tem o direito de:

- escolher as ações nas aldeias que resguardem os valores culturais e sustentabilidade;
- estabelecer regras de acordo com a constituição e convenções;
- ter assegurado o que rege o artigo 231 da Constituição de 1988;
- ordenamentar as atividades;
- contar com a participação direta das organizações;
- dialogar com os órgãos competentes para chegar a um acordo.

Concluimos que somente com investimento local de pessoal, infraestrutura e com o suporte legal de fiscalização que garanta a seguranças das práticas, das pessoas e dos recursos naturais, será possível consolidar o turismo como uma atividade sustentável para os povos indígenas do Estado do Amazonas.

## REFERÊNCIA

GOVERNO DO AMAZONAS. *Amazonas Indígena*: povos indígenas na Gestão Pública. Manaus: Fundação Estadual dos Povos Indígenas – FEPI, 2009.

## Considerações Finais

**P**ensar o desenvolvimento da Amazônia a partir dos olhares dos sujeitos que nela vivem foi a proposta desta publicação. Evidenciar o que vem sendo feito por esses sujeitos, ainda que a passos tímidos, continuará sendo nosso desafio. As diferentes atividades postas às comunidades tradicionais e aos povos indígenas, sejam por meio de órgãos públicos ou do terceiro setor são o eixo norteador de como esses grupos podem construir o seu próprio desenvolvimento a partir de diferentes possibilidades que lhes são apresentadas, sendo o turismo de base comunitária uma delas.

Percebeu-se que as discussões acerca do turismo de base comunitária, seja em nível internacional ou nacional, ainda é recente. O fato de serem observadas algumas nomenclaturas diferentes, turismo de base comunitária, turismo comunitário ou turismo rural comunitário, não interferem na essência que este tipo de turismo busca: que é de tornar essas comunidades protagonistas do seu próprio desenvolvimento, e que elas possam encontrar no turismo de base comunitária e em outras atividades essa oportunidade.

Verificou-se que as discussões empreendidas durante os dois eventos proporcionou outras discussões no âmbito acadêmico, mas acima de tudo começou a fortalecer outros espaços de discussão que ora estão sendo articulados no Amazonas, especialmente, na cidade de Manaus.

Acredita-se que a partir desta e de outras iniciativas começou-se a formar uma pequena rede de pessoas e instituições que buscam refletir as questões centrais dessa prática, ao mesmo tempo que buscam soluções possíveis para auxiliar essas comunidades e povos a estruturarem-se para receber o visitante. Mas entendemos que ainda há muitos problemas estruturais que devem ser superados ao longo desse processo.

Finalmente, é preciso tratar essa temática com mais seriedade, e que as políticas públicas possam acontecer de fato e trazendo mais benefícios que malefícios a esses territórios. É fundamental que sejam planejadas ações de médio e longo prazo, articuladas à instituições públicas ou organizações do terceiro setor para que haja um fortalecimento não apenas do entendimento sobre o turismo de base comunitária, mas da gestão e do protagonismo que essa prática requer.



---

Este livro foi feito pela Edua – Editora da Universidade Federal do Amazonas, em Aldine721 BT 18/12 e impresso em Manaus pela Grafisa em Junho de 2014.

---